

Vicente de Souza Cardoso Júnior

**UMA INTRODUÇÃO À
SEMÂNTICA
ARGUMENTATIVA:**

*apresentação teórica e emprego
na análise de redações*

Editora da

ABRALIN

Vicente de Souza Cardoso Júnior

**UMA INTRODUÇÃO À SEMÂNTICA
ARGUMENTATIVA:**

apresentação teórica e emprego na
análise de redações

Editora da ABRALIN

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Cardoso Júnior, Vicente de Souza

Uma introdução à semântica argumentativa [livro eletrônico] : apresentação teórica e emprego na análise de redações / Vicente de Souza Cardoso Júnior. -- Campinas, SP : Editora da Abralín, 2024. -- (Linguística em ação)

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-49-0

1. Linguística estrutural 2. Redação 3. Semântica
I. Título. II. Série.

24-236052

CDD-401.43

Índices para catálogo sistemático:

1. Semântica argumentativa : Linguística 401.43

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Palavras das Editoras

Houve um tempo em que as grandes religiões se apresentavam como a principal fonte de parâmetros éticos explícitos para a vida em sociedade. Jessé de Souza, no livro *A tolice da inteligência brasileira*. Ou como o país se deixa manipular pela elite (Editora Leya, 2015, p. 12), entretanto, chama a nossa atenção para o fato de que esse papel tem sido hoje disputado com as ciências, na medida em que elas oferecem um conjunto de ideias (construídas em espaço social de prestígio) capturadas em programas de partidos políticos, de planejamento do Estado, de planejamento e condução do ensino, de elaboração e aplicação das leis, daquilo que a mídia publica. Pudemos testemunhar um tanto dessas disputas durante os períodos mais críticos da pandemia de SARS-COVID-19, em que cientistas, falsos cientistas e anti-cientistas ofereceram produtos e valores capturados pelo poder, levando, por um lado, a cenários caóticos inimagináveis e, por outro lado, a oportunidades de demonstração de tudo o que se ganha quando o conhecimento (teórico, aplicado, tecnológico) é respeitado.

A ABRALIN tem sido incansável no esforço de fortalecimento e de difusão dos saberes produzidos pelas ciências da linguagem no Brasil. Uma parte desse esforço resultou na criação, em 2020, desta Editora, cuja função é apoiar e divulgar a pesquisa em Linguística – o nosso modo peculiar de enfrentamento à ignorância, ao preconceito, à injustiça que se constroem com as línguas ou em torno delas.

Existe uma grande diversidade de áreas, temas, orientações, interesses, pessoas no nosso campo de estudo. A Editora da ABRALIN quer se firmar como um espaço para a expressão dessa diversidade, que aqui se alia a propósitos científicos, democráticos e humanitários. Sendo open access, gratuita e digital, ela quer contribuir para que a circulação de saberes linguísticos solidamente construídos seja garantida e alcance a todos e todas que por eles se interessarem (estudantes, docentes e quem mais quiser).

Cada obra passa pelo crivo de especialistas associados à ABRALIN, que gentilmente prestam esse serviço à comunidade, e pelas disposições de editais públicos, pensados para assegurar a ampla participação e também a relevância dos textos selecionados.

Assim, é com muita satisfação, que publicamos esta obra, plenamente inserida nesse conjunto de diretrizes e compromissos da Editora da ABRALIN.

Ana Paula Scher
Olga Ferreira Coelho Sansone

Prefácio

Considerações Iniciais

Parte

01

Apresentação Teórica

A argumentação inscrita na língua
Fundamentos da semântica de Ducrot
O desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua
Os blocos semânticos
Classificação das palavras
Dos enunciados ao discurso
A polifonia
O locutor
Os enunciadores
A descrição polifônica do sentido
A polifonia associada à Teoria dos Blocos Semânticos
Emprego do quadro teórico na análise de discursos

Parte

02

Análises

O Enem e as redações “nota mil”
A prova de redação do Enem 2018
Primeira análise
Segunda análise
A prova de redação do Enem 2019
Terceira análise
Quarta análise
O que revelam as argumentações nas redações “nota mil” do Enem

Considerações finais

Referências

Prefácio

Este livro convida seus leitores a um percurso pela Semântica Argumentativa em duas etapas. A primeira é uma apresentação teórica do campo, buscando oferecer, junto à exposição de fundamentos e conceitos, uma contextualização das questões que motivaram seu surgimento nos anos 1970 e seu desenvolvimento em fases posteriores. O recorte do quadro teórico apresentado nessa primeira parte tem foco na obra do linguista francês Oswald Ducrot, principal responsável pela consolidação desse campo de estudos, que ele fundou em parceria com Jean-Claude Anscombre. Em nosso entendimento, estudar a Semântica Argumentativa pressupõe estudar a obra de Ducrot, e esperamos que a *Parte 1* deste livro constitua uma base inicial para aqueles que desejam desenvolver seu conhecimento desse campo de estudos.

Na *Parte 2*, o quadro teórico apresentado anteriormente é empregado em análises de discursos que têm despertado um interesse de alcance nacional no Brasil há mais de uma década: as redações “nota mil” do Enem, o Exame Nacional do Ensino Médio. A divulgação dessas redações em um material oficial do exame, o *status* de “modelo a ser seguido”, a visibilidade na imprensa, entrevistas com os autores, suas receitas para o sucesso, reportagem no *Fantástico*... Até os ares publicitários do sintagma *redação “nota mil”* contribuem para dar uma projeção especial a esse objeto. Diante desse cenário, cabe à pesquisa acadêmica contribuir para a construção de olhares menos deslumbrados e mais analíticos. No nosso caso, é por meio da Semântica Argumentativa que buscamos adentrar esse debate.

Concebido originalmente como dissertação de mestrado, o texto agora apresentado em livro foi editado considerando os propósitos de uma obra introdutória, o que envolve preocupação de apresentar

conceitos com clareza a partir de um recorte que seja suficientemente extenso, a ponto de constituir um panorama, mas sem ser exaustivamente extenso, a ponto de perder de vista o leitor que se inicia na área. Nesse sentido, o artigo indefinido no título (*uma* introdução) busca ressaltar que outras introduções são sempre possíveis e desejáveis. Além disso, outro atributo que esperamos que esta obra possa ter, dado seu caráter introdutório, é a capacidade de aguçar o desejo de saber mais sobre o campo. Assim, este livro terá cumprido seu maior objetivo se, ao fim da leitura, o encanto pela Semântica Argumentativa que motivou sua escrita tiver sido transmitido aos leitores.

Aproveito este prefácio para agradecer a todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Em especial, agradeço à professora Carmem Luci da Costa Silva, orientadora do trabalho que deu origem a este livro; ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição que acolheu a pesquisa; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento que possibilitou sua realização.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O fio condutor de nossa apresentação do campo da Semântica Argumentativa será a obra de Oswald Ducrot, com destaque para formulações sobre a *argumentação linguística* e a *polifonia*. Esses dois conceitos, que condensam boa parte do pensamento do linguista, contribuíram para sua ampla divulgação em diversos países, entre eles o Brasil. Para iniciar nossa abordagem à Semântica Argumentativa, partiremos justamente de alguns trabalhos brasileiros que exploram tais conceitos, o que nos permitirá ilustrar o quanto a Semântica Argumentativa pode contribuir para o estudo de objetos como as redações “nota mil” do Enem.

Porém, antes de chegarmos a esses trabalhos, é importante dedicarmos algumas linhas aos vestibulares no Brasil e suas provas de redação. Afinal, esse sistema de acesso ao Ensino Superior, anterior ao Enem, tem contribuição fundamental na formação da cultura do ensino de produção textual nas escolas brasileiras. Além disso, muitas universidades e faculdades continuam realizando vestibulares, seja como forma exclusiva de ingresso ou de modo complementar aos mecanismos ligados ao Enem. Nesse cenário, interessa-nos, em especial, refletir sobre como a realização de provas de redação nos vestibulares serviu e tem servido à própria produção de conhecimento nas instituições de Ensino Superior.

Recuperar o momento em que se deu a inclusão obrigatória da redação nos vestibulares do país, há algumas décadas, parece-nos um bom ponto de partida para essa discussão. Data de 1971 o Decreto Federal que instituiu que a admissão nos cursos de graduação do Ensino Superior no Brasil deveria se dar por meio de concursos vestibulares. Em 1977, outro Decreto altera o anterior e determina, entre as

mudanças nesses processos seletivos, a “inclusão obrigatória de prova ou questão de redação em língua portuguesa” (Brasil, 1977).

O Decreto foi publicado em fevereiro de 1977, e a medida entrava em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte. Portanto, foi com certa urgência que universidades e faculdades tiveram que lidar com a complexa demanda de definir os critérios de avaliação da escrita dos candidatos de seus vestibulares. Algo que, dito desse modo, talvez faça parecer que se tratava de uma questão interna a cada instituição, a ser resolvida por suas comissões de seleção. Porém, pensado em relação com a realidade educacional brasileira, o problema ganha outras camadas de complexidade. Em texto de 1981, Adolpho Ribeiro Netto, então diretor presidente da Fundação Carlos Chagas, dá uma informação importante para compreendermos como a medida foi adotada, de modo desintegrado das políticas da Educação Básica:

[...] em janeiro de 1976, o MEC constituiu Grupo de Trabalho para oferecer sugestões para o aperfeiçoamento do ensino de Português nos níveis de 1º e 2º graus. A quase totalidade das 22 sugestões apresentadas pelo mencionado grupo refere-se a medidas para o aperfeiçoamento do ensino da língua portuguesa; apenas uma delas recomendava a inclusão de prova de redação nos concursos vestibulares. Seria lógico esperar-se que o primeiro passo fosse representado pela implantação das medidas voltadas para o aperfeiçoamento do ensino e, posteriormente, se assim indicassem estudos fundamentados, introduzir a redação no vestibular. Infelizmente, o que se viu foi a inversão da ordenação lógica, a pronta introdução compulsória de prova ou questão de redação nos concursos vestibulares. E, até agora, não há evidências de que as demais sugestões atinentes à melhoria da qualidade do ensino estejam sendo postas em prática de maneira eficiente. (Ribeiro Netto, 1981, p. 83)

Voltamos nossa atenção a esse processo, em primeiro lugar, por ele ter se passado em instituições que têm a produção do conhecimento científico entre seus papéis primordiais. Somado a isso, há o fato de que o Ensino Superior pode ser uma etapa educacional em que desigualdades sociais são atenuadas ou agravadas. Os dois caminhos são possíveis, a depender dos projetos que se adotam e, no interior desses projetos, dos critérios que definem quem avança e quem fica para

trás. O simples fato de a inclusão das redações nos vestibulares ter sido imposta – à revelia de um debate mais amplo sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica – aponta para uma direção. No entanto, o modo como essa imposição foi assimilada nos contextos universitários também pode nos indicar o esforço de seguir por outro caminho. É nesse ponto que chamamos atenção ao papel de universidades e faculdades como produtoras de conhecimento.

Ao implementarem a medida, essas instituições passaram a ter disponível em seus próprios arquivos, de imediato, um *corpus* vasto e relevante para estudos, principalmente nos campos da linguagem e da educação. Logo nos primeiros anos, encontramos estudos sobre redações de vestibulares realizados em universidades de diferentes regiões do país¹. Com isso, vemos que, já no primeiro momento da inclusão obrigatória da redação nos vestibulares, pesquisadores perceberam a importância de se dedicarem ao estudo desse objeto, com potenciais contribuições tanto para a qualificação desses processos seletivos quanto para as reflexões sobre o ensino e a aprendizagem da escrita, nos diferentes níveis educacionais. Em alguns casos, as próprias instituições de Ensino Superior incorporaram esses estudos à dinâmica de seus vestibulares, passando a produzir publicações específicas e aprofundadas sobre o tema.

O Enem passa a fazer parte dessa história em 1998, quando foi criado com o papel de avaliar o desempenho dos estudantes que concluíam o Ensino Médio. Ou seja, nesse primeiro momento, ainda não era usado como mecanismo de acesso ao Ensino Superior. Sua função principal era produzir dados a serem utilizados para o planejamento, a condução e a avaliação das políticas educacionais. Embora não tivesse o caráter eminentemente seletivo dos vestibulares, o exame foi lançado em formato similar, com um conjunto de questões objetivas e uma prova de redação.

Com uma significativa reestruturação em 2009, o Enem passou a ser adotado como mecanismo de acesso ao Ensino Superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com adesão progressiva

¹ Buscas no Google Acadêmico pelos termos “redação” e “vestibular”, filtrando resultados por anos imediatamente posteriores à obrigatoriedade das provas de redação nos vestibulares, ajudam a ilustrar esse fato.

de instituições de todo o país ao longo dos anos 2010. Como parte desse processo, o exame passou a ser realizado em dois dias, em vez de um único, mudança motivada pelo aumento da quantidade de questões objetivas, que passou de 63 a 180. No que diz respeito especificamente à prova de redação, essa reformulação foi seguida de uma nova visibilidade alcançada graças às cartilhas destinadas aos participantes, publicadas a partir de 2012 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação que realiza o Enem. É nessas cartilhas que se encontram as redações “nota mil” de edições anteriores do exame, com comentários na sequência de cada uma justificando a nota máxima, além de serem apresentados os critérios da avaliação.

Essa breve recuperação histórica nos ajuda a situar no contexto educacional do país as redações “nota mil” do Enem, nosso objeto de análise na *Parte 2* do livro. Além disso, estabelecer essa relação com os vestibulares e a produção acadêmica em torno deles nos possibilita realizar uma primeira aproximação ao campo da Semântica Argumentativa. Isso porque há estudos relevantes desenvolvidos nesse campo que tomam redações de vestibulares como objeto e que constituem importante referência para esta obra. Tratamos de apresentar esses estudos a seguir e, para isso, é necessária uma primeira menção – breve, como pede este momento inicial do livro – ao quadro teórico da Semântica Argumentativa.

A primeira noção fundamental a ser introduzida é a de que a argumentação é construída no discurso pelo encadeamento de entidades da língua, o que ocorre por meio de dois conectores prototípicos: há os encadeamentos do tipo de “portanto”, que são ditos normativos por expressarem uma norma; e há os encadeamentos do tipo de “no entanto”, ditos transgressivos por permitirem expressar a transgressão de uma norma. Por exemplo: “é caro, *portanto* é bom” expressa uma norma segundo a qual a qualidade de um produto está associada ao preço, enquanto “é caro, *no entanto* é ruim” expressa a transgressão dessa mesma norma, mas ainda reconhecendo sua validade. Nessa perspectiva, uma vez que o discurso se constitui exclusivamente desses dois tipos de conexão, pode-se sempre descrevê-lo por meio desses *encadeamentos argumentativos*. Em linhas bem gerais, é essa a ideia sustentada na Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), que começa a ser

desenvolvida nos anos 1990 e é a terceira versão teórica da Semântica Argumentativa, como veremos adiante.

O conceito de encadeamentos normativos e transgressivos já nos possibilita fazer referência aos trabalhos de Barbisan (2005) e Graeff (2005), que apresentam resultados do mesmo projeto de pesquisa, *Análise da argumentação em redações de vestibular*. O *corpus* analisado pelas autoras é constituído por redações produzidas para um mesmo vestibular, cuja proposta de redação tinha como ponto de partida um minipoema de Francisco Alvim. O poema, intitulado “Argumento”, é composto pelo único verso “Mas se todos fazem”. Na sequência, era então solicitado aos candidatos: “Esse é o argumento de muita gente para justificar e avaliar suas ações. Focalize-o, criticamente, por meio da elaboração de um texto dissertativo”.

Graeff (2005) concentra sua análise na compreensão leitora do tema da redação, a partir do quadro da TBS. Na análise da autora, um primeiro passo para a compreensão do tema seria o reconhecimento da argumentação normativa “*todos fazem, portanto um pode fazer*”. Esse seria o ponto de vista do locutor de “Mas se todos fazem”, que traz a ideia de que a imitação é um princípio constitutivo das relações humanas. Das cem redações analisadas, o estudo aponta que 52 não cumpriram esse primeiro critério de compreensão do tema. Porém, a prova solicitava ainda um posicionamento crítico ao ponto de vista expresso no poema, de modo que apenas reconhecer essa norma não era suficiente para atender à proposta. Assim, as redações que se limitaram a explicar causas para o princípio da imitação nas relações sociais estariam apenas no ponto de partida da compreensão do tema, segundo Graeff (2005). Nesse sentido, a autora indica que um possível desenvolvimento das redações que indicaria plena compreensão do tema seria a presença da argumentação transgressiva “*todos fazem, no entanto um não faz*”.

Voltando-se ao mesmo *corpus*, Barbisan (2005) busca analisar como as argumentações são construídas nessas redações. Para isso, a autora concentra seu estudo nas 48 redações cujos autores foram considerados como tendo compreendido o ponto de vista expresso no poema (a argumentação normativa ligada ao princípio da imitação). O objetivo de Barbisan (2005, p. 73) foi verificar se os estudantes

repetiam “lugares comuns, generalizações, e, para isso, constroem encadeamentos unicamente normativos”, ou se eram capazes de “expressar seus pontos de vista apresentando encadeamentos transgressivos”. Os resultados apontam que apenas duas redações, dentre as 48 analisadas, desenvolvem a argumentação transgressiva “todos fazem, *no entanto* um não faz”. Em suas considerações finais, a autora estabelece uma possível relação desses resultados com a forma como a argumentação é ensinada nas escolas, com a solicitação de que estudantes se posicionem “a favor ou contra alguma coisa, sem propor a possibilidade de concessões” (Barbisan, 2005, p. 75). Essa forma de compreensão da realidade teria relação, segundo a autora, com o modelo binário do raciocínio lógico, que classifica os enunciados como verdadeiros ou falsos. O quadro teórico da Semântica Argumentativa, por sua vez, “se afasta do binarismo das condições de verdade e se fundamenta na linguagem natural, razão pela qual se torna não só possível, mas até mesmo fundamental, o encadeamento transgressivo, que admite a norma, mas a ela se opõe de algum modo” (Barbisan, 2005, p. 75-76).

Outro conceito que devemos apresentar agora, ainda que resumidamente, é o de *polifonia*, termo que Oswald Ducrot toma emprestado dos estudos literários de Mikhail Bakhtin (que o havia emprestado do campo da música). O principal emprego do termo por Bakhtin é em referência à obra de Fiódor Dostoiévski, a quem ele caracteriza como o inventor do *romance polifônico*. Com esse termo, Bakhtin busca descrever a presença de várias vozes autônomas na composição de uma mesma obra literária, sem que as vozes/consciências dos personagens sejam subordinadas à voz/consciência do autor. Ainda no início dos anos 1980, Ducrot se inspira em Bakhtin para *questionar a unicidade do sujeito da enunciação*, com destaque para a distinção entre as figuras discursivas do locutor (considerado o responsável pela enunciação) e dos enunciadores (considerados como origem dos pontos de vista expressos pelo locutor). Em sua abordagem polifônica, o linguista propõe a descrição das diferentes posturas do locutor perante cada enunciador, sendo possível *assumir* um ponto de vista, apenas *concordar* com ele ou ainda *rejeitá-lo*.

Antes de apresentarmos um estudo de abordagem polifônica, apenas chamamos a atenção para um fato: a existência, *online*, de diversas

listas que reúnem citações para usar no Enem. Uma busca no Google com os termos “Enem” e “citações” nos encaminha a uma profusão de resultados. O site *Mundo Vestibular*, por exemplo, antes de apresentar suas sugestões, pontua: “considerando que a redação do Enem sempre envolve o respeito aos direitos humanos e pede a apresentação de uma proposta para solucionar um problema, separamos algumas *citações famosas que combinam com qualquer tema*” (Mundo Vestibular, 2021, grifo nosso). Nesse exemplo, como em outros, são indicadas breves falas de locutores célebres – filósofos, sociólogos, escritores, ativistas etc. – sem a apresentação de qualquer contexto em que foram enunciadas. Nas próprias cartilhas do Enem, encontramos uma possível explicação para a existência em grande quantidade dessas listas: as citações de locutores célebres não só são recorrentes nas redações “nota mil” divulgadas pelo Inep, como têm sua presença valorizada pelo órgão nos comentários que se seguem a cada redação. Consideramos esse um indicativo da pertinência de recorrermos à abordagem polifônica para a análise dessas redações.

Entendemos que o estudo de Silva (2008) apoia essa nossa compreensão, constituindo uma importante referência para nosso trabalho no que diz respeito à polifonia. A autora recorre às formulações de Oswald Ducrot para analisar duas redações produzidas para o vestibular de 2008 da UFRGS, selecionadas após uma leitura prévia de 20 redações que obtiveram nota 7,0 na avaliação. O comando da prova de redação daquele ano dizia: “escolha uma ou mais personagens da literatura brasileira que você julgue representativas da brasilidade; determine como e por que elas representam este ou aquele traço de um brasileiro típico”. Em cada uma das redações analisadas, é possível observar “o locutor do discurso colocar em cena diferentes dizeres e pontos de vista para argumentar” (Silva, 2008, p. 45), o que é característico de seu funcionamento polifônico. Um traço comum das duas análises é o fato de as duas redações se iniciarem com uma *polifonia de locutores*, que pode ser descrita como as situações em que o locutor do discurso “traz para o produto da sua enunciação (seu discurso) o produto da enunciação de outros locutores, retomando ditos proferidos em enunciações anteriores à sua” (Silva, 2008, p. 46). É nessa perspectiva que entendemos que as citações, recorrentes nas redações “nota mil”, podem ser compreendidas como manifestação de

polifonia. Além disso, nas duas redações analisadas por Silva (2008), também se observa o recurso à *polifonia de enunciadores*, descrita pela autora, por exemplo, a partir dos empregos de “mas”, termo que possibilita ao locutor mobilizar diferentes pontos de vista e se posicionar em relação a eles. Em suas conclusões, Silva (2008, p. 49) afirma que, nos dois discursos analisados, “os candidatos constituem-se como locutores, responsáveis por seus discursos, organizando palavras e pontos de vista alheios para posicionarem-se e convocarem o outro da alocação a argumentar”.

Ao apresentarmos esses três estudos (Barbisan, 2005; Graeff, 2005; Silva, 2008), nosso objetivo foi demonstrar a pertinência do recurso ao quadro teórico desenvolvido por Ducrot e colaboradores para a análise de objetos de estudo similares ao nosso². Além disso, essa breve revisão bibliográfica nos serviu para uma primeira abordagem a dois conceitos-chave que orientarão nossas análises: a *argumentação linguística*, constituída de encadeamentos normativos e transgressivos, e a *polifonia*, que se estabelece a partir da relação entre o locutor de um discurso e outros seres discursivos (locutores e enunciadores) que ele convoca para sua fala. É em torno de formulações enquadradas dentro desses dois grandes temas da obra de Ducrot que desenvolvemos a revisão teórica apresentada a seguir, na *Parte 1* deste livro. Na sequência, na *Parte 2*, esses conceitos guiarão as análises de quatro redações “nota mil” do Enem, duas da edição de 2018 e duas de 2019. E, assim, por meio desse percurso pela Semântica Argumentativa, que vai da apresentação teórica ao emprego em análises, esperamos que este livro cumpra seu objetivo principal, de oferecer uma introdução ao campo para novos pesquisadores, professores em formação, professores em atuação e demais leitores interessados.

2 Quanto a estudos no campo da Semântica Argumentativa sobre a prova de redação do Enem, conferir: Gomes(2014; 2016); Delanoy e Gomes (2015); Graeff e Gomes (2015); Lebler e Gomes (2017); e Regner, Della Múa e Meneghel (2021).

Apresentação Teórica

1

AB

A argumentação inscrita na língua

O campo em que este trabalho se inscreve é o da Semântica *Argumentativa*. O objeto ao qual nos voltamos nas análises – as redações “nota mil” do Enem – são textos classificados como dissertativo-*argumentativos*. Essa coincidência de termos merece atenção, mas não porque ela explicaria de que maneira esses dois aspectos do trabalho se conectam. Na verdade, o que queremos enfatizar é a diferença dos sentidos de “argumentativo” nos dois empregos. A partir da distinção apresentada por Oswald Ducrot (2009), entendemos que a prova de redação do Enem associa o termo à *argumentação retórica*, enquanto o campo da Semântica Argumentativa se volta à *argumentação linguística*.

Nas palavras de Ducrot (2009, p. 20), a *argumentação retórica* é “a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa”. Sua finalidade é, portanto, a persuasão, e uma das principais estratégias para isso, segundo a retórica clássica, seria a de apresentar “razões que constituem o que se chama *logos*” (Ducrot, 2009, p. 21, grifos do autor)³.

Na Competência 2 da matriz de referência da prova de redação do Enem, encontramos afinidade com a concepção de argumentação dita retórica: “a proposta exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, que é um texto em que se demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de um ponto de vista” (Brasil, 2022, p. 11). Ainda na Competência 2,

3 Ducrot (2009) afirma que, na retórica clássica, a persuasão também passa por desenvolver no interlocutor o desejo de acreditar (*pathos*), ao mesmo tempo que o locutor deve construir uma imagem positiva de si (*ethos*). Interessa-nos aqui apenas o *logos*, pois é nele que, a nosso ver, fundamenta-se a noção de argumentação presente nos materiais da prova de redação do Enem.

encontramos a seguinte descrição da finalidade do texto de tipo dissertativo-argumentativo: “O objetivo desse texto é, em última análise, *convencer o leitor de que o ponto de vista é acertado e relevante*. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, *à luz de um raciocínio coerente e consistente*” (Brasil, 2022, p.15, grifos nossos).

Os destaques na citação anterior nos ajudam a demonstrar a afinidade entre a concepção de argumentação do Enem e a argumentação retórica, conforme exposta por Ducrot (2009). Primeiro, há a proximidade semântica entre a *persuasão* de que fala o linguista e a ação de *convencer*, mencionada na cartilha do exame. Em segundo lugar, esse convencimento deve se dar, segundo o Enem, *à luz de um raciocínio coerente e consistente* – o que, a nosso ver, diz respeito ao *logos* da retórica clássica mencionado por Ducrot (2009).

Consideramos que é também o *logos* da retórica clássica que está na base da Competência 3, por meio da qual se avaliam os argumentos escolhidos e sua organização no texto, sempre levando em consideração a *defesa* de um ponto de vista – o que implica, novamente, que a concepção de argumentação é aquela voltada ao convencimento do leitor.

A Competência 4 cita mecanismos linguísticos que fazem parte dos interesses de estudos de Ducrot, como os conectores⁴. Encontramos também os termos “interdependência” e “encadeamento”, que, como veremos adiante, são centrais para a Semântica Argumentativa. Porém, tais aspectos linguístico-discursivos contemplados por essa Competência são associados à *coesão* e à *articulação* entre as partes do texto, sem que o termo “argumentação” seja empregado com um valor distinto do que o que observamos nas Competências 2 e 3. Com isso, reforçamos nossa leitura de que, quando as redações do Enem são apresentadas como textos dissertativo-argumentativos, a *argumentação* em questão é aquela que Ducrot (2009) define como *retórica*.

Passando, então, à *argumentação linguística*, defini-la implica descrever o próprio campo da Semântica Argumentativa – e a isso está voltada toda a primeira parte desta obra. De início, para entendermos

4 A Competência 4 menciona “operadores argumentativos”, termo que está presente na Semântica Argumentativa desde seu início. Porém, a categoria é bem mais ampla do que a proposta por Ducrot, incluindo, também, termos que o linguista distingue como conectores.

o contraste que Ducrot (2009) estabelece entre a *argumentação retórica* e a *argumentação linguística*, vejamos uma breve explicação sobre esta última:

A ideia de base é que, num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. (Ducrot, 2009, p. 22, grifo do autor).

Observemos como isso se dá no seguinte exemplo (para o qual devemos considerar a presença de um “portanto” implícito ligando A e C):

(A) Você dirige depressa demais, (C) corre o risco de sofrer um acidente.

Ducrot (2009) afirma que não é uma operação de raciocínio que conduz à conclusão C a partir da “verdade” do argumento A. Em outras palavras, não há um sentido informativo original em A que seria transmitido a C, garantindo a validade dessa conclusão.⁵ Ao contrário, é o próprio segmento C que completa o sentido de A: no exemplo, segundo Ducrot (2009), “dirigir depressa demais” significa “dirigir em uma velocidade perigosa”. Vejamos como o sentido de A muda ao trocarmos C por C’:

(A) Você dirige depressa demais, (C’) corre o risco de cometer uma infração.

Aqui, o novo encadeamento, com C’, fornece outro sentido ao segmento A. Nesse segundo exemplo, “dirigir depressa demais” significaria algo como “dirigir em velocidade acima da permitida por lei”. Trata-se, assim, de sentidos que se produzem no enunciado pelas relações entre segmentos.

Podemos pensar também na oposição entre os encadeamentos (1) e (2) a seguir, nos quais é o segmento tido como “conclusão” que se mantém igual, com variação do enunciado tido como “argumento”.

⁵ Como veremos adiante, a constituição do encadeamento com um “argumento” e uma “conclusão” é revista por Ducrot e Carel na Teoria dos Blocos Semânticos. Os autores passam a preferir os termos “primeiro segmento” e “segundo segmento”.

(1) Maria está bem, até voltou a sair.

(2) Maria está mal, até voltou a sair.

Em (1), “até voltou a sair” soa como a retomada de um hábito que o locutor considera saudável; em (2), ao contrário, as saídas de Maria são objeto de preocupação para o locutor. O segmento “até voltou a sair”, por si só, não contém esses sentidos; é a relação com os segmentos que o precedem, em cada caso, que nos permite entender como cada locutor julga as saídas de Maria.

A partir desses exemplos, esperamos ter mostrado por que Ducrot (2009) rejeita com veemência qualquer possibilidade de associar à *argumentação linguística* (essa que é produzida pelos encadeamentos discursivos) a ideia de um *logos*, uma operação racional que permitiria passar de uma suposta “verdade” do argumento a outra suposta “verdade” da conclusão. É, aliás, *contra uma semântica veritativa* que a Semântica Argumentativa é fundada por Ducrot, em parceria com Jean-Claude Anscombre.

O primeiro trabalho que resulta da colaboração entre eles é um artigo de 1976, publicado na revista *Langages*, cujo título é *L'argumentation dans la langue*. Esse texto é republicado em 1983, em livro de mesmo título, também de autoria dos dois linguistas. Mencionamos o título do artigo e sua repetição na obra posterior por ter sido dele que surgiu o nome da teoria que os dois autores desenvolveram em parceria a partir da década de 1970: a Teoria da Argumentação na Língua (ANL)⁶.

No artigo, o ponto de partida de Anscombre e Ducrot (1976) é a contestação da separação entre semântica e pragmática como níveis linguísticos distintos. Nessa perspectiva, à qual eles se opõem, no nível semântico as entidades linguísticas seriam consideradas por seu valor informativo, pelo qual seria possível julgá-las como verdadeiras ou falsas. O nível pragmático consistiria no emprego, pelo qual o locutor busca produzir algum efeito com sua fala. Trata-se, nessa visada, de domínios independentes. É a isso que a ANL se opõe ao propor a integração desses dois campos, considerando ser “*constitutivo do*

⁶ A sigla comumente utilizada por Ducrot e Anscombre é ADL, de *Argumentation dans la langue*. Seguimos esse padrão ao adotar ANL.

sentido de um enunciado pretender orientar a continuação do diálogo” (Anscombe; Ducrot, 1976, p. 14, tradução nossa, grifo dos autores).

Na perspectiva proposta por eles, a descrição semântica deve levar em conta, por exemplo, que um enunciado interrogativo – como “Quem veio?” – implica conduzir o interlocutor a dar uma resposta: “a língua é tal que não se pode fazer uma pergunta sem se apresentar como impondo ao outro obrigações desse tipo – ou então não se trata mais de uma pergunta” (Anscombe; Ducrot, 1976, p. 14, tradução nossa). É aí que se funda a ideia de que *a argumentação está inscrita na língua*, pois os linguistas postulam ser “*um traço constitutivo* de muitos enunciados que não se pode empregá-los sem pretender orientar o interlocutor a um certo tipo de conclusão” (Anscombe; Ducrot, 1976, p. 14-15, tradução nossa, grifo dos autores).

É importante frisarmos que, com o desenvolvimento da ANL, essa característica, que inicialmente Anscombe e Ducrot (1976) afirmam ser constitutiva de *muitos enunciados*, passará a ser atribuída à totalidade das entidades linguísticas. Em síntese, o campo de estudos fundado pelos linguistas franceses se constituirá em torno do projeto de descrever o sentido das entidades linguísticas (por isso é uma *Semântica*) pelas possibilidades de continuação discursiva que cada uma delas coloca (por isso, essa Semântica é qualificada como *Argumentativa*). Nos capítulos seguintes recuperamos o percurso de desenvolvimento desse campo e apresentamos seus principais conceitos e recursos para a descrição do sentido. Antes, porém, é importante atentarmos a um termo presente na ideia de base da teoria ao qual ainda não demos a devida atenção. Afinal, se a argumentação está inscrita *na língua*, é fundamental evidenciar-mos qual é a concepção de língua com que estamos lidando. Tratemos então desse tema, junto a outros fundamentos da obra de Ducrot.

Fundamentos da semântica de Ducrot

De início, devemos situar a obra de Ducrot em relação à sua declarada inspiração saussuriana. Recordemos que o *Curso de linguística geral*, de 1916, editado a partir dos cursos de Ferdinand de Saussure, define como objeto da linguística a *língua* (sistema de signos compartilhado socialmente), em oposição à *fala* (ato individual de uso da língua)⁷. Segundo Silva (2012, p. 174), a relação entre *língua* e *fala* apresentada no *Curso de linguística geral* “é operacionalizada por Ducrot através da interrelação entre o que chama de sistema abstrato e manifestação desse sistema, visto conceber o fato enunciativo como incluindo uma interdependência entre essas duas instâncias”. É dessa operacionalização que resultam dois pares conceituais dos quais tratamos neste capítulo: *frase* e *enunciado*; *significação* e *sentido*. Como nos lembra Silva (2012, p. 174), Ducrot procura as bases em Saussure para defender uma semântica “que introduz a fala na língua e a enunciação na frase”. Ou seja, o valor semântico das entidades linguísticas *inclui o uso* – princípio que já vimos se estabelecer na proposta de Anscombe e Ducrot (1976) de integrar semântica e gramática.

É também do *Curso de linguística geral* que a Semântica Argumentativa toma emprestados os conceitos de *signo*, unidade da língua, e *valor*, produto de suas relações com os demais signos no sistema da língua. Barbisan (2006, p. 29) ressalta que, para Ducrot, o signo “é a frase, isto é, estrutura abstrata, criada pelo linguista, e seu significado é constituído pelas possibilidades de relação semântica que ela apresenta com outras frases”. A essa concepção de *frase*, Ducrot opõe o *enunciado*, entidade observável, um fragmento de discurso real, concreto. Por exemplo, “O tempo está bom” é uma construção possível na língua portuguesa, mas, enquanto *frase*, não tem realidade material, não é observável. Essa construção só se torna observável quando alguém a enuncia em um discurso – e cada ocorrência num momento

⁷ Qualquer breve definição de *língua* e *fala* a partir do *Curso de linguística geral* esbarra na diversidade de perspectivas pelas quais esses termos são abordados, bem como no caráter editorial complexo dessa obra, organizada após o falecimento de Saussure a partir de anotações de alunos de três cursos do linguista. Apresentamos um tratamento bastante simples dos termos, apenas para situar sua assimilação por Ducrot. Para uma abordagem mais detalhada do tema, indicamos os capítulos “Linguagem, língua e fala” e “Linguística da língua e linguística da fala”, de Battisti, Othero e Flores (2021).

e contexto específicos constituirá um *enunciado*. Assim, cada frase resulta da abstração, pelo linguista, de suas inúmeras realizações, de seus enunciados.

Com isso, chegamos à formulação ducrotiana de que a língua, composta por frases, pertence ao domínio do abstrato, enquanto o discurso, composto por enunciados, pertence ao domínio do concreto. A oposição *língua x discurso* (parafra-seável pela oposição *abstrato x concreto*) tem grande importância na obra de Ducrot, por ser frequentemente utilizada para expressar sua compreensão do fazer do linguista. E, para Ducrot (2005d), ainda que língua e discurso representem “centros de interesse” distintos para quem se dedica a estudá-los, esses dois domínios estão sempre em relação graças à *enunciação*:

Podemos nos interessar pela diversidade dos efeitos produzidos (essa é a escolha inerente ao projeto de analisar o discurso), ou pelo valor permanente das palavras a partir das quais esses efeitos são produzidos (essa é a escolha linguística propriamente dita). Contudo nenhuma dessas escolhas pode ignorar o fenômeno da enunciação. O analista do discurso descreve as enunciações *reais*, o linguista, procurando descrever as palavras, descobre nelas as indicações relativas à sua *possível* enunciação. (Ducrot, 2005d, p. 14, grifos do autor)

A enunciação também é apresentada por Ducrot (1987) como um terceiro termo que se acrescenta à oposição entre frase (entidade da língua) e enunciado (entidade do discurso). Para o linguista, na relação com essas entidades, a enunciação seria “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (Ducrot, 1987, p. 168). Segundo Silva (2012, p. 186-187), essa definição tem relação com o reposicionamento teórico do linguista nos anos 1980: “Afastando-se das leituras pragmáticas, Ducrot distancia-se da noção de enunciação como ato e se dedica a desenvolver a Teoria da Argumentação inscrita na língua, estabelecendo a relação entre enunciação e acontecimento”⁸.

8 Nos anos 1980, Ducrot se distancia da pragmática ligada aos trabalhos dos filósofos da linguagem de Oxford. Em sua guinada enunciativa, deixa de lado, por exemplo, a teoria dos atos de fala. Porém, devemos observar que Ducrot (1987, p. 163) ainda emprega o termo “pragmática”, ao descrever sua disciplina como “pragmática linguística” ou “pragmática semântica”, mas buscando outra conotação: “Não se trata mais do que se faz quando se fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz”.

Um texto emblemático desse momento de reposicionamento teórico é o “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”⁹, em que Ducrot coloca a enunciação no centro do que considera ser a tarefa do linguista semanticista, que seria a de “descrever sistematicamente as *imagens da enunciação* veiculadas pelo enunciado” (Ducrot, 1987, p. 164, grifo nosso). Ao longo de todo o texto, Ducrot (1987) vai apresentando com diferentes termos essa relação: todo enunciado *diz algo sobre* sua enunciação; ou, ainda, o enunciado *representa, descreve, qualifica* a enunciação. Em outras palavras, por ser observável, por ser realizado em uma situação concreta, o enunciado contém indicações sobre o momento e o contexto de sua produção, sobre o acontecimento que lhe dá origem, isto é, sobre sua própria enunciação.

Para desenvolver essa ideia, é importante mostrar como Ducrot relaciona o par conceitual *frase/enunciado* com a noção saussuriana de *valor*, ao estabelecer uma distinção entre a *significação* (valor semântico da frase) e o *sentido* (valor semântico do enunciado). A primeira seria um conjunto de instruções contidas na frase que funcionariam como uma chave interpretativa, uma via para a construção do sentido de um enunciado. Vejamos alguns exemplos. No caso da frase citada anteriormente, “O tempo está bom”, a significação conteria “uma instrução *solicitando que se procure* de que lugar fala o locutor” (Ducrot, 1987, p. 170, grifo nosso). Num exemplo mais amplo, para as diversas possibilidades de frases no presente do indicativo, Ducrot afirma: “a significação de uma frase no presente do indicativo *prescreve ao interpretante determinar* um certo período – que pode ser de duração bastante diversa, mas deve incluir o momento da enunciação [...]” (Ducrot, 1987, p. 171, grifo nosso). Grifamos, nas duas citações anteriores, expressões que dão a ver a ideia de *instrução* usada para definir a significação.

Devemos nos recordar que a frase é uma construção do linguista, que atribui a ela uma significação para que esta possa ajudá-lo a “compreender por que seus enunciados têm, nesta ou naquela situação de emprego, este ou aquele sentido” (Ducrot, 1980a, p. 13, tradução

⁹ Trata-se do último capítulo de *O dizer e o dito*, cuja publicação original em francês é de 1984. Daqui em diante, também fazemos referência ao texto como “Esboço”.

nossa). E também devemos nos recordar que o enunciado, na medida em que é uma entidade real, concreta, sempre aparecerá em uma situação única, irrepetível, que igualmente contribui para constituir seu sentido. Como observa Ducrot (1980a, p. 33, tradução nossa), “há milhares de maneiras possíveis de obedecer às instruções veiculadas pela frase”. Com isso, compreendemos que *a significação orienta, mas não define o sentido*.

Um bom exemplo é a clássica descrição no campo da Semântica Argumentativa dos encadeamentos construídos com o termo “mas”¹⁰. Por exemplo, em “Pedro veio, mas já foi embora”, temos, no nível das frases, as proposições gramaticais “Pedro veio” e “[Pedro] já foi embora” e a instrução para que elas sejam relacionadas a sentidos opostos, prevalecendo o sentido ligado à segunda proposição. É no nível dos enunciados que esses sentidos se constroem. Em certo contexto, poderíamos ter, por exemplo, ligado a “Pedro veio”, um sentido como: “então poderemos conversar com ele”; e, ligado a “[Pedro] já foi embora”, um sentido como: “então *não* poderemos conversar com ele”. Esses segmentos iniciados por “então” não são pronunciados, não têm realidade material como o enunciado, mas *compõem o sentido*. E o segundo sentido – de que não será possível conversar com Pedro – é o que prevalece.

Uma descrição da *significação* dirá que as frases de estrutura *X mas Y* contêm a orientação para que o interpretante busque uma oposição entre duas entidades semânticas *P* (ligada a *X*) e *não-P* (ligada a *Y*), com a prevalência de *não-P*¹¹. Vê-se que a significação tem a forma de uma orientação geral a ser aplicada nos casos particulares – é justamente esse o gesto de abstração que caracteriza as descrições no domínio da

10 Anscombe e Ducrot (1977) e Ducrot e Vogt (1979) distinguem dois usos da conjunção francesa “*mais*” (equivalentes a dois usos de “mas” em português). Como o espanhol distingue esses dois usos em conjunções diferentes, a comparação com essa língua ajuda a tornar a diferença mais clara. O primeiro tipo (equivalente a “*sino*” em espanhol) é o que se dá em “Pedro não é apenas gentil, mas muito generoso”. O segundo tipo (equivalente a “*pero*” em espanhol) se encontra em: “Pedro veio, mas já foi embora”. O que apresentamos aqui é a descrição desse segundo uso de “mas”, cujo estudo é o mais recorrente na Semântica Argumentativa.

11 A prevalência de *não-P* pode se dar de diferentes modos. Nos casos comumente nomeados “concessão”, o locutor reconhece certa validade de *P*, entendendo-a, porém, como uma conclusão mais fraca do que *não-P*. Já em outros casos, a conclusão *P* é totalmente descartada, pois o segmento *Y*, mais do que simplesmente concluir em favor de *não-P*, traz em suas próprias palavras uma interdição de *P*, privando *X* dessa orientação argumentativa (privação que não ocorre nos usos concessivos de “mas”).

língua. E cabe lembrar que tais entidades *P* e *não-P* só serão de fato conhecidas, ou “preenchidas” de sentido, no contexto discursivo, a partir de usos reais das frases. Quando *P* torna-se algo como “então poderemos conversar com Pedro” e *não-P* torna-se algo como “então *não* poderemos conversar com Pedro”, deixamos o território da significação (língua) e adentramos o do sentido (discurso).

No trabalho de descrição semântica por essa perspectiva, enquanto a significação é o caminho para chegar ao sentido, o sentido é o caminho para chegar à enunciação. Como afirma Silva (2012, p. 188), a análise em Ducrot “centra-se no percurso do dito para o dizer, em que o segundo é consequência da análise realizada sobre o primeiro”. É nessa perspectiva que tem lugar a definição do sentido como “um conjunto de indicações sobre a enunciação” (Ducrot, 1987, p. 173). Todos aqueles verbos que destacamos anteriormente (o enunciado *representa, descreve, qualifica, diz algo sobre* a enunciação) servem, então, para compreendermos o sentido. Por meio dessa formulação, Ducrot distancia-se da teoria dos atos de fala para desenvolver uma *pragmática semântica*, na qual, se algum ato é realizado, isso se dá semanticamente, no interior do enunciado¹², por meio da representação da enunciação:

Vê-se, por isso, porque chamo “pragmáticas” minhas descrições do sentido dizendo que o sentido é algo que se comunica ao interlocutor: estas descrições são pragmáticas na medida em que levam em conta o fato de que o sujeito falante realiza atos, *mas realiza estes atos transmitindo ao interlocutor um saber – que é um saber sobre sua própria enunciação*. Para fixar a terminologia, direi que interpretar uma produção linguística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nela atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação. (Ducrot, 1987, p. 173, grifo nosso)

Esse *saber* transmitido pelo locutor ao interlocutor diz respeito, *ao mesmo tempo*, àquilo que ele diz, à sua posição em relação ao que

12 Outra formulação importante nesse reposicionamento teórico é a distinção entre *sujeito falante* (o produtor real do enunciado, que não é considerado na descrição semântica) e o *locutor* (o “personagem” que o próprio enunciado caracteriza como o responsável por sua enunciação). Trataremos dessa distinção adiante, mais especificamente nos capítulos “A polifonia”, “O locutor” e “Os enunciadores”.

diz e à maneira como ele situa o interlocutor em relação a esse dito e a seu dizer. Destacamos a expressão *ao mesmo tempo* para enfatizar que, como nos lembra Barbisan (2006), Ducrot não separa uma suposta descrição da realidade por meio da linguagem das relações subjetivas e intersubjetivas que a atravessam: “Para Ducrot, não há uma parte objetiva no sentido da linguagem, porque ela não descreve diretamente a realidade” (Barbisan, 2006, p. 31). Nas palavras de Ducrot (1990, p. 50, tradução nossa, grifo nosso), a “maneira como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de *um debate entre os indivíduos*”. Ainda apoiados em Barbisan (2006), compreendemos que é em torno da *argumentação* que essa relação *realidade x interlocutores x linguagem* se condensa na semântica ducrotiana: “Os aspectos subjetivo (a posição do locutor) e intersubjetivo (a relação locutor/interlocutor) são unificados e reduzidos ao valor argumentativo dos *enunciados*” (Barbisan, 2006, p. 31, grifo da autora). Numa definição bem sucinta, o *valor argumentativo* de um enunciado consiste nas possibilidades de continuação discursiva que ele coloca – noção que também é apresentada na ANL sob o nome de *orientação argumentativa*. De modo trivial, poderíamos descrever essa ideia assim: ao dizer *P*, conduzo meu interlocutor a dar continuidade ao discurso por meio de determinados sentidos, como *Q* ou *R*, mas interdito outros sentidos, como *S* ou *T*. Para desenvolver essa ideia, apresentamos no próximo capítulo como a compreensão da argumentação se desenvolveu na ANL, em suas diferentes versões.

O desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua

A concepção de argumentação que Ducrot (1989) apresenta como “tradicional” – à qual a ANL busca se contrapor – pode ser resumida nos seguintes termos: o enunciado *A*, que designa um fato *F*, é usado como argumento para justificar uma conclusão presente no enunciado *C*. Segundo Ducrot (1989), nessa concepção tradicional, o *papel da língua* é duplo: i) fornecer os conectores (“*A portanto C*”; “*C já que A*” etc.) e ii) designar o fato *F* por meio do enunciado *A*. Entretanto,

o movimento argumentativo é visto como “absolutamente independente da língua” (Ducrot, 1989, p. 17), sendo realizado pela situação de discurso ou por leis psicológicas, lógicas, retóricas, sociológicas, entre outras – são a estas que se recorre para estabelecer o fato F como verdadeiro ou falso, e é esse julgamento do valor de verdade de F que constitui a base da argumentação na visada tradicional.

Para se contrapor a essa concepção, Ducrot (1989) trabalha a diferença entre frases com as expressões “pouco” e “um pouco”, que, segundo o linguista, representariam um mesmo fato F, ou seja, aquilo que elas descrevem teria um valor de verdade equivalente numa semântica veritativa. Pensemos na oposição entre as seguintes frases:

(a) Tomei pouco sol x (b) Tomei um pouco de sol

Acompanhando Ducrot (1989)¹³, consideramos que os enunciados dessas duas frases têm sempre *o mesmo valor informativo*. Em outras palavras, sempre haverá entre eles uma *identidade factual*: quando os enunciados de (a) forem verdadeiros, os de (b) também o serão; quando os enunciados de (a) forem falsos, os de (b) também o serão. Mesmo assim, como falantes, percebemos que é diferente escolher (a) ou (b) para iniciar um discurso, pois percebemos que tais frases implicam “intenções¹⁴ argumentativas totalmente diferentes” (Ducrot, 1989, p. 18). Por exemplo: “Tomei *pouco* sol” possibilita uma argumentação segundo a qual fiquei doente por isso. Já “Tomei *um pouco* de sol” não possibilita encaminhar a mesma¹⁵ argumentação. Apesar da identidade factual (em ambos os casos, o locutor tomou sol, mas não por muito tempo), há uma diferença argumentativa. Ressaltando essa diferença, Ducrot busca mostrar que “a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que

13 Os exemplos trabalhados pelo linguista são “Pedro trabalhou pouco” e “Pedro trabalhou um pouco”.

14 Observamos que a intenção argumentativa, aqui, deve ser compreendida no sentido de uma orientação argumentativa própria à frase (elemento da língua), não tendo qualquer relação com uma disposição de espírito, uma vontade do sujeito falante, já que Ducrot busca excluir qualquer dimensão psicológica de sua semântica.

15 Pode-se colocar, como objeção, que o encadeamento “Tomei um pouco de sol, por isso fiquei doente” é também possível. Admitindo-se isso, devemos observar que não se trataria da mesma argumentação, ou, em outras palavras, a doença em cada caso seria distinta. Nos termos da ANL, diríamos que o que fundamentaria a relação entre o enunciado-argumento e o enunciado-conclusão seria um *outro princípio*, algo que Anscombe e Ducrot buscarão precisar na segunda versão da teoria.

o enunciado da frase veicula” (Ducrot, 1989, p. 18).

Temos aí a ideia de base da primeira versão da ANL, que, na terminologia apresentada no capítulo anterior, é assim expressa: “a significação de certas frases contém instruções que determinam a intenção argumentativa a ser atribuída a seus enunciados: a frase indica como se pode, e como não se pode argumentar a partir de seus enunciados” (Ducrot, 1989, p. 18).

Na primeira versão, as possibilidades argumentativas de um enunciado A seriam o “conjunto dos enunciados C_1, C_2, \dots etc. que podem aparecer como conclusões de A” (Ducrot, 1989, p. 20). Para “Tomei um pouco de sol”, teríamos, por exemplo, como possíveis conclusões, enunciados como:

- “... por isso meu rosto está ardendo”;
- “... é melhor eu passar um hidratante antes de dormir”;
- “... então vou dar um mergulho para refrescar”; entre outros.

Porém, diante dessa concepção de argumentação linguística, caberia a pergunta: o trabalho de descrição semântica do valor argumentativo de um enunciado consistiria em produzir uma lista das conclusões que ele possibilita? Em uma revisão dessa primeira versão da ANL, Ducrot (1989, p. 21, grifos do autor) afirma que lhe parece “pouco interessante, se temos como objetivo encontrar uma descrição geral de *pouco* e *um pouco*, fundamentar esta descrição sobre alguns exemplos dispersos e heterogêneos de conclusões possíveis em um caso e não em outro”. Além disso, o ponto crucial de sua crítica está ligado ao que adiantamos há pouco (na nota de número 15): o linguista constata que, “na maior parte dos casos, pode-se utilizar os dois morfemas [“pouco” e “um pouco”] para conclusões idênticas” (Ducrot, 1989, p. 21). Por exemplo, admitimos tanto (3) quanto (4) como encadeamentos possíveis:

(3) Tomei pouco sol, por isso fiquei doente.

(4) Tomei um pouco de sol, por isso fiquei doente.

A solução da ANL para explicar essas duas possibilidades foi considerar a argumentação não apenas pelos enunciados que desempenham o papel de argumento e conclusão, mas também pelos “princípios

dos quais se serve para colocá-los em relação” (Ducrot, 1989, p. 21). Trata-se de um *terceiro elemento semântico* a ser considerado nos encadeamentos argumentativos, que se agrega ao enunciado A e ao enunciado C, garantindo a passagem do primeiro ao segundo. Por exemplo, o que sustenta a argumentação em (3) é o princípio de que *tomar sol faz bem à saúde*, ao passo que, em (4), o princípio é o de que *tomar sol faz mal à saúde*. Cada um desses princípios argumentativos é chamado *topos* e, por isso, a segunda versão da ANL é conhecida como teoria dos *topoi*¹⁶.

Todo *topos* é caracterizado por ser: i) *universal*, isto é, partilhado por uma comunidade linguística; ii) *geral*, ou seja, aplicável não apenas à situação atual de discurso, mas a todo um conjunto de situações semelhantes; e iii) *gradual*, o que significa que os predicados que o *topos* coloca em relação podem variar em intensidade, para mais ou para menos.

Esse terceiro aspecto é enfatizado por Ducrot (1989), segundo ele, por ter sido o menos abordado até então pelas teorias da argumentação. A gradualidade do *topos* pode ser expressa por *formas tópicas*, que representam de que forma uma variação no predicado presente em A implica necessariamente uma variação no predicado presente em C. Por exemplo, o *topos* T1 subjacente a (3) – que descrevemos pela ideia de que *tomar sol faz bem* – evocaria as seguintes formas tópicas:

T'1: Quanto *mais* se toma sol, *melhor* para a saúde.

T"1: Quanto *menos* se toma sol, *pior* para a saúde.

Por sua vez, o *topos* T2 subjacente a (4) – que descrevemos pela ideia de que *tomar sol faz mal* – evocaria as formas tópicas:

T'2: Quanto *mais* se toma sol, *pior* para a saúde.

T"2: Quanto *menos* se toma sol, *melhor* para a saúde.

A relação entre T'1 e T"1 é de *reciprocidade*. Isso significa que, mesmo conferindo às frases orientações argumentativas opostas, elas

¹⁶ Esse termo grego é emprestado da obra de Aristóteles – *topos* é o singular e *topoi*, o plural. Ducrot (1988) observa que o sentido que ele e Anscombe propõem é bem menos amplo do que na retórica de Aristóteles, restringindo-se, na ANL, ao papel discursivo de garantir a passagem de A a C.

partem do mesmo princípio, isto é, do mesmo *topos*. O mesmo vale para o *topos* T2: a forma tópica T'2 é recíproca de T'1.

Segundo Ducrot (1989), essa segunda versão da ANL permite precisar o papel de palavras como “pouco” e “um pouco” na força argumentativa das frases da língua. As frases com “um pouco” terão como instrução que, ao serem enunciadas como argumento, se convoque uma forma tópica do tipo “quanto mais...” – o que corresponde, nos exemplos acima, às formas T'1 e T'2. Inversamente, frases com “pouco” terão como instrução que, ao serem enunciadas como argumento, se convoque uma forma tópica do tipo “quanto menos...” – como as formas T'1 e T'2 dos exemplos anteriores. Devido a essa capacidade de “pouco” e “um pouco” selecionarem formas tópicas de um ou de outro tipo (uma capacidade geral, que independe do *topos* específico envolvido), Ducrot classifica esses itens lexicais como *operadores argumentativos*¹⁷.

Avaliando a passagem da primeira para a segunda versão da ANL, diríamos que a principal mudança é de ordem teórico-metodológica – o novo conceito de *topos* é introduzido na teoria a partir da necessidade de aprimorar as descrições do valor argumentativo de frases e enunciados. Já a passagem da segunda para a terceira versão implica uma revisão, primeiramente, de ordem epistemológica. Com isso queremos dizer que a própria condição de existência do campo da Semântica Argumentativa é tomada em análise. Vejamos algumas das palavras iniciais de Ducrot (1999, p. 1, grifo nosso) em um texto em que empreende essa reavaliação da teoria dos *topoi*:

Nós nos enganamos na medida em que pensávamos mostrar como e por que é possível “argumentar” com as palavras da língua. O que de fato mostramos, a meu ver, é que é impossível argumentar com as palavras, que nossos discursos, mesmo que sejam comumente qualificados como “argumentativos”, não correspondem a nada do que se entende por argumentação, ou ainda que a argumentação é uma miragem.

17 Outros operadores argumentativos seriam: “quase”, “apenas”, “já”, “ainda”, entre outros. O capítulo “Classificação das palavras” traz uma apresentação dessa categoria de palavras no quadro da terceira versão da ANL.

[...] Esta [a argumentação] também é tão somente um sonho do discurso, e nossa teoria deveria antes se chamar “teoria da não-argumentação”.

O trabalho apontado como tendo conduzido a essa profunda reconsideração a respeito do campo é a tese de doutorado de Marion Carel, de 1992. De fato, a colaboração entre Carel e Ducrot gera um novo quadro para a ANL, com o desenvolvimento da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS)¹⁸. Porém, a historiografia da linguística nos alerta para o cuidado necessário com os discursos de ruptura. Por isso, devemos atentar para a presença de formulações basilares dessa nova versão da teoria em trabalhos de Ducrot anteriores à tese de Carel, o que buscamos mostrar adiante. Com isso, não negamos as significativas mudanças que culminam na formulação da TBS e a contribuição de Carel para tais mudanças, mas evitamos o discurso de ruptura que as associa essencialmente à tese da linguista.

Em virtude dessas mudanças, muitos definem a TBS como a versão mais radical¹⁹ da ANL, e alguns autores, hoje, já preferem tratá-la como uma teoria distinta²⁰. Reconhecemos que a longevidade da TBS tem lhe conferido fases próprias, o que justifica a segunda posição²¹. Entretanto, ficamos com a primeira, tendo em vista a permanência da ideia de base que dá nome à teoria – segundo a qual *a argumentação está inscrita na língua* – e também nosso foco, voltado à obra de Ducrot.

Nessa nova revisão da ANL, Ducrot (1999, p. 2) relembra a filiação saussuriana que sempre esteve entre os princípios da teoria e que implica “uma recusa em caracterizar as entidades da língua a partir de entidades fora da língua”. O linguista também relembra que a ANL “destina-se precisamente a restringir o tipo de combinações

18 Ainda na primeira metade dos anos 1990, Ducrot deixa de trabalhar com a teoria dos *topoi* e passa a se dedicar ao desenvolvimento da TBS. Ao longo de toda a década, Anscombe segue trabalhando com os *topoi*, dando à teoria novas versões. Os dois não produziram mais nenhum trabalho em colaboração.

19 Segundo Ducrot (2009, p. 22), a forma dada à ANL pelos trabalhos de Carel “ao mesmo tempo explicita e radicaliza as ideias que Jean-Claude Anscombe e eu havíamos apresentado”.

20 Gomes (2020, p. 83) afirma que, “com os avanços da Semântica Argumentativa, não mais se considera a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) uma fase (uma dita terceira fase) da Teoria da Argumentação na Língua (ANL)”.

21 Gomes (2020) identifica duas fases na TBS: a *standard*, de seu surgimento até 2010, e a atual, a partir de 2010. Apresentamos aqui a versão *standard*, a partir da obra *La Semántica Argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos* (Carel; Ducrot, 2005), além de textos iniciais de Ducrot (1999) e Carel (1995) que justificam a substituição da teoria dos *topoi*.

discursivas a serem levadas em conta na descrição linguística, de maneira a que se torne possível uma caracterização sintagmática das frases que as distinga umas das outras” (Ducrot, 1999, p. 3). Para realizar essa descrição, os *topoi* e suas formas tópicas vinham sendo o principal recurso da Semântica Argumentativa nos anos 1980 e início dos 1990. Porém, a partir da nova parceria com Carel, Ducrot (1999) passa a identificar uma incompatibilidade dessa forma de descrição com a inspiração saussuriana da ANL, que implicaria uma recusa em considerar elementos externos à língua para a descrição do sentido. Nesse ponto da crítica, o que está sob questionamento é o *topos* como princípio explicativo central da argumentação linguística, pois tal explicação envolvia recorrer a propriedades físicas – portanto, não linguísticas – para descrever os predicados da língua (Ducrot, 1999). Por exemplo, em “Está calor, vamos passear”, a gradualidade (aspecto central da argumentação na teoria dos *topoi*) era descrita por formas tópicas como “quanto mais calor, mais agradável o passeio”, o que acaba sendo relido por Ducrot (1999, p. 6) como uma admissão de que “as palavras e as frases da língua significam domínios da realidade, e isto é justamente o que gostaríamos de evitar”.

Um outro aspecto da crítica aos *topoi* é uma possível independência atribuída ao argumento (A) e à conclusão (C). Como se, em “Está calor, vamos passear”, o calor fosse um fato por si só, capaz de conduzir à conclusão “vamos passear” pela existência de um *topos* que garante: o calor é bom para passear. Eram mobilizados, assim, três elementos semânticos, A, C e o *topos*, que poderiam ser entendidos como autônomos. Em oposição a isso, a TBS formula a noção de *interdependência semântica*, segundo a qual o sentido de A só se constitui na relação com o sentido de C, de modo que “C não serve para *escolher*, mas para *construir* o sentido de A” (Ducrot, 1999, p. 7, grifos do autor). De modo análogo, o sentido de C depende da relação com A. Assim, podemos reconsiderar o exemplo “Está calor, vamos passear”, compreendendo que se trata de *um tipo de calor* e de *um tipo de passeio*. Ambos se determinam mutuamente.

Apesar de Ducrot voltar essa crítica à teoria dos *topoi*, consideramos que uma possível independência entre A e C já era contestada por ele próprio ainda na segunda versão da ANL, antes da tese de Marion Carel. É o que vemos em *Polifonía y argumentación*, obra de 1990 que

reúne conferências que Ducrot apresentou em Cali (Colômbia) em 1988. Na segunda conferência do capítulo III, Ducrot (1990, p. 73, tradução nossa) afirma que “nossas palavras não têm sentido completo antes das conclusões que tiramos delas”, e para explicar essa ideia opõe os exemplos:

- (5) Está calor, vamos passear.
- (6) Está calor, não vamos passear.

Nos dois momentos em que Ducrot (1990) opõe esses encadeamentos nas conferências de Cali, sua posição é clara. Na primeira menção, diz que o calor apresentado em (5) “é visto como algo que faz o passeio, o exercício físico, agradável” (Ducrot, 1990, p. 54, tradução nossa). Em contrapartida, em (6), o calor “é visto de maneira diferente, como algo sufocante, desagradável, pesado” (Ducrot, 1990, p. 54, tradução nossa). Ao retomar o exemplo posteriormente, reforça que “esses dois discursos não dão o mesmo valor semântico à expressão ‘está calor’” (Ducrot, 1990, p. 74, tradução nossa). Com isso, compreendemos que a introdução da *interdependência semântica* na TBS consistiu na explicitação e na consolidação – por meio de um novo conceito – de uma ideia que já vinha sendo formulada na ANL, ao menos no final dos anos 1980, época das conferências de Ducrot em Cali²².

Para desenvolver melhor como esse novo conceito, a *interdependência semântica*, é trabalhado, vejamos outro exemplo de Ducrot (1999), dessa vez variando a frase que constitui os enunciados A e mantendo a frase que constitui os enunciados C:

- (7) É tarde, Pierre deve estar lá.
- (8) É cedo, Pierre deve estar lá.

Diante desses encadeamentos, Ducrot (1999, p. 8) questiona: “Certamente trata-se nos dois casos da presença de Pierre, mas será a mesma presença?”. O linguista responde recorrendo à diferença de orientação argumentativa em cada caso: “Para nós o sentido de um

²² Essa compreensão da argumentação linguística, sustentada na ideia de *interdependência semântica*, é aquela que apresentamos no capítulo “A argumentação inscrita na língua”, com os exemplos de Ducrot (2009) sobre diferentes sentidos de “dirigir rápido demais” e nossos exemplos sobre diferentes sentidos de “até voltou a sair”.

fragmento de discurso reside em sua orientação, nas continuidades que lhe podem ser dadas. Ora, é fácil ver que os dois ‘Pierre deve estar lá’ não admitem as mesmas sequências” (Ducrot, 1999, p. 8). Por exemplo, “mesmo depois de tanto tempo” e “mesmo que o trem dele tenha se atrasado” só poderiam ser encadeados a (7), e não a (8), sugere Ducrot (1999). Como continuidades possíveis para (8), mas impossíveis para (7), podemos imaginar: “ele nem deve ter terminado de se arrumar” ou “fique tranquilo, vamos chegar antes dele ir embora”. Ou seja, a presença em (7) é a de alguém que já chegou; a presença em (8) é a de alguém que ainda não partiu.

Outro objeto de contestação da TBS em relação às versões anteriores da ANL é a escolha dos termos “argumento” e “conclusão”, emprestados da retórica, para referir-se aos enunciados encadeados na argumentação linguística. Na TBS, prefere-se nomeá-los como “primeiro segmento” e “segundo segmento” do encadeamento argumentativo. Trata-se de uma perspectiva que também já vemos se delinear nas conferências de Cali, realizadas em 1988 e publicadas em 1990. Ao tratar dos exemplos (5) e (6) citados anteriormente, Ducrot já fala em primeiro segmento (S1) e segundo segmento (S2). Mais importante que isso é sua afirmação de que a sequência S1 + S2 “constitui, já que S1 desempenha o papel de argumento para S2, um enunciado único” (Ducrot, 1990, p. 55, tradução nossa). Embora o termo “argumento” ainda apareça na explicação de Ducrot (1990), uma mudança de compreensão teórica, de grande importância, já pode ser observada nessas linhas, na medida em que é o *encadeamento como um todo* que passa a ser considerado como *um único enunciado*. Antes, como vimos, Ducrot tratava o argumento e a conclusão como constituindo, cada um, um enunciado. E a mudança se estende à frase, unidade elementar da língua: “De maneira geral, cada vez que tenho uma sequência em que o primeiro segmento é argumento para o segundo, direi que há um só enunciado e portanto uma só frase”²³(Ducrot, 1990, p. 55,

23 A sequência do texto também merece nossa atenção, já que Ducrot (1990) admite que aquilo que em certas frases/enunciados é tratado como um segmento, em outros casos, pode ser considerado individualmente como uma frase ou enunciado. Isso vale tanto para os encadeamentos com “portanto” quanto para os encadeamentos com “mas”. Em resumo, entendemos que Ducrot (1990, p. 55-56) admite que se trate como frases (e, consequentemente, como enunciados) estruturas destes três tipos: a) um segmento X; b) um encadeamento básico *X portanto Y*; c) um encadeamento complexo *X mas Z* (cuja instrução, como frase, indica que se busque completar o sentido para *X portanto P* e para *Z portanto não-P*).

tradução nossa).

O afastamento dos termos “argumento” e “conclusão” também é defendido por Carel (1995), que entende que as primeiras versões da ANL admitem (ainda que implicitamente) a argumentação como forma de inferência – o que a aproximaria justamente da retórica clássica da qual Anscombe e Ducrot buscavam se afastar. Nessas primeiras versões, a estrutura básica de toda sequência discursiva argumentativa é sempre do tipo *A portanto C*, em que um argumento (A) seria usado, segundo Carel (1995), para *justificar* uma conclusão (C). Em acréscimo a isso, na segunda versão, essa justificativa se dá a partir de uma *garantia* (função, como vimos, atribuída aos *topoi*). Nesse esquema, o valor de “portanto” é, para Carel (1995), o de apresentar C como uma consequência de A – *grosso modo*, é esse o princípio lógico da inferência²⁴, que Carel (1995) considera implicitamente admitido na ANL.

Carel (1995) propõe que a ideia de *garantia* seja substituída pela de *regra/norma* – termo que deve ser entendido no sentido de que toda *regra/norma admite exceção*. Nessa proposta, os encadeamentos do tipo *A portanto C* serão compreendidos como expressando a efetivação de uma norma, sendo então tratados como *encadeamentos normativos*. Porém, se toda regra/norma admite exceção, e como Carel se volta à *argumentação linguística*, é preciso descrever de que modo a *língua* possibilita expressar a exceção à regra, ou a transgressão da norma. Para isso, a autora introduz na ANL um novo conector básico, “no entanto”, que possibilita a construção de *encadeamentos transgressivos* do tipo *A no entanto C*²⁵. Vejamos como isso se expressa em um exemplo:

24 Do verbete “inferência” do *Dicionário de filosofia* de Abbagnano (2007, p. 562): “No latim medieval, encontra-se em muitos lógicos o termo *in/erre*, que designa o fato de, numa conexão (ou *consequentia*) de duas proposições, a primeira (antecedente) implica (ou melhor, contém por ‘implicação estrita’) a segunda(consequente).”

25 Carel (1995) defende a diferença entre “mas” e “no entanto”. Vimos que a descrição da ANL para encadeamentos do tipo *X mas Y* relaciona duas conclusões opostas *P* (ligada a *X*) e *não-P* (ligada a *Y*), com prevalência de *não-P*. Trata-se de uma estrutura argumentativa *complexa*, composta por dois encadeamentos de tipo normativo cujas “conclusões” estão implícitas e em oposição. Considerando essa descrição geral, Carel (1995) defende que “no entanto” não pode ser descrito como um uso especial de “mas”, como propunham alguns textos da ANL até então. O que ela propõe é que *X no entanto Y* é uma estrutura argumentativa *primária*, composta por um único encadeamento, de tipo transgressivo.

(9) Estou cansado, portanto não vou sair.

(10) Estou cansado, no entanto vou sair.

Nessa nova versão da ANL, (9) e (10) são compreendidos como manifestando o mesmo princípio, segundo o qual, quando se está cansado, não se deve sair. De um lado, (9) expressa uma efetivação dessa norma e é, portanto, um *encadeamento normativo*; de outro, (10) expressa uma transgressão dessa norma, sendo, portanto, um *encadeamento transgressivo*. Porém, é preciso ter em conta que o locutor de (10) admite a existência da norma: ele reconhece que o “normal” ou o “esperado” é não sair quando se está cansado e, ao mesmo tempo, apresenta sua enunciação como transgredindo esse princípio.

É nesse sentido que os termos “argumento” e “conclusão”, fazendo referência aos segmentos encadeados, deixam de ter lugar na ANL. Afinal, a relação *argumento x conclusão* perde totalmente o sentido na argumentação transgressiva, já que o que seria uma suposta “conclusão” é, na verdade, o contrário do que o suposto “argumento” indica que deveria ocorrer. E, mesmo para a argumentação normativa, essa relação se esvazia com a explicitação do princípio da *interdependência semântica*, que descarta a ideia do argumento como algo que antecede a conclusão, visando justificá-la.

Além de uma radicalização da ANL, o desenvolvimento da TBS também implicou uma maior formalização da descrição argumentativa das entidades da língua e do discurso – projeto já expresso no título da tese de Carel: *Vers une formalisation de la théorie de “l’argumentation dans la langue”*. No próximo capítulo, apresentamos os principais aspectos dessa formalização, em seu estágio já consolidado, em meados dos anos 2000.

Os blocos semânticos

Com a introdução de “no entanto” como conector básico, junto a “portanto”, devemos ressaltar que boa parte dos usos que se faz deles na TBS os assume como termos abstratos. Por isso, a partir daqui,

passamos a utilizar DC (de “*donc*” em francês, equivalente a “portanto” em português) e PT (de “*pourtant*” em francês, equivalente a “no entanto” em português) quando fizermos referência às entidades abstratas, conforme convenção da TBS – e mantemos a grafia regular (“portanto” e “no entanto”) quando fizermos referência a entidades reais, que podem efetivamente ser utilizadas em fragmentos de discurso. Cabe observar que esses conectores abstratos também se realizam no discurso de inúmeras outras formas: DC pode se realizar discursivamente como “então”, “dessa forma”, “assim”, “porque”, “já que”, “se”, entre outros²⁶; por sua vez, PT pode se realizar discursivamente como: “mesmo assim”, “embora”, “apesar de”, “ainda que”, “mesmo que” etc.

A distinção entre conectores abstratos (DC e PT) e conectores reais (termos e expressões que realizam DC e PT no discurso) é um dos passos importantes da TBS para separar, nas descrições, o linguístico do discursivo²⁷. Essa diferença também se expressa em dois termos que designam as argumentações: a língua é descrita por *aspectos argumentativos*, enquanto o discurso é descrito por *encadeamentos argumentativos*. Um encadeamento argumentativo é a unidade formada por dois segmentos discursivos colocados em relação por um conector (real, e não abstrato). Vejamos os seguintes exemplos, adaptados a partir de Ducrot (2005c):

- (11) Pedro é prudente, *portanto* não sofrerá nenhum acidente.
- (12) *Se* Pedro for prudente, não sofrerá nenhum acidente.
- (13) *Graças* à sua prudência, Pedro nunca se acidenta.
- (14) Pedro é prudente, *no entanto* se acidentou.
- (15) *Apesar de* ser prudente, Pedro corre o risco de se acidentar.

26 Esse breve conjunto de possíveis realizações do conector prototípico DC reúne termos que a gramática tradicional separa em três grupos de conjunções (consecutivas, causais e condicionais). Na TBS, importa apenas o fato de que eles permitem realizar encadeamentos de tipo normativo.

27 A distinção terminológica entre *significação* e *sentido* não é tão retomada por Ducrot e Carel no desenvolvimento da TBS, mas compreendemos que ela também faz parte dos princípios dessa teoria – por exemplo, na distinção entre encadeamentos e aspectos argumentativos, que abordamos na sequência. Em texto mais recente, Carel (2017) recupera essa distinção, para posicioná-la em relação ao quadro mais atual da TBS.

Aspecto argumentativo é uma unidade abstrata utilizada para descrever a significação de entidades da língua, representando os possíveis encadeamentos que elas evocam. Um aspecto argumentativo pode ser compreendido como uma estrutura semântica comum subjacente a um conjunto de encadeamentos argumentativos. Por exemplo, os encadeamentos (11), (12) e (13) realizam o aspecto normativo PRUDÊNCIA DC NEG-ACIDENTE; os encadeamentos (14) e (15) realizam o aspecto transgressivo PRUDÊNCIA PT ACIDENTE. Nos termos de Ducrot (2002), os aspectos argumentativos seriam como “conjuntos de discursos”.

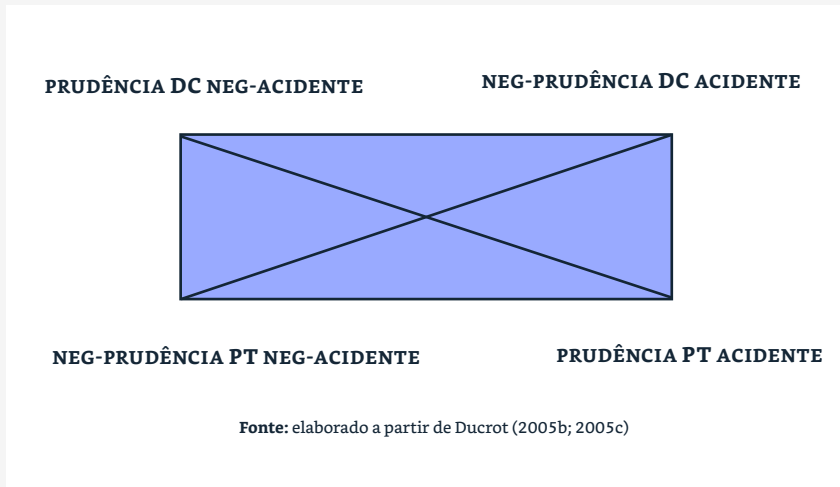
Na representação dos aspectos argumentativos, outra convenção da TBS é que se represente a negação por meio do símbolo NEG- ligado ao termo negado. Ressaltamos que se trata de uma *negação argumentativa*, que não precisa ser necessariamente morfológica (inscrita na palavra por um prefixo como *in-* ou *im-*) ou sintática (pelo emprego de “não”). Segundo Ducrot (2002, p. 8, grifos do autor), o termo NEG- “é um símbolo para todas as formas de negação, tanto para *pouco* quanto para *não*”²⁸. Por exemplo, o aspecto PRUDÊNCIA DC NEG-ACIDENTE pode corresponder a uma realização no discurso pelo seguinte encadeamento: “Pedro é prudente, sofre poucos acidentes”.

Um *bloco semântico* é composto por aspectos que expressem a mesma interdependência semântica. Dessa forma, os dois aspectos citados antes fazem parte do mesmo bloco semântico, pois expressam a mesma norma. Note-se que esses dois aspectos anteriores têm como primeiro segmento PRUDÊNCIA, sem a negação argumentativa nesse termo. Porém, também é possível agregar a negação ao primeiro segmento e *ainda expressar a mesma norma*, produzindo encadeamentos como “Pedro não foi prudente, por isso se acidentou” (cujo aspecto correspondente é NEG-PRUDÊNCIA DC ACIDENTE) ou “Pedro não foi prudente e, mesmo assim, não se acidentou” (cujo aspecto correspondente é NEG-PRUDÊNCIA PT NEG-ACIDENTE). Juntando esses dois aspectos e os dois anteriores temos um bloco semântico (que podemos chamar BS₁) que estabelece uma relação entre prudência e

28 Veremos, adiante, na classificação lexical da TBS, que Ducrot descreve o termo “pouco” como capaz de realizar uma operação de conversão, o que explica sua caracterização como uma forma de negação.

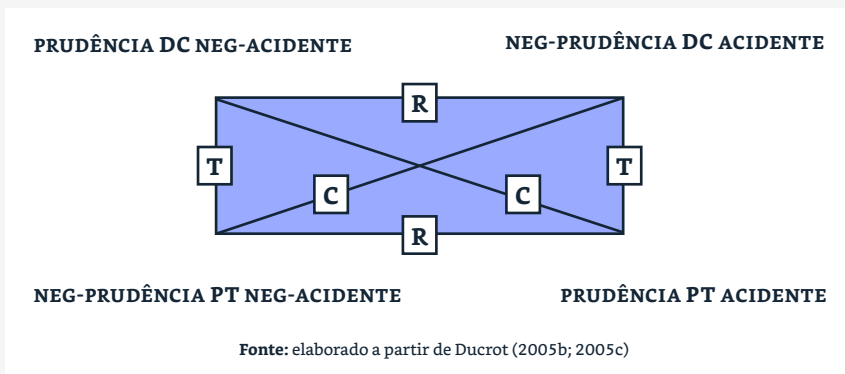
prevenção de acidentes. Todo bloco semântico sempre será constituído por quatro aspectos, sendo uma convenção da TBS apresentá-los em um quadrado argumentativo, como o da Figura 1, em que representamos BS_1 :

Figura 1 – BS_1
(apresenta como norma que a prudência previne acidentes)



Cada aspecto mantém algum tipo de relação com cada um dos outros aspectos do mesmo bloco semântico: dois aspectos são *recíprocos* quando têm o mesmo conector (relação representada por R na Figura 2, a seguir); dois aspectos são *transpostos* quando têm o segundo segmento igual (relação representada por T na Figura 2); dois aspectos são *conversos* quando têm o primeiro segmento igual (relação representada por C na Figura 2).

Figura 2 – Relações de reciprocidade, transposição e conversão entre os aspectos de BS_1



Os aspectos argumentativos que apresentamos nas Figuras 1 e 2 fazem parte da significação das palavras “prudente” (PRUDÊNCIA DC NEG-ACIDENTE / PRUDÊNCIA PT ACIDENTE) e “imprudente” (NEG-PRUDÊNCIA DC ACIDENTE / NEG-PRUDÊNCIA PT NEG-ACIDENTE). Isso porque esses aspectos indicam possíveis encadeamentos que podem ser produzidos a partir de segmentos que contenham tais palavras. Porém, os aspectos de BS_1 só preveem encadeamentos à direita desses termos, ou seja, os encadeamentos argumentativos que podem ser produzidos a partir desses aspectos sempre terão “prudente” ou “imprudente” no primeiro segmento e “acidente” (ou sua negação) no segundo segmento. Porém, podemos pensar também em encadeamentos em que “prudente” apareça no segundo segmento:

- (16) Pedro está com medo da estrada, então será *prudente*.
- (17) Pedro é destemido e, mesmo assim, é sempre *prudente*.

Nesses exemplos, (16) realiza o aspecto argumentativo MEDO DC PRUDÊNCIA, e (17) realiza o aspecto NEG-MEDO PT PRUDÊNCIA. Juntos, eles podem constituir um bloco semântico BS_2 , que incluiria também os aspectos NEG-MEDO DC NEG-PRUDÊNCIA e MEDO PT NEG-PRUDÊNCIA. Os aspectos ligados a (16) e (17) fazem parte

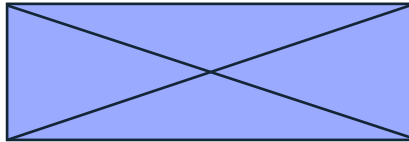
da significação de “prudente”, e os dois últimos, da significação de “imprudente”. Porém, ao contrário de BS₁ (que relaciona prudência e prevenção de acidentes), os aspectos de BS₂ relacionam medo e prudência, em encadeamentos nos quais “prudente” ou “imprudente” estarão no segundo segmento, como nos exemplos (16) e (17). As relações de sentido desse novo bloco semântico estão expressas na Figura 3.

Figura 3 – BS₂

(apresenta como norma que o medo leva a ser prudente)

MEDO DC PRUDÊNCIA

NEG-MEDO DC NEG-PRUDÊNCIA



NEG-MEDO PT PRUDÊNCIA

MEDO PT NEG-PRUDÊNCIA

Fonte: elaborado a partir de Ducrot (2005b; 2005c)

O que acabamos de descrever diz respeito ao que a TBS denomina *argumentação externa* (AE). A AE de uma entidade linguística é formada pelos encadeamentos dos quais essa entidade pode ser *a origem ou o fim* (Ducrot, 2005a). No primeiro caso, a TBS fala em AE à direita, constituída pelas continuações, quando a entidade em questão está no primeiro segmento – por exemplo, a AE à direita de uma entidade E pode conter:

- E DC X;
- E PT NEG-X;
- E DC NEG-Y;
- E PT Y, entre outros.

Aplicando essa definição aos exemplos anteriores, considera-se que BS₁ contém aspectos que descrevem a AE à direita de “prudente” e de

“imprudente”. Já a *AE à esquerda* é constituída por aquilo que pode vir antes da entidade, a qual, nesse caso, estará no segundo segmento – por exemplo, a *AE à esquerda* de uma entidade E pode conter:

- A DC E;
- NEG-A PT E;
- B PT E;
- NEG-B DC E, entre outros.

Aplicando essa definição aos exemplos anteriores, considera-se que BS_2 contém aspectos que descrevem a *AE à esquerda* de “prudente” e de “imprudente”.

Os aspectos de BS_1 e BS_2 fazem parte da *significação* das palavras “prudente” e “imprudente”, portanto, são *AE inscritas* no sistema da *língua* – e, nesses casos, a TBS fala em *AE estrutural*. Mas é possível também produzir encadeamentos que não estejam previstos na língua, com a argumentação sendo construída *apenas na situação de discurso* – trata-se do que a TBS denomina *AE contextual*. Ducrot (2005a) dá os seguintes exemplos:

(18) Ele é prudente, então merece nossa confiança.

(19) Ele é prudente, então não merece nossa confiança.

Em primeiro lugar, trata-se de encadeamentos que não estariam ligados por um mesmo princípio argumentativo – a norma expressa por (18) é de que a prudência inspira confiança, enquanto (19) expressa que a prudência não inspira confiança. Ducrot (2005a) avalia que essas duas argumentações *não estão inscritas na língua*, sendo construídas apenas em *situações discursivas específicas*: (18) poderia ser enunciado, por exemplo, em um discurso que se refere a um motorista, enquanto (19) poderia ser enunciado sobre um guarda-costas, que, diferentemente do motorista, inspira mais confiança se não for prudente. Em resumo, “enquanto as *AE estruturais* estão estritamente determinadas pela língua, as *AE contextuais* dependem de cada situação discursiva” (Ducrot, 2005a, p. 64, tradução nossa).

Na TBS, o valor semântico das entidades da língua também é descrito pelo conceito de *argumentação interna* (AI). A AI de uma entidade

linguística contém os aspectos que podem dar origem a *encadeamentos que parafraseiam* essa entidade (Ducrot, 2005a), ou seja, encadeamentos que a reformulem com outros termos. Assim, uma entidade E poderia conter, em sua AI, aspectos como:

- J DC NEG-L;
- M PT N, entre outros,

mas nunca um aspecto do qual E seja um dos segmentos. Retomando os exemplos anteriores, temos, na AI de “prudente”, o aspecto PERIGO DC PRECAUÇÃO, e, na AI de “imprudente”, o aspecto PERIGO PT NEG-PRECAUÇÃO.

É preciso destacar que cada tipo de argumentação não se resume a apenas um aspecto. Cada entidade da língua terá um conjunto de aspectos constituindo sua AE à esquerda, outro conjunto de aspectos constituindo sua AE à direita e um terceiro conjunto de aspectos constituindo sua AI. É possível, inclusive, prever algumas relações de reciprocidade, transposição ou conversão – conforme a Figura 2, vista anteriormente – no interior desses conjuntos. As AE à direita de uma mesma entidade *sempre* contém aspectos conversos (por exemplo, da AE à direita de “prudente” fazem parte PRUDÊNCIA DC NEG-ACIDENTE e PRUDÊNCIA PT ACIDENTE). As AE à esquerda de uma mesma entidade *sempre* contém aspectos transpostos (por exemplo, na AE à esquerda de “prudente”, tem-se MEDO DC PRUDÊNCIA e NEG-MEDO PT PRUDÊNCIA). Essas duas relações serão sempre observadas, fazendo parte do próprio conceito de AE à direita e AE à esquerda. Já as AI *podem* conter aspectos recíprocos: nesse caso, não é uma regra, mas ocorre com certas palavras, como “exame”, cuja AI contém tanto BOM DC APROVAÇÃO quanto NEG-BOM DC NEG-APROVAÇÃO.

Para exercitar a descrição semântica utilizando esses recursos, tomemos o termo “férias”, atribuindo diferentes aspectos a sua AE e a sua AI. A AE à direita de “férias” pode conter o aspecto FÉRIAS DC VIAJAR, que dá origem aos encadeamentos (20) e (21) a seguir, e seu aspecto converso FÉRIAS PT NEG-VIAJAR, que dá origem a (22) e (23):

- (20) Carla aproveitou as férias para visitar sua cidade natal.
- (21) Nas suas próximas férias, Carla pretende conhecer São Paulo.
- (22) Mesmo de férias, Carla resolveu ficar em casa para economizar.

(23) Carla está de férias há duas semanas, no entanto ficou doente e não pôde viajar.

Mas é possível pensar outras AE à direita para o termo, com outros pares de aspectos conversos, como FÉRIAS PT TRABALHAR e FÉRIAS DC NEG-TRABALHAR e ainda FÉRIAS DC NEG-AULAS e FÉRIAS PT AULAS. Cada um desses aspectos é realizado discursivamente nos exemplos a seguir:

(24) Mesmo nas férias, Paula precisa olhar seu e-mail profissional.

(25) Quando estou de férias, silêncio o grupo do trabalho no Whats.

(26) Como estou de férias na escola, também dei um tempo nas aulas de inglês e violão.

(27) Apesar de estar em período de férias, o colégio segue oferecendo aulas de reforço.

É possível pensar também na AE à direita do termo “férias”, para a qual podemos prever os aspectos transpostos PERÍODO TRABALHADO DC FÉRIAS e NEG-PERÍODO TRABALHADO PT FÉRIAS, realizados nos encadeamentos a seguir:

(28) Estou exausto. Assim que completar os 12 meses, vou solicitar minhas férias.

(29) Mesmo sem completar o período mínimo, João conseguiu autorização para antecipar suas férias.

Em (28), podemos considerar ainda que um outro aspecto da AE à direita de “férias” se realizou pela presença do segmento “Estou exausto”: CANSAÇO DC FÉRIAS.

Por fim, considerando a AI de “férias”, podemos atribuir a ela o aspecto NEG-TRABALHO DC NEG-ROTINA, que pode ser compreendido como uma paráfrase da significação do termo – algo que poderíamos expressar pelo encadeamento (30):

(30) Vou ter duas semanas de recesso, quero dormir sem despertador todos os dias!

No caso dessa AI, não verificamos o que ocorre em relação ao exemplo com o termo “exame”, em que aspectos recíprocos constituem sua AI. Como vimos, podemos atribuir o aspecto NEG-TRABALHO DC NEG-ROTINA à AI de “férias”, mas isso não se aplica ao aspecto recíproco

TRABALHO DC ROTINA, que, portanto, não constitui a AI de “férias”. Como dito anteriormente, a presença de aspectos recíprocos na AI de um termo é *uma possibilidade, e não uma regra*, devendo ser considerada caso a caso.

Os exemplos apresentados neste capítulo mostram como a TBS busca descrever o sentido das entidades da língua por seu potencial significativo, isto é, pelos encadeamentos argumentativos de que cada entidade pode fazer parte. Recuperando uma definição de Ducrot (2002), cada aspecto argumentativo representa um *conjunto de discursos*, sejam discursos já produzidos, os quais tomamos da realidade para análises, sejam discursos potenciais, encadeamentos que podemos prever como aceitáveis pela comunidade de falantes, possibilitados pela significação das entidades da língua.

Classificação das palavras

No capítulo anterior, detivemo-nos na apresentação de termos tradicionalmente denominados *palavras plenas* (é o caso de “prudente”, “imprudente”, “medo”, “acidente”, “exame” e “férias”). Na TBS, há pelo menos duas características exclusivas das palavras plenas: i) apenas elas podem constar como termos nos aspectos argumentativos e ii) só a elas é possível atribuir uma AE e uma AI (Ducrot, 2002). Em oposição às palavras plenas está a classe das *palavras instrumentais*, para a qual a TBS mantém e expande algumas classificações já presentes em versões anteriores da ANL. Já falamos acima dos *conectores*, entidades que têm realização no discurso por um amplo conjunto de palavras, mas que no domínio da língua correspondem a apenas dois tipos, DC e PT, protótipos abstratos que servem para produzir os encadeamentos argumentativos do discurso. Por sua vez, a palavra “mas” é considerada um *articulador*, cuja função é a de comparar argumentações (Ducrot, 2002). Como vimos nas descrições de “mas” (no capítulo “Fundamentos da semântica de Ducrot”), sua função é a de confrontar duas argumentações de “conclusões” opostas – portanto, trata-se de uma argumentação complexa (isto é, composta por mais de uma

argumentação), ao contrário daquelas produzidas a partir de DC e PT, que são argumentações primárias. É essa a diferença essencial entre os conectores transgressivos (como “mesmo assim”, “no entanto”, “apesar de”) e o articulador “mas”.

Categoria presente na Semântica Argumentativa desde a primeira versão, os *operadores argumentativos* são definidos na TBS por não adicionarem nenhum termo novo (nenhuma palavra plena) às argumentações do sintagma de que fazem parte – seu papel é apenas o de rearranjar as argumentações já existentes. Segundo Ducrot (2002), no sintagma XY, o termo Y será um operador se a AE e a AI de XY forem compostas apenas por palavras plenas já presentes na AE e na AI de X. Trata-se de uma definição geral, que contempla as duas subclasses de operadores, os *modificadores* e os *internalizadores*. Essa definição torna-se mais clara quando exploramos alguns exemplos de cada caso.

Começemos pelos *internalizadores*, cujo nome descreve bem a operação que realizam: um termo com essa função, ao se ligar a uma palavra plena, faz com que um aspecto da AE dessa palavra seja internalizado, passando a constituir sua AI. Por exemplo, Ducrot (2002) descreve a AE de “procurar” como contendo os aspectos PROCURAR DC ENCONTRAR e PROCURAR PT NEG-ENCONTRAR. Ligada a essa palavra plena, a expressão “em vão” funciona como um internalizador desse segundo aspecto: na significação de “procurar em vão”, o aspecto PROCURAR PT NEG-ENCONTRAR é internalizado, isto é, passa a constituir a AI do sintagma. Nesse primeiro exemplo, verificamos tratar-se de um *internalizador transgressivo*, pois ele *internaliza* uma argumentação em PT (PROCURAR PT NEG-ENCONTRAR), ao mesmo tempo que *elimina a possibilidade* de uma argumentação normativa (PROCURAR DC ENCONTRAR) do mesmo bloco semântico. Já os *internalizadores normativos* são aqueles que excluem uma possível argumentação em PT, internalizando uma argumentação em DC. Um exemplo é o caso de “verdadeira” no sintagma “verdadeira princesa”: “Uma verdadeira princesa é uma princesa que tem todos os traços *que decorrem* do fato de que ela é princesa, e nenhum daqueles que uma princesa pode ter *embora* seja princesa” (Ducrot, 2002, p. 20, grifos do autor).

Outra subclasse de operadores é formada pelos *modificadores*, que atuam diretamente sobre a AI de uma palavra plena, mas sem acrescentar nenhum termo novo a essa argumentação. Na definição de Ducrot (2002, p. 12), temos que:

Uma palavra instrumental Y é dita “modificador” em relação a uma palavra X se a AI do sintagma XY é feita só com as palavras plenas contidas na AI de X: assim, pois, Y não introduz nenhum termo novo pleno nos aspectos que constituem a AI de X: ele se contenta em reorganizá-las, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação.

Em uma definição anterior dessa classe de palavras, ainda no quadro da teoria dos *topoi*, Ducrot (1995) propunha classificar os modificadores como *realizantes* e *desrealizantes* (com estes últimos sendo classificados em *atenuadores* e *inversores*). Ducrot (2002) menciona essa classificação prévia dos modificadores, mas não a desenvolve no quadro da TBS. Ainda assim, consideramos que é possível manter a classificação de Ducrot (1995) para os modificadores – entre *realizantes*, *desrealizantes* *atenuadores* e *desrealizantes* *inversores* – no quadro da TBS, desde que seja levado em conta que seus efeitos sobre as AI dos termos plenos serão diversos²⁹. Vejamos isso em três exemplos:

- (31) Pedro é *muito* prudente, nunca se acidentará.
- (32) Pedro é *um pouco* prudente, acredito que não se acidentará.
- (33) Pedro é *pouco* prudente, logo vai se acidentará.

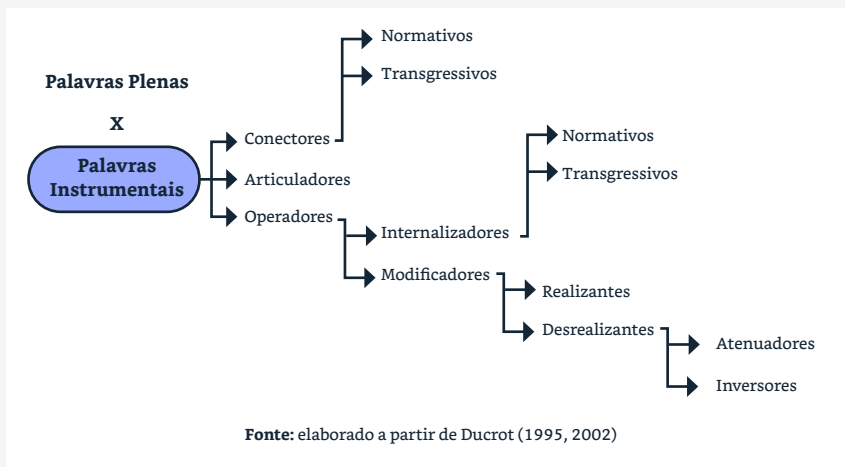
Em (31), “muito” seria um modificador de tipo *realizante*: conserva o aspecto normativo PERIGO DC PRECAUÇÃO da AI de “prudente”, aumentando sua força argumentativa. Em (32), “um pouco” seria um modificador de tipo *desrealizante* *atenuador*: conserva o aspecto normativo PERIGO DC PRECAUÇÃO da AI de “prudente”, mas diminui sua

29 Ao reunirmos formulações de dois textos de Ducrot (1995; 2002), sendo um deles (Ducrot, 1995) anterior à TBS, não temos a intenção de simplificar a descrição dos modificadores; ao contrário, esperamos ser capazes de ao menos indicar a complexidade da gradualidade na Semântica Argumentativa, fenômeno do qual se pode ter uma compreensão aprofundada no estudo de Azevedo (2021). Em nosso trabalho, optamos por manter a terminologia empregada por Ducrot (1995), associando-a aos desenvolvimentos de Ducrot (2002), por considerarmos que ela pode ser produtiva para análises de discursos. Para assumirmos essa possibilidade, precisamos ter em conta que as operações dos modificadores têm efeitos argumentativos diversos sobre os termos plenos. No quadro da TBS, é indispensável considerar que essas operações se darão sempre em relação com os conectores DC e PT que constituem as argumentações sobre as quais operam modificadores e internalizadores.

força argumentativa. Em (33), “pouco” seria um modificador de tipo *desrealizante inversor*, na classificação de Ducrot (1995). Mantemos a nomenclatura, mas considerando a descrição de Ducrot (2002), que descreve “pouco” como realizando uma operação de *conversão* sobre a AI de “prudente”, ou seja, troca o aspecto normativo PERIGO DC PRECAUÇÃO pelo aspecto transgressivo converso, PERIGO PT NEG-PRECAUÇÃO, levando o sintagma a funcionar como uma negação mais branda (não por acaso, o mesmo aspecto transgressivo faz parte da AI de “imprudente”). Ducrot (2002) comenta ainda mais uma possibilidade, a partir da nova definição possibilitada pela TBS: no sintagma “prudente demais”, o termo “demais” pode ser considerado um *modificador*, pois atua na AI de “prudente” sem lhe acrescentar nenhum novo termo, apenas trocando o aspecto normativo PERIGO DC PRECAUÇÃO pelo aspecto transgressivo transposto, NEG-PERIGO PT PRECAUÇÃO (aspecto que também pode ser atribuído à AI de “medroso”).

A seguir, na Figura 4, sintetizamos essa classificação das palavras segundo as formulações de Ducrot (1995; 2002):

Figura 4 – Classificação de palavras



Muitas vezes a apresentação da TBS é feita pela descrição de palavras, o que favorece uma exposição mais direta, conveniente a uma primeira aproximação desse quadro. Porém, é preciso ter em conta que essa teoria – assim como a Semântica Argumentativa de modo geral – sempre considerou o modo como as unidades lexicais contribuem para constituir o valor argumentativo no nível da frase (domínio do abstrato) e do enunciado (domínio do concreto). E, tendo em vista que o discurso se constitui de enunciados, recuperar formulações sobre essa entidade é essencial para pensarmos o emprego desse quadro teórico em análises discursivas.

Dos enunciados ao discurso

Voltemos mais uma vez à inspiração saussuriana da ANL. Para essa teoria, o signo completo é a frase e o valor semântico de cada signo está relacionado às possibilidades de encadeamento que ele coloca (Ducrot, 1999). Mas a frase é abstrata, por isso falamos em *possibilidades* de encadeamento; trata-se de uma significação *potencial*, dos encadeamentos em que ela *pode* ser empregada. Quando há um emprego efetivo, quando essa entidade ganha concretude, quando ganha existência em um contexto real, já não é mais frase, e sim um enunciado. Deixamos o território da língua (abstração) e chegamos ao do discurso (concretude). Segundo Ducrot (2005d), é a perspectiva de estudo que se adota que determina se estamos lidando com a frase (perspectiva do linguista) ou com o enunciado (perspectiva do analista de discursos). De todo modo, num estudo de matriz ducrotiana, cada uma dessas perspectivas sempre irá convocar a outra, já que o *uso* é integrado à descrição da *língua*.

Essa retomada nos permite relembrar também que, nas versões da ANL anteriores à TBS, buscava-se descrever cada frase (e seus enunciados) a partir de sua *orientação argumentativa*, isto é, das possíveis continuidades discursivas que cada entidade dessas coloca. Transpondo isso aos termos da TBS, podemos considerar que o que estava em jogo era a *argumentação externa* dessas entidades.

Portanto, aos enunciados, assim como às palavras, é possível atribuir uma AE na descrição semântica. Mas isso também se aplica à AI – e, nesse sentido, Carel (2002) traz uma importante reflexão, ao abordar a *argumentação interna aos enunciados*. Da mesma forma que a AI de palavras plenas é descrita por meio de aspectos argumentativos, a linguista apresenta a possibilidade de descrever a AI de enunciados por meio de encadeamentos argumentativos, o que pode se dar de duas formas, segundo Carel (2002).

Uma primeira é que a constituição desses encadeamentos internos ao enunciado se dê a partir da relação *entre seus termos ou segmentos*. Vejamos isso no exemplo a seguir, que traz um enunciado da fábula “A Raposa e a Cegonha”, no momento em que a Raposa zomba da Cegonha lhe servindo sopa em um prato. Na análise de Carel (2002), o enunciado (34), materialmente presente na fábula, contém em sua AI o encadeamento (35):

(34) A Cegonha, de bico longo, não pôde pegar nada.

(35) [a Cegonha tinha um longo bico, *portanto* ela não comeu nada do que estava servido em um prato]

Mas nem sempre a argumentação interna a um enunciado será proveniente da relação entre termos ou segmentos materialmente expressos nele. A segunda possibilidade de descrição da AI de enunciados se dá a partir da significação de uma palavra presente naquela unidade de discurso. Por exemplo: segundo Carel (2002), o enunciado (36) evoca o encadeamento transgressivo (37), o que se dá graças à significação da palavra “coragem”, materialmente presente em (36) por meio do adjetivo “corajoso”, dela derivado:

(36) Pedro é corajoso.

(37) [é desagradável, *no entanto* Pedro o faz]

Esses dois exemplos mostram que a TBS também pode ser mobilizada para a descrição do sentido de enunciados – o que é fundamental, já que a Semântica Argumentativa toma essa entidade como unidade básica do discurso. Porém, o modo como essa unidade aparece nas situações discursivas, sendo determinado por outros enunciados e determinando-os ao mesmo tempo, nos impõe uma realidade bem mais complexa do que os exemplos que recuperamos de Carel (2002),

com enunciados isolados. Assim, é fundamental pensar sobre o recorte do enunciado, sobre os critérios a serem levados em conta para a segmentação de um discurso. A resposta está longe de ser simples; basta lembrar que Ducrot (1990) admite considerar como frases/enunciados entidades com as seguintes estruturas:

- *X* (enunciado não encadeado a outro);
- *X portanto Y* (encadeamento argumentativo simples);
- *X mas Z* (encadeamento argumentativo complexo, na medida em que implica o contraste entre dois encadeamentos simples subjacentes – *X portanto P; Z portanto não-P*).

Nesse momento já estávamos numa fase em que formulações da TBS já apareciam de modo embrionário nos trabalhos de Ducrot (1990), o que se vê em sua consideração de *X portanto Y* como um único enunciado. Num trabalho tipicamente situado no quadro da teoria dos *topoi*, Ducrot (1989) denomina “enunciado” cada um dos segmentos de um encadeamento argumentativo – ou seja, ele considerava haver o “enunciado-argumento” e o “enunciado-conclusão”.

Já foi possível situar o desafio. Para avançar em relação a ele, é interessante recorrermos a uma formulação de Ducrot (1984) presente no verbete “Enunciação” do volume 2 da *Enciclopédia Einaudi*, em que o linguista estende a unidades superiores sua distinção entre o domínio do abstrato (ao qual pertencem as frases) e o domínio do concreto (ao qual pertencem os enunciados). Frase e enunciado seriam as entidades de nível elementar. Já uma *sequência de frases* é definida como um *texto* (unidade abstrata do nível complexo), ao passo que uma *sequência de enunciados* é definida como um *discurso* (unidade concreta do nível complexo). Para compreender as implicações dessa formulação, é importante recuperarmos a definição de enunciado na mesma obra. Ducrot (1984, p. 373) afirma que “a realização de uma sequência de signos constitui um só enunciado quando implica, da parte do locutor, um só ato de enunciação”. É o que ocorre em (38), considerado um único enunciado, diferentemente do exemplo (39), constituído por dois enunciados:

(38) Quando o tempo está bom, vou à praia.

(39) Amanhã o tempo vai estar bom: vou à praia.

Sobre (38), Ducrot (1984, p. 373) afirma que “o locutor só se investe uma vez, a propósito da relação entre o bom tempo e a estadia na praia”. Já em relação a (39), o linguista afirma que são realizadas “duas asserções sucessivas, [de modo que] a responsabilidade do locutor é investida duas vezes, a propósito do tempo do dia seguinte e daquilo que vai fazer” (Ducrot, 1984, p. 373).

A esse primeiro critério (o investimento do locutor no ato enunciativo) para a delimitação dos enunciados, é interessante cotejarmos um segundo, formulado por Ducrot (1987) no “Esboço”. Trata-se da ideia de que cada enunciado corresponde a uma “escolha ‘relativamente autônoma’ em relação à escolha dos outros” (Ducrot, 1987, p. 164). Assim, segundo o linguista, a segmentação de um discurso em enunciados consistirá em reproduzir essa sucessão de *escolhas relativamente autônomas*, ao passo que, quando se descreve um discurso como constituído por um único enunciado, é por considerá-lo como objeto de uma única escolha.

Para precisar o que define como “autonomia relativa”, Ducrot coloca como primeira condição a *coesão*, que é observada “se a escolha de cada constituinte é sempre determinada pela escolha do conjunto” (Ducrot, 1987, p. 164). Um segundo critério é a *independência*, que será observada em relação a uma unidade “se sua escolha não é imposta pela escolha de um conjunto mais amplo de que faz parte” (Ducrot, 1987, p. 164). Se uma unidade atende a essas duas condições, é considerada um enunciado.

Um exemplo de Ducrot (1987) nos mostra como a delimitação do enunciado só pode se dar a partir do contexto discursivo. A sequência “Coma para viver”, num contexto em que funcione como um conselho para uma pessoa gulosa, consiste em apenas um enunciado – toda a sequência constitui uma única mensagem, sendo, portanto, objeto de uma única escolha. Já a mesma sequência dirigida a uma pessoa doente, que está sem apetite, consistiria em dois enunciados: “Coma” é um primeiro enunciado, objeto de uma escolha relativamente autônoma, encadeado a “para viver”, que é um segundo enunciado e, portanto, consiste em uma segunda escolha do locutor.

Essas definições de enunciado (Ducrot, 1984; 1987), centradas no ato enunciativo, no investimento do locutor, são anteriores à TBS. A

partir da consideração de Ducrot (1990), de que *X portanto Y* constitui um único enunciado, cabe a pergunta: pelas implicações da noção de interdependência semântica, passa-se a considerar uma total correspondência entre encadeamento argumentativo e enunciado? Mesmo no quadro da TBS, entendemos que não, já que Ducrot (2005c) afirma que o discurso é caracterizado por *evocar* encadeamentos argumentativos – os quais, portanto, não equivalem sempre, materialmente, aos enunciados que compõem os discursos. Pode até haver encadeamentos explícitos no discurso, mas isso não é regra: os encadeamentos também podem estar implícitos, sendo necessário explicitá-los pela análise, como mostramos acima a partir de Carel (2002). O que compreendemos que o quadro da TBS traz de novo nessa discussão é uma consideração do encadeamento como unidade elementar de *análise* do discurso – assim como o aspecto argumentativo é a unidade elementar de *análise* da língua.

Em resumo, temos os seguintes critérios possíveis (e nem sempre compatíveis entre si) para definir a unidade elementar do discurso:

- cada enunciado entendido como resultado de um só ato de enunciação, de um mesmo investimento enunciativo do locutor (Ducrot, 1984);
- o enunciado compreendido como uma escolha relativamente autônoma, atendendo às condições de coesão (entre as unidades que o compõem) e independência (em relação a outros enunciados) (Ducrot, 1987);
- o enunciado entendido como cada segmento (os supostos “argumento” e “conclusão”, nas duas primeiras versões da ANL) de um encadeamento (Ducrot, 1989);
- o enunciado compreendido como o encadeamento completo, ou seja, o conjunto formado por: primeiro segmento + segundo segmento (Ducrot, 1990);
- o encadeamento formado por articulador “mas” compreendido também como uma unidade elementar (enunciado), ainda que, em seu sentido, sejam descritos dois encadeamentos implícitos em “portanto” (Ducrot, 1990);
- o próprio encadeamento argumentativo e o aspecto correspondente compreendidos como unidades elementares de

análise do discurso e da língua, no quadro da TBS. Neste caso, como mostra Carel (2002), o encadeamento pode compor a AI de um enunciado, sendo preciso explicitá-lo na análise.

Diante desse conjunto de formulações sobre o enunciado, acreditamos que a pergunta “como segmentar um discurso?” não tem uma resposta simples, nem mesmo uma única resposta, no âmbito da Semântica Argumentativa. Assim, cada analista estabelecerá um caminho, sendo desejável considerar as formulações anteriores para isso.

Voltando ao verbete “Enunciação” da *Enciclopédia Einaudi*, e passando ao *nível complexo*, uma condição colocada por Ducrot (1984, p. 373) para que uma sequência de enunciados constitua um discurso é que os atos de enunciação sucessivos “não sejam acontecimentos independentes, mas se apoiem uns nos outros”. Aqui, é válido considerar essa não independência no sentido de que os enunciados não sejam independentes *de forma absoluta*, já que uma autonomia relativa é uma característica importante dos enunciados, como formulado no “Esboço”.

Postas essas definições, é importante observarmos algumas particularidades da constituição do sentido no *discurso* colocadas por Ducrot (1984). Em casos mais simples, nos quais não há palavras ou opiniões de um outro locutor, o linguista afirma que o sentido de um discurso contém o sentido de cada um dos enunciados que o compõem. Nesse ponto, há uma diferença fundamental em relação ao sentido no nível elementar: o locutor de um *enunciado* pode expressar uma proposição sem assumi-la, ao passo que o locutor de um *discurso*, por fazer um investimento, uma escolha ao enunciar cada enunciado, deve ser considerado responsável por cada uma dessas entidades de nível elementar – a própria definição de enunciado como um investimento enunciativo do locutor impõe essa condição, afirma Ducrot (1984). Portanto, é possível falar em uma “totalização característica do discurso e que seria absurdo transportar para o interior do enunciado” (Ducrot, 1984, p. 376). Em resumo, em um discurso sem citações, o locutor é responsável por cada enunciado; já no nível do enunciado, o locutor pode enunciar conteúdos pelos quais não se responsabiliza e dos quais eventualmente discorda (veremos adiante que essa é a tese essencial da polifonia ducrotiana).

Sobre os casos mais complexos, nos quais o discurso traz citação em algum ou alguns dos enunciados, o que implica a convocação de outro(s) locutor(es) responsável(is) por essas parcelas do discurso, num primeiro momento Ducrot (1984, p. 376) afirma que é possível fazer uma transformação do discurso direto em discurso indireto para que, em seguida, o sentido possa ser construído por totalização. Porém, no parágrafo seguinte, Ducrot relativiza a eficácia desse recurso para interpretar os efeitos de sentido da presença de outro locutor:

Com efeito, a inserção de citações traz certos efeitos de sentido (de respeito, de ironia, de objectividade, etc.). Ora esses efeitos ficam necessariamente esquecidos quando se realiza a transformação em estilo indirecto que, como acabamos de mostrar, é contudo necessária num primeiro momento da interpretação. (Ducrot, 1984, p. 376)

Outro aspecto fundamental que confere valor semântico ao discurso, segundo Ducrot (1984), é a ordem dos enunciados. Aqui, apesar de Ducrot (1984) não fazer referência à ANL, entendemos que os princípios dessa teoria estão subjacentes a essa consideração.

Por fim, destacamos que Ducrot (1984) estende para o nível complexo sua definição do *sentido como descrição da enunciação*. E é apenas no discurso que isso pode ser observado não mais no interior de um enunciado a respeito de sua própria enunciação, mas *na conexão entre enunciados*. Para ilustrar essa possibilidade, o linguista apresenta um fragmento de discurso de um candidato à presidência da França, Giscard d'Estaing, em 1974, em que os enunciados a seguir aparecem em sequência:

(40) Respeitarei em qualquer caso a decisão do sufrágio universal.

(41) Não exerço sobre vós nenhuma ameaça nem nenhuma chantagem.

Segundo Ducrot (1984), o enunciado (41) deve ser lido como um comentário em relação à enunciação de (40). Para o linguista, essa alusão à enunciação é a única explicação possível para o encadeamento entre (40) e (41) – e é, também, o que explica a mudança abrupta do tempo verbal do futuro para o presente. Na conclusão dessa breve análise, Ducrot (1984, p. 381) traz uma afirmação que, a nosso ver,

deve ser assumida como um princípio para a análise de discursos a partir de sua perspectiva enunciativa: “Para compreender a coerência interna do discurso, é preciso ver que ele é, em certos pontos bem precisos, um discurso voltado sobre si próprio, que tira as conclusões da sua própria existência”.

No artigo “*Analyses pragmatiques*”, Ducrot (1980b) apresenta uma análise mais detalhada desse mesmo discurso de Giscard d’Estaing, da qual destacamos o seguinte comentário: “Habilidade suprema: ao negar que recorrerá à força, o candidato da direita indica ao mesmo tempo, mas em outro nível, que ele dispõe dessa força e que, portanto, poderia usá-la” (Ducrot, 1980b, p. 41, tradução nossa). Quando Ducrot (1980b) fala de um conteúdo semântico sendo comunicado *ao mesmo tempo* que o conteúdo principal, *mas em outro nível*, não está observando uma excepcionalidade do discurso analisado. Embora admita a habilidade retórica de D’Estaing, Ducrot (1980b) está mais interessado em algo que, para ele, é uma característica fundamental da linguagem: a capacidade de um mesmo enunciado veicular mais de um conteúdo ou ponto de vista, permitindo que o locutor se posicione de modo distinto em relação a esses diferentes conteúdos/pontos de vista comunicados. Em outras palavras, Ducrot está interessado na *dimensão polifônica da linguagem*, tema que, junto à argumentação linguística, ocupará lugar central em sua obra.

A polifonia

Olha a lua mansa a se derramar

Me leva, amo -----

Ao luar descansa meu caminhar

-o-----r. A-----

Meu olhar em festa se fez feliz

-m-----o-----r. Me leva,

Lembrando a seresta que um dia eu fiz

a-----m-----o-----r. Por onde for quero ser seu par.

(Andança, 1979)

Para ilustrar o significado de *polifonia* na música, campo em que o termo teve origem, recorremos a essa canção bastante conhecida na interpretação de Beth Carvalho³⁰. No refrão de “Andança”, enquanto a sambista canta os versos em negrito, um coro canta os trechos em itálico. O que tentamos representar graficamente é a *sobreposição dessas vozes* – cada linha em itálico é cantada ao mesmo tempo que a linha em negrito logo acima. Em termos gerais, o que caracteriza a polifonia musical é a combinação de diferentes melodias cantadas ou executadas simultaneamente³¹. Num sentido mais amplo, que abarque a improvisação, esse modo de fazer música está presente em praticamente todas as culturas (Sachs, 1962). Mas, em sentido estrito, considerando técnicas específicas de composição e notação, sua origem está ligada à música eclesiástica da Europa medieval. Os primeiros usos documentados do termo “polifonia” se deram nesse contexto – Pesic (2017) relata registros em textos do século 13.

Foi desse campo de sentidos que Mikhail Bakhtin tomou emprestado o termo, incorporando-o aos estudos da linguagem. Em seu estudo da obra de Fiódor Dostoiévski, Bakhtin ([1929] 2002, p. 4-5, grifos do autor) identifica um novo tipo de composição literária, na qual se observa uma “*multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis*”, o que o leva a considerar o romancista como “o criador do *romance polifônico*”. Segundo Bakhtin, na forma típica do romance anterior a Dostoiévski, a voz/consciência do autor confere unidade à obra, e a ela estão subordinadas as vozes/consciências dos personagens. Seria o caso da literatura de Liév Tolstói: “O ponto de vista monologicamente ingênuo de Tolstói e sua palavra penetram em toda parte, em todos os cantos do mundo e da alma, subordinando tudo à sua unidade” (Bakhtin, [1929] 2002, p. 56). Já em Dostoiévski, a voz/consciência do autor, mesmo sendo bastante presente e ativa, “não transforma as consciências dos outros (ou seja, as consciências dos heróis) em objetos [...]. Ela sente ao seu lado e diante de si

30 Referimo-nos à versão lançada em 1979, no álbum *No pagode*.

31 No verbete “polyphony” (2013, tradução nossa), do *Concise Oxford Dictionary of Music*, encontramos: “Muitos sons. Música na qual várias partes simultâneas de vozes ou instrumentos são combinadas por contraponto, em oposição à música monofônica (melodia única) ou música homofônica (uma linha melódica, as demais partes funcionando como acompanhamento). Em termos históricos, a era polifônica é definida entre os séculos 13 e 16, mas a polifonia sobreviveu para além de 1700.”

as consciências equipolentes dos outros, tão infinitas e inconclusas quanto ela mesma” (Bakhtin, [1929] 2002, p. 68).

Apesar da centralidade da noção de polifonia em sua tese, Bakhtin salienta que não se deve esquecer que se trata de um emprego metafórico do termo. Nesse sentido, sua referência à polifonia musical “indica apenas os *novos problemas* que se apresentam quando a construção do romance *ultrapassa os limites* da unidade monológica habitual, assim como na música os *novos problemas* surgiram ao serem *ultrapassados os limites* de uma voz” (Bakhtin, [1929] 2002, p. 23-24, grifos nossos).

Podemos pensar a assimilação do termo à obra de Ducrot nessa mesma perspectiva. A introdução da *polifonia* em suas reflexões nos anos 1980 leva à abertura de *novos problemas* no campo da Semântica Argumentativa (especialmente aqueles ligados à enunciação), que surgem quando Ducrot se propõe a *ultrapassar limites* que identificava no pensamento linguístico da época – afinal, o linguista declara que, com sua teoria polifônica, seu objetivo é “criticar e substituir a teoria da unicidade do sujeito da enunciação” (Ducrot, 1987, p. 178).

O primeiro emprego do termo por Ducrot se dá em 1980, em *Les mots du discours*, obra que já traz várias formulações que serão adaptadas e consolidadas no “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”. É nesse capítulo, o último de *O dizer e o dito*, que se encontra a versão da polifonia ducrotiana que se tornou canônica³².

Retomando a ideia de que o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação, uma das ideias de base do “Esboço” é de que essa descrição contém indicações sobre o(s) autor(es) da enunciação, o que pode incluir “a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos que seriam sua origem” (Ducrot, 1987, p. 182). A diferenciação desses *vários sujeitos* se dá por uma *tripartição*. Em primeiro lugar, haveria o *sujeito falante empírico*, o produtor real do enunciado. Tal entidade não é objeto da polifonia ducrotiana, porque, segundo Ducrot (1990, p. 17, tradução nossa), aos linguistas semanticistas “o que interessa é o que

32 A principal diferença em relação a *Les mots du discours* é a perspectiva enunciativa assumida por Ducrot no “Esboço”. Outra obra que tomamos como referência é *Polifonia y argumentación*, de 1990, que reúne conferências que Ducrot apresentou em Cali (Colômbia) em 1988. Consideramos que a abordagem da polifonia nessa obra complementa a versão apresentada no “Esboço”, com certos avanços metodológicos, como veremos na sequência.

está no enunciado, e não as condições externas de sua produção”. Dois outros papéis completam essa tripartição do sujeito da enunciação e, esses sim, são objeto da teoria polifônica de Ducrot: o *locutor* e os *enunciadores*. É deles que tratamos nos próximos capítulos.

O locutor

O locutor é definido como o “ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, alguém a quem se deve imputar a responsabilidade por esse enunciado” (Ducrot, 1987, p. 182). Uma observação fundamental é que ele não é o sujeito empírico e não deve ser confundido com este. Trata-se, na verdade, de quem o enunciado indica como seu autor. E um dos principais recursos para essa indicação é encontrado em todas as línguas: as marcas de primeira pessoa.

Graças a esse recurso de identificação do locutor, é possível compreendê-lo mais claramente como um ser discursivo ou mesmo um *personagem fictício* (Ducrot, 1990). Num exemplo mais radical, mas não incomum, Ducrot (1990, p. 18, tradução nossa) mostra que essa atribuição da função de locutor garante até mesmo a possibilidade de “conceder a palavra a seres que são incapazes de falar”. Quando uma lixeira traz uma inscrição como “Não hesite em me usar”, uma marca de primeira pessoa (o pronome “me”) foi atribuída a esse objeto – e, para compreender o sentido do enunciado, essa identificação da lixeira como locutor é suficiente, sendo dispensável determinar o sujeito empírico que teria colocado essas palavras ali. A prefeitura? O dono da loja onde está a lixeira? Não importa.

Por outro lado, há também os enunciados que não marcam seu locutor com a primeira pessoa³³. Em outro exemplo extremo, mas nada in-

33 Ducrot (1987) faz referência à distinção de Benveniste entre *enunciação do discurso* e *enunciação histórica*. O discurso envolve “todos os gêneros em que alguém se dirige a alguém, *se enuncia como locutor* e organiza aquilo que diz na categoria da pessoa” (Benveniste, [1959] 2005, p. 267, grifo nosso). Por sua vez, na enunciação histórica, o sentido do enunciado “não diz nada sobre sua origem, [...] não exhibe nenhum autor de sua fala” (Ducrot, 1987, p. 184).

comum, Ducrot (1990, p. 19, tradução nossa) afirma que é esse o caso quando nos enunciamos por meio de um provérbio: “Ao utilizar esse enunciado impessoal, busco que minha palavra não apareça como proveniente de mim, indivíduo particular, mas gostaria que ela aparecesse como saída de uma sabedoria situada para além de qualquer subjetividade individual”. É com uma estratégia semelhante que figuras públicas eventualmente referem a si mesmas na terceira pessoa. Ducrot exemplifica com um trecho de um discurso do ex-presidente francês Charles de Gaulle: “Ninguém pode supor que De Gaulle abandonará os interesses da França”. Segundo a análise que Ducrot faz desse enunciado, “ao eliminar qualquer marca de origem pessoal de sua enunciação, De Gaulle fazia-a aparecer como se fosse responsabilidade da História, e não dele” (Ducrot, 1990, p. 19, tradução nossa).

É no plano dos locutores que se estabelece o que Ducrot (1987) apresenta como uma *primeira forma de polifonia*. Trata-se de situações que nomeia como *dupla enunciação*, nas quais “o próprio sentido do enunciado atribuiria à enunciação dois locutores distintos [...]” (Ducrot, 1987, p. 186). Seria o caso, por exemplo, dos relatos em estilo direto, de um eco imitativo de um fragmento de outro enunciado, de um discurso imaginário³⁴ – situações nas quais Ducrot vislumbra a possibilidade de emprego de formas de primeira pessoa atribuídas a locutores diferentes no interior de um mesmo enunciado. Apesar de Ducrot (1987) dedicar seus exemplos a enunciados em que os dois locutores são marcados pela primeira pessoa, compreendemos que essa primeira forma de polifonia, a dupla enunciação, aplica-se também a enunciados com locutores que não se apresentam como *eu*. Afinal, o que caracteriza o relato em estilo direto, um dos fenômenos enquadrados nessa categoria, é “dar a conhecer uma fala (ou seja, uma sequência de palavras, imputada a um locutor)” (Ducrot, 1987, p. 187), sem a necessidade de que essa fala seja em primeira pessoa.

34 Como relato em estilo direto, Ducrot (1987, p. 185) dá o exemplo de uma situação em que Pedro diz: “João me disse: *eu virei*”. Segundo Ducrot, o enunciado de Pedro deve ser analisado como um único enunciado com dois locutores, Pedro e João, este último responsável pelo fragmento “*eu virei*”. Como eco imitativo, o exemplo apresentado por Ducrot é: “A: Eu não estou bem – B: ‘Eu não estou bem’; não pense que vai me comover com isso” (Ducrot, 1987, p. 185). Como discurso imaginário, o exemplo apresentado por Ducrot é: “Se alguém me dissesse *vou sair*, eu lhe responderia...” (Ducrot, 1987, p. 185).

No “Esboço”, Ducrot (1987) também trabalha uma distinção interna à noção de locutor. De um lado, quando fala do *locutor enquanto tal* – representado por L –, está em questão apenas a propriedade de ser o responsável pela enunciação. De outro, o *locutor enquanto ser do mundo* – representado pela letra grega λ (*lambda*) – remete a um ser cuja existência implica outras características, além daquela de ser a origem do enunciado³⁵. Um bom exemplo que o linguista oferece é a diferença entre a expressão de um sentimento por afirmação e por interjeição. Num enunciado declarativo “Estou triste”, a tristeza é um sentimento atribuído a λ , “ser do mundo que, entre outras propriedades, tem a de enunciar sua tristeza [...]” (Ducrot, 1987, p. 188). Já num enunciado exclamativo “Ai de mim!”, o sentimento é atribuído a L, aquele que expressa.

Ducrot (1987, p. 188, grifo do autor) acrescenta que “de um modo geral o ser que o pronome *eu* designa é sempre λ [...]”. Com isso, compreendemos que é apenas essa instância que *pode ou não* estar presente no enunciado – ou seja, essa *caracterização ampliada* (que atribui ao locutor outras propriedades além de seu papel enunciativo, produzindo uma representação dele como um ser do mundo) é *facultativa*. Já L, o locutor enquanto tal, entendido unicamente como o responsável pela enunciação, existe em todos os enunciados. É, portanto, L que entendemos corresponder à noção central de *locutor* na polifonia ducrotiana; é L que aparece nas descrições polifônicas empreendidas por Ducrot. Remontando livremente à origem do termo *polifonia* no campo da música, diríamos que esse locutor é como um *regente*, responsável por organizar no enunciado a participação de outros seres, os enunciadorees, os quais apresentamos na sequência.

35 Apesar da descrição como “ser do mundo”, Ducrot (1987) frisa que tanto L quanto λ são seres do discurso, construídos pelo sentido do enunciado, não devendo ser confundidos com o sujeito falante, elemento da experiência. Tanto é assim que vimos a possibilidade, colocada por Ducrot (1990), de uma lixeira corresponder a esse “ser do mundo”.

Os enunciadores

Terceiro elemento da tripartição do sujeito da enunciação proposta por Ducrot, os enunciadores são entendidos como a *origem* de diferentes *pontos de vista*³⁶ presentes em um mesmo enunciado. Nesse sentido, não são atribuídas a eles falas, sendo esse o ponto central que os distingue dos locutores: “se eles [os enunciadores] ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras” (Ducrot, 1987, p. 192).

Segundo Ducrot (1987), é por meio dos enunciadores que se estabelece uma *segunda forma de polifonia*, que, inclusive, é bem mais comum. Nessa polifonia via enunciadores, “o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes” (Ducrot, 1987, p. 193).

Para explicar o conceito, o linguista estabelece um paralelo entre sua Teoria Polifônica da Enunciação e a teoria da narrativa de Gérard Genette. Primeiro, compara sua distinção entre *sujeito falante empírico* e *locutor* à distinção feita por Genette entre *autor* e *narrador*. Por exemplo, no romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o *autor* Machado de Assis corresponderia ao produtor efetivo, ao *sujeito falante* (elemento que não interessa à análise de Ducrot). Já o *narrador* Brás Cubas corresponderia ao *locutor* – e esse elemento interessa à análise, na medida em que é interno à narrativa (ou, no caso do *locutor*, interno ao enunciado). Finalizando sua comparação entre as duas teorias, Ducrot (1987) aproxima seus *enunciadores* do que Genette chama *centro de perspectiva*, “a pessoa de cujo ponto de vista são apresentados os acontecimentos” (Ducrot, 1987, p. 195). O linguista afirma que essas duas noções (centro de perspectiva/enunciador) “servem para fazer aparecer no enunciado um sujeito diferente não somente daquele que fala de fato, (romancista/sujeito falante), mas também daquele que se diz que fala (narrador/locutor)” (Ducrot, 1987, p. 197).

³⁶ Ducrot (1990) associa a ideia de enunciador em sua obra a conceitos de outros dois linguistas franceses: os *espaços mentais*, de Gilles Fauconnier, e os *universos de crença*, de Robert Martin.

Ducrot também relaciona seu conceito de enunciador ao de *sujeito modal* formulado pelo linguista Charles Bally em sua *teoria da frase*. Mais do que isso, no texto “*Charles Bally et la pragmatique*”, Ducrot (1986) presta tributo ao autor de *Linguistique générale et linguistique française*, por ter encontrado, nessa obra, a inspiração para sua teoria polifônica.

Para mostrar como suas teorias se relacionam, o ponto de partida de Ducrot (1986) é a definição de frase por Bally: “A frase é a forma mais simples possível de comunicação de um pensamento” (Bally, 1944, p. 35, tradução nossa). Ducrot (1986) enfatiza a presença do artigo indefinido: comunicação de *um* pensamento. Logo voltamos a esse ponto.

A teoria da frase de Bally se desenvolve a partir das noções de *modus e dictum*, que seriam subjacentes ao sentido de qualquer frase. Ducrot (1986) resume a estrutura semântica geral de toda frase na teoria de Bally da seguinte forma: “X tem tal reação particular a tal representação particular”, da qual o *modus* seria a primeira parte (“X tem tal reação particular”) e o *dictum*, o segundo elemento (“tal representação particular”). Há também uma divisão interior ao *modus*: “X”, aquele que reage à representação, é o *sujeito modal*, e o tipo de reação é expresso pelo *verbo modal*.

Quando os constituintes de uma frase correspondem integralmente a essa estrutura semântica, tem-se uma frase explícita. Seriam os casos de “Eu quero que você saia” (*sujeito modal*: eu / *verbo modal*: quero / *dictum*: que você saia) e “Meu marido concluiu que estou traindo ele” (*sujeito modal*: meu marido / *verbo modal*: concluiu / *dictum*: que estou traindo ele). Há também as frases implícitas, como “Está chovendo”, das quais é preciso recuperar o *modus*: “[Eu percebo que] está chovendo”.

Nesses exemplos, o que mais nos importa aqui é a possibilidade, realizada no segundo caso, de que o sujeito modal (“meu marido”) seja diferente daquele que se enuncia. Foi a isso que Ducrot (1986) chamou atenção na definição da frase como a forma mais simples possível de comunicação de *um* pensamento – que não precisa ter sido pensado por quem o comunica. Como afirmam Barbisan e Teixeira (2002, p. 164, grifo das autoras), “por trás da superfície, ou do explícito, pode

aparecer um *modus* e uma divergência entre o sujeito falante e o sujeito modal, ou seja, uma distinção entre pensamento comunicado e pensamento pessoal de quem fala”.

Essa possibilidade, por si só, já pareceria suficiente para inspirar a polifonia de Ducrot. Mas há mais um passo: ao final de seu capítulo sobre a frase, Bally (1944) integra o elemento *comunicação* à estrutura semântica frasal completa, junto ao *modus* e ao *dictum*. Por exemplo, “A terra gira” significaria: “Eu faço saber (comunicação) que eu estou convencido (modalidade) de que a terra gira (*dictum*)”. Isso leva Ducrot (1986) a propor a existência de um terceiro elemento subjacente à teoria da frase de Bally, o *sujeito comunicante*³⁷, diferente do *sujeito falante* e do *sujeito modal*. Na sequência, Ducrot (1986) recupera a comparação entre sua teoria polifônica e a teoria da narrativa de Genette, estabelecida no “Esboço”, incorporando a esse paralelo uma tripartição do sujeito conforme sua leitura da teoria de Bally. Reunimos os termos de sua comparação no Quadro 1.

Quadro 1 – Tripartição do sujeito em Ducrot, Genette e Bally, na leitura de Ducrot (1986)

Teoria polifônica da enunciação de Ducrot	Teoria da Narrativa de Genette	Teoria da Frase de Bally
<p>Sujeito falante – “produtor real do enunciado, não tem lugar previsto na estrutura semântica desse enunciado” (p.28, tradução nossa)</p>	<p>Autor – “indivíduo histórico (Proust, Balzac... etc.) que inventa a história ou dá a ela forma literária” (p. 28, tradução nossa); “não pertence à narrativa propriamente dita” (p. 28, tradução nossa)</p>	<p>Sujeito falante – “não está envolvido no sentido do enunciado” (p. 28, tradução nossa)</p>

37 Bally (1944) não emprega o termo “sujeito comunicante”. É Ducrot (1986) quem propõe a existência dessa função subjacente à teoria de Bally, uma vez que há exemplos em que o sujeito falante e o sujeito do segmento *comunicação* da frase completa não poderiam coincidir. Por exemplo, “Galileu diz que a terra gira”, cuja estrutura completa seria “Galileu diz (comunicação) que ele crê (modalidade) que a terra gira (*dictum*)”. Um sujeito falante dessa frase hoje, naturalmente, não seria Galileu, que corresponde, portanto, ao sujeito comunicante e ao sujeito modal (elementos de existência puramente semântica).

<p>Locutor – “pessoa a quem a responsabilidade pela enunciação é atribuída” (p. 25, tradução nossa)</p>	<p>Narrador – “aquele que, segundo o próprio texto, é quem relata os acontecimentos” (p. 28, tradução nossa)</p>	<p>Sujeito comunicante – [termo formulado por Ducrot, não empregado por Bally] – “o ser que, no interior do sentido do enunciado, busca ‘fazer saber’” (p. 28, tradução nossa)</p>
<p>Enunciador – “origem dos pontos de vista expressos pela enunciação” (p. 29, tradução nossa)</p>	<p>Centro de perspectiva ou focalização – “aquele que ‘vê’, aquele cujo ponto de vista é escolhido para apresentar os acontecimentos” (p. 28, tradução nossa)</p>	<p>Sujeito modal – “o sujeito a quem é atribuído o pensamento comunicado (portanto aquele que reage à representação)” (p. 18, tradução nossa)</p>

Fonte: elaborado a partir de Ducrot (1986)

Estabelecidas as correlações, é preciso salientar uma diferença crucial: Ducrot (1986) observa, nos exemplos de Bally, uma sistemática correspondência entre sujeito comunicante e sujeito modal³⁸, o que o leva a atribuir a Bally uma “teoria monomodal da enunciação” (Ducrot, 1986, p. 35). Trata-se de uma característica que vai frontalmente contra a teoria polifônica de Ducrot, pois a possibilidade de que um locutor organize a presença de diferentes enunciadores (equivalentes aos sujeitos modais de Bally) num mesmo enunciado é um fundamento dessa teoria. Ainda assim, como ressaltam Barbisan e Teixeira (2002, p. 162- 163), Ducrot relata ter sido a teoria de Bally “que lhe permitiu ‘observar’ o diálogo que ocorre no interior do enunciado como enunciação de diferentes vozes, aquelas dos ‘enunciadores’”. Trata-se do

38 Bally (1944) não afirma essa correspondência, até porque não emprega o termo “sujeito comunicante”; é Ducrot (1986) quem infere tal correspondência a partir da análise dos exemplos de Bally e do fato de que este último, nesses exemplos, sempre atribui a cada frase um único sujeito modal.

que Ducrot (1986, p. 26, tradução nossa) define como uma *concepção teatral da enunciação*: “o sentido do enunciado descreve a enunciação como a confrontação de pontos de vista diferentes, que se justapõem, se superpõem e se respondem”.

A imagem do sentido do enunciado como uma *confrontação de pontos de vista* sintetiza bem de que modo a polifonia de Ducrot, ou sua concepção teatral da enunciação, realiza-se em termos de descrição linguística. É o que buscamos mostrar no próximo capítulo, a partir dos principais fenômenos polifônicos descritos pelo linguista: a negação, a ironia, a pressuposição, além de uma releitura polifônica dos usos de “mas”.

A descrição polifônica do sentido

Analisando a evolução da polifonia ducrotiana nos anos 1980, Azevedo (2011) observa que, nas conferências de Cali (Ducrot, 1990), conceitos antes formulados como *vários sujeitos* ou *tipos de personagem* “são agora apresentados como *funções* que dizem respeito à ideia de *sujeito falante*” (Azevedo, 2011, p. 66, grifos da autora). Ainda segundo Azevedo (2011, p. 66), essa mudança “parece apontar para o fato de tais conceitos serem formulações de caráter metodológico, ou seja, criadas como ferramentas para a descrição do sentido”.

Encontramos, de fato, em *Polifonía y argumentación*, uma maior instrumentalização dos conceitos da polifonia, com vistas a usá-los em análises. É o caso da série de perguntas a seguir:

Descrever o sentido de um enunciado consiste, a meu ver, entre outras coisas, em responder a diversas perguntas: o enunciado contém a função locutor? A quem se atribui essa função? A quem se assimila o locutor? Quais são os diferentes pontos de vista expressos, isto é, quais são as diferentes funções de enunciator presentes no enunciado? A quem se atribuem essas funções? (Ducrot, 1990, p. 20, tradução nossa)

Mais adiante, Ducrot (1990, p. 66-67) sistematiza três elementos que devem constituir uma descrição polifônica dos enunciados. São eles:

- a apresentação dos pontos de vista dos enunciadores;
- a atitude do locutor perante cada enunciador;
- a assimilação do enunciador a uma fonte/origem do ponto de vista.

Em relação ao primeiro item, trata-se de apontar o conteúdo semântico que constitui o ponto de vista de cada enunciador³⁹. Lembrando que, como exposto no “Esboço”, um ponto de vista não corresponde a uma fala, portanto “não é um enunciado (isto é, uma sequência de palavras), imputável a um locutor, mas uma atitude, uma posição tomada por um enunciador tendo em vista um certo conteúdo [...]” (Ducrot, 1987, p. 205, grifos do autor).

Quanto às atitudes do locutor perante cada enunciador, Ducrot (1990) apresenta três possibilidades:

- identificação: o locutor *assume* o ponto de vista do enunciador;
- aprovação: o locutor *concorda* com o ponto de vista do enunciador;
- oposição: o locutor *rejeita* o ponto de vista do enunciador.

68

Cada uma dessas atitudes contribui de um modo particular para constituir o sentido de enunciados, o que podemos compreender pela descrição de Ducrot de certos fenômenos polifônicos. Na negação, por exemplo, o locutor assume o ponto de vista de um enunciador enquanto rejeita o de outro; na ironia, apenas rejeita o ponto de vista de um enunciador, sem assumir qualquer outro; na pressuposição, aprova um primeiro e assume um segundo; nas construções com o articulador “mas”, combinam-se quatro atitudes perante quatro enunciadores.

Por fim, o terceiro item da descrição polifônica, a assimilação do enunciador a uma origem, pode ser entendido como a indicação do ser discursivo que se compreende ser a fonte de um ponto de vista – o próprio locutor, o interlocutor, um terceiro, uma voz coletiva etc.

Passemos, então, à descrição de alguns fenômenos polifônicos. Para desenvolver sua descrição polifônica da negação, Ducrot (1990) conta

³⁹ Neste capítulo, apresentamos os pontos de vista de modo mais simples, para, no capítulo seguinte, mostrarmos a proposta de descrevê-los por seu valor argumentativo, por meio dos recursos da TBS.

ter se inspirado em uma clássica formulação freudiana, de especial interesse para muitos linguistas. Em seu ensaio *A negação*, Freud ([1925] 2014) mostra como esse fenômeno de linguagem é determinante para a psicanálise. Um exemplo, logo na abertura do texto, é o do paciente que, ao comentar um sonho que teve, diz: “O senhor pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. Minha mãe não é”. E, disso, o analista conclui: “logo, é a mãe”. A partir de Ducrot (1990), numa brevíssima recuperação da explicação freudiana para a negação, podemos compreendê-la como o resultado de uma negociação do *ego*⁴⁰ entre as forças da *libido*, que deseja expressar um conteúdo, e do *superego*, que atua para rejeitá-lo: “a negação permite dizer coisas e ao mesmo tempo censurá-las, agradando a todo mundo”, sintetiza Ducrot (1990, p. 23, tradução nossa).

Deslocando essa explicação para o terreno da linguística, Ducrot associa a ela seu conceito de enunciadores, postulando que dois deles estariam na origem de pontos de vista opostos presentes em um mesmo enunciado. Por exemplo, em “João não é feliz”, haveria o ponto de vista do enunciador E1 – a ideia ou a opinião de que João é feliz – e o ponto de vista do enunciador E2 – a ideia ou a opinião de que João *não* é feliz. Associando a essa descrição as atitudes do locutor, teríamos que ele *assume* o ponto de vista de E2 e *rejeita* o de E1.

Um convincente argumento de Ducrot para essa descrição da negação está na possibilidade de continuar um enunciado negativo com “ao contrário”, o que é impossível com um enunciado positivo. Após “João não é feliz”, é possível encadear o enunciado “ao contrário, ele é tristíssimo”; por outro lado, é impossível dar sequência a “João é feliz” com qualquer enunciado que comece com “ao contrário”. Segundo Ducrot, isso ocorre porque essa expressão não se opõe ao enunciado total “João não é feliz”, mas apenas ao ponto de vista positivo expresso por E1. Ou seja, o enunciado “ao contrário, ele é tristíssimo” se *opõe* ao ponto de vista de E1 (de que João é feliz), ao mesmo tempo que *dá sequência* ao ponto de vista de E2 (de que João não é feliz). Outra

40 Conforme Laplanche e Pontalis (2001), o *ego* pode ser compreendido como a instância mediadora encarregada dos interesses da totalidade da pessoa; a *libido*, como a energia resultante das transformações da pulsão sexual; o *superego*, como instância responsável por funções como consciência moral, auto-observação e formação de ideais.

demonstração dessa descrição por Ducrot (1990) se dá por meio do funcionamento de certos pronomes anafóricos após enunciados negativos, conforme os exemplos:

(42) Não renunciarei. Isso está fora de cogitação.

(43) Não arrecadamos todo o dinheiro. Mas ainda temos uma semana para isso.

Em (42), o pronome “Isso” retoma anaforicamente não o ponto de vista negativo de um enunciador E2 (a ideia de que o locutor não renunciará), e sim o ponto de vista positivo de um enunciador E1 (a ideia de que o locutor renunciará). É a renúncia que está fora de cogitação, por isso o locutor se opõe a E1 e identifica-se com E2. A análise de (43) é semelhante, já que o pronome anafórico “isso” retoma a ideia de um enunciador positivo do primeiro enunciado, cujo ponto de vista é de que todo o dinheiro foi arrecadado (ponto de vista recusado pelo locutor no primeiro enunciado, mas, ainda assim, presente ali, o que é atestado por sua retomada pelo pronome “isso” na sequência do discurso).

Essas formulações sobre a negação se apoiam na ideia de que os enunciados negativos trazem um esquema semântico comum, uma espécie de confronto entre dois enunciadores que Ducrot (1990) descreve como um *diálogo cristalizado*, relacionado à concepção teatral do sentido de que tratamos no capítulo anterior.

Ducrot (1987) afirma que essa descrição se aplica à maioria dos enunciados negativos, mas com a ressalva de que se trata de um tipo específico de negação, que ele define como *polêmica*. Outros dois tipos – a negação *metalinguística* e a *descritiva* – também são apresentados pelo linguista no “Esboço”, como sintetizado no Quadro 2.

Quadro 2 – Tipos de negação no “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”

Tipo	Descrição	Exemplo
Metalinguística	Negação do que um outro <i>locutor</i> disse de fato.	A: Pedro parou de fumar. B: Pedro não parou de fumar; na verdade, ele nunca fumou na vida.

Polêmica	Negação de um ponto de vista interno ao próprio enunciado. A oposição não é a um <i>locutor</i> , mas a um <i>enunciador</i> .	Em “Pedro não é inteligente”, há os enunciadores E1 (cujo ponto de vista é que Pedro é inteligente) e E2 (cujo ponto de vista é que Pedro não é inteligente). O <i>locutor</i> opõe-se a um <i>enunciador</i> (E1), e não a outro <i>locutor</i> .
Descritiva	Negação usada para representar um estado de coisas, sem oposição a um discurso contrário.	A: Como está o tempo? B: Não há nenhuma nuvem no céu.

Fonte: elaborado a partir de Ducrot (1987).

Ducrot (1990) afirma que, na negação polêmica, E2 *geralmente* se assimila ao locutor, o que deixa aberta a possibilidade de sua assimilação a outro indivíduo. Já E1, origem do ponto de vista positivo, “pode ser assimilado a qualquer um, *menos ao locutor*” (Ducrot, 1990, p. 25, tradução nossa, grifo nosso).

A não assimilação entre enunciador e locutor será o ponto central da descrição polifônica que Ducrot dá a outro fenômeno, a ironia. No “Esboço”, Ducrot propõe diferenciar dois modos de comunicação: *um modo sério*, em que ocorre a assimilação entre locutor e enunciador, e *um modo irônico*, caracterizado por uma *separação radical* entre esses personagens. Ducrot (1987) observa que, tanto no discurso irônico quanto no discurso sério, não é no nível da língua que se dá a atribuição dos papéis de locutor e enunciador: a significação da frase marca seus lugares para que o interpretante realize essa atribuição, podendo associar os dois papéis a atores diferentes (modo irônico) ou a um só (modo sério).

A partir dessa descrição da ironia, uma diferença entre ela e a negação polêmica merece ser destacada. Ducrot (1987) observa que, para rejeitar o ponto de vista de um enunciador por meio da negação, o locutor recorre a outro enunciador; na ironia, essa rejeição se dá diretamente pelo locutor. Outra característica importante da ironia é que, nela, a separação entre locutor e enunciador só se realiza no momento da

enunciação (ou da interpretação), o que faz dela um fenômeno necessariamente *discursivo*.

Apresentamos dois exemplos a seguir para consolidar a diferença. Em uma situação em que, em um dia quente, alguém diz a um interlocutor que preparou uma sopa para o almoço, imaginemos duas possíveis respostas:

(44) Sopa nesse calor é uma ideia brilhante.

(45) Sopa nesse calor não é uma boa ideia.

O locutor de (44) enuncia-se por meio de um único enunciador (cujo ponto de vista é o de que sopa no calor é uma ideia brilhante), mas se opondo a ele, atitude que geralmente se confirma por elementos da situação de discurso (por meio de uma entonação, de uma expressão facial, de uma relação prévia entre os sujeitos do diálogo, enfim...). Por essa configuração de um único enunciador rejeitado pelo locutor, descrevemos (44) como um caso de ironia. Já em (45), identificamos dois enunciadores, E1 (cujo ponto de vista é o de que sopa no almoço é uma boa ideia) e E2 (cujo ponto de vista é o de que sopa no almoço não é uma boa ideia). Seguindo nossas descrições anteriores da negação, sabemos que o locutor rejeita E1 e identifica-se com E2.

Em *Polifonía y argumentación*, Ducrot trabalha outra distinção entre dois modos de comunicação, nomeando-os dessa vez como *modo sério* e *modo não sério*⁴¹. O primeiro caso se dá quando o locutor se assimila a um dos enunciadores, enquanto a comunicação não séria “se baseia na simples apresentação dos enunciadores, apresentação que é vista como significativa em si mesma” (Ducrot, 1990, p. 29, tradução nossa).

Essa nova formulação (*modo sério x modo não sério*) é mais abrangente e mais contundente que a anterior (*modo sério x modo irônico*), na medida em que Ducrot (1990, p. 29, tradução nossa, grifo nosso) afirma que “todo enunciado tem a ver a priori com uma comunicação não séria, que é o fundamento de toda comunicação; ademais, pode ter a ver também com a comunicação séria”. Ele exemplifica retomando a

41 Nas conferências de Cali, Ducrot (1990) restringe a definição de *ironia*, reservando o termo para caracterizar enunciados que sejam atribuídos a um personagem específico, a quem se busca ridicularizar.

reflexão sobre a negação:

Quando digo *Pedro não veio*, não só me assimilo ao indivíduo que nega a vinda de Pedro, mas ao mesmo tempo apresento um enunciador E1, segundo o qual Pedro veio ou poderia ter vindo; desse modo, posso criticar Juan ao assimilá-lo a E1 e repreendê-lo por ter acreditado ou ter-me feito acreditar na vinda de Pedro. **O fato de apresentar um enunciador, ainda que se critique seu ponto de vista, pode ter significação.** (Ducrot, 1990, p. 29, grifo do autor, destaque nosso, tradução nossa)

A afirmação em destaque remete ao fato de que um locutor pode se posicionar de formas distintas diante de cada enunciador. Como visto anteriormente, Ducrot (1990) distingue três possíveis atitudes: identificação, aprovação e oposição. Todas elas, de diferentes formas, atribuem sentido ao enunciado. A ironia e a negação já nos permitiram trabalhar bem as relações de identificação (quando o locutor assume o ponto de vista do enunciador) e de oposição (quando rejeita seu ponto de vista). Vejamos agora como a atitude de *aprovação* se realiza no fenômeno da *pressuposição*.

No enunciado “Pedro parou de fumar”, haveria um enunciador E1, cujo ponto de vista corresponde ao conteúdo pressuposto (a informação de que Pedro fumava), e um enunciador E2, cujo ponto de vista corresponde ao conteúdo posto (a informação de que Pedro parou de fumar). É apenas com E2 que o locutor se identifica. Completando a descrição desse enunciado, Ducrot (1987) afirma, seguindo Berrendonner, que E1 é assimilado a uma *voz coletiva*⁴², algo como o “*on*” da língua francesa⁴³. Ao trabalhar o mesmo exemplo nas conferências de Cali, Ducrot (1990) afirma que a atitude do locutor perante E1 será, nesse caso, de *aprovação*. Isso significa que o locutor *aceita* o ponto de vista segundo o qual Pedro fumava, mas afirmar isso não é a finalidade de sua fala. O objetivo desse locutor ao se enunciar é

42 Ducrot (1987) também indica essa possibilidade para grupos nominais como “a degradação da situação” ou “a melhoria do nível de vida”, ao afirmar que “o característico da nominalização é *fazer aparecer um enunciador*, ao qual o locutor não está assimilado, mas que é *assimilado a uma voz coletiva*” (Ducrot, 1987, p. 217, grifos nossos).

43 “*On*”, em francês, pode ser tanto pronome indefinido (“*On dit qu’il est mort*” – “Dizem que morreu”; “*On n’arrive pas a guérir cette maladie*” – “Não se consegue curar essa doença”) quanto pronome pessoal, em linguagem coloquial (“*On a bien mangé*” – “Comemos bem”). Exemplos do *Dicionário escolar WMF* (On, 2012).

afirmar o ponto de vista de E2, segundo o qual Pedro parou de fumar.

Silva (2008) nos apresenta outro exemplo em que a análise polifônica de Ducrot da pressuposição pode ser aplicada. Em “O Ministério da Fazenda descobriu uma nova esperteza no Instituto de Resseguros do Brasil” (exemplo publicado na revista *Veja*), segundo a linguista, “o adjetivo ‘nova’ instaura um sentido pressuposto” (Silva, 2008, p. 39). Assim, teríamos dois enunciadores: E1, cujo ponto de vista é o de que *houve outras* espertezas no Instituto de Resseguros do Brasil (assimilado a uma voz coletiva), e E2, cujo ponto de vista é o de que *há uma nova esperteza* no Instituto de Resseguros do Brasil (assimilado ao locutor).

Há ainda mais um fenômeno trabalhado por Ducrot (1990) que nos permite ver as três atitudes realizadas por um locutor de uma só vez. Trata-se dos encadeamentos com o articulador “mas”, o que leva o linguista a relacionar suas teorias da polifonia e da argumentação. Ducrot (1990) dá o exemplo de alguém que recebe um convite para dar um passeio porque o tempo estaria bom e, a esse convite, responde: “Sim, o tempo está bom, mas meus pés estão doendo”. Segundo Ducrot, há pelo menos quatro enunciadores nesse enunciado: E1 e E2 estariam ligados a “o tempo está bom” e E3 e E4 estariam ligados a “meus pés estão doendo”. Em resumo, seus pontos de vista seriam:

- E1: [acredita que o tempo está bom]
- E2: [a partir do ponto de vista de E1, conclui a favor do passeio]
- E3: [considera a dor nos pés]
- E4: [a partir do ponto de vista de E3, conclui contra o passeio]

Descrevendo as atitudes do locutor, Ducrot (1990) dirá que a relação com E1 é de *aprovação*: o locutor concorda que o tempo está bom. Já com E2 a relação é de *oposição*: o locutor não considera que o tempo bom seja motivo suficiente para aceitar o convite para o passeio. A relação é de *identificação* tanto com E3 quanto com E4, aos quais o locutor se assimila. Já a assimilação de E1 e de E2, nesse exemplo, será ao interlocutor.

Após a análise de outros exemplos com “mas”, Ducrot (1990) propõe incluir na significação das frases *X mas Y* as seguintes instruções ligadas às atitudes do locutor: 1) a relação com E2 é sempre de oposição

(rejeitar o ponto de vista); ii) com E4, a relação é sempre de identificação (assumir o ponto de vista); iii) as atitudes perante E1 e E3 podem variar entre aprovação (concordar) e identificação (assumir o ponto de vista).

Para fixar essas descrições, podemos analisar um exemplo que combine a pressuposição com o emprego de “mas”:

(46) Laura parou de comer carne, mas abre exceção quando a família faz churrasco.

Teríamos, nessa análise, os seguintes enunciadores e as respectivas atitudes do locutor em relação a eles:

- E1': [Laura comia carne] (ponto de vista pressuposto, com o qual o locutor concorda)
- E1'': [Laura parou de comer carne] (ponto de vista posto, assumido pelo locutor)
- E2: [Laura nunca come carne] (conclusão a partir de E1'', rejeitada pelo locutor)
- E3: [Laura abre exceção quando a família faz churrasco] (ponto de vista assumido pelo locutor)
- E4: [Laura ainda come carne de vez em quando] (conclusão a partir de E3, assumida pelo locutor)

Sobre esse exemplo, comparando os pontos de vista dos enunciadores ao discurso efetivamente observável, apenas os pontos de vista de E1'' e de E3 puderam ser descritos a partir de uma correspondência com a materialidade linguística que constitui o enunciado (46) – embora valha lembrar que um ponto de vista não é uma fala, mas algo mais próximo de uma opinião ou uma atitude perante os objetos do discurso. Quanto aos outros pontos de vista, no caso de E1', trata-se de um pressuposto e, nos casos de E2 e E4, trata-se das conclusões opostas típicas das descrições de “mas”. O exemplo mostra bem a necessidade de, numa análise polifônica, desvelarmos pontos de vista cuja descrição não corresponda de modo evidente com os conteúdos materialmente expressos no enunciado.

Nas descrições que integram este capítulo, buscamos mostrar como a polifonia é um quadro profícuo para descrever a construção de

posições de um locutor em seu discurso, possibilitando análises a partir de três elementos, segundo Ducrot (1990): apresentar os pontos de vista dos enunciadores; descrever a atitude do locutor perante cada enunciador; assimilar os enunciadores a uma fonte/origem de seus pontos de vista.

Por fim, uma nota sobre a polifonia de locutores. Embora na obra *Polifonía y argumentación* Ducrot (1990) concentre sua atenção na polifonia de enunciadores, consideramos importante lembrar que, no “Esboço”, a polifonia de locutores tem espaço importante. E no verbete “Enunciação” da *Enciclopédia Einaudi*, mesmo não sendo um texto sobre polifonia, há uma consideração relevante sobre a particularidade da presença de citações a outros locutores no interior de um discurso. Com isso, reconhecemos haver um espaço próprio para a polifonia de locutores no campo da Semântica Argumentativa, a ser compreendido a partir de sua distinção da polifonia de enunciadores. Silva (2018) oferece-nos um bom enquadramento dessa diferença entre as duas formas de polifonia, sem nos deixar esquecer que elas compartilham uma matriz comum, expressa no princípio de que o “discurso, na perspectiva de Ducrot, é o lugar de debate de posições” (Silva, 2018, p. 30, grifo nosso). Trata-se de um debate que “comparece no modo como o locutor organiza vozes (explícitas e implícitas) e na posição que assume diante dessas vozes” (Silva, 2018, p. 30). A denominação da polifonia de locutores pela noção de *vozes explícitas* e da polifonia de enunciadores pela noção de *vozes implícitas* é um modo interessante de reconhecer no que esses fenômenos se aproximam e no que se distinguem. Nos dois casos, há um gerenciamento dos pontos de vista que um locutor convoca para seu discurso e em relação aos quais se posiciona. A diferença essencial está no fato de o autor explicitar ou não a quem atribui aquele ponto de vista, isto é, qual seria sua origem. Quando o próprio locutor o faz, estamos diante da polifonia de locutores. Quando não o faz, trata-se de uma polifonia de enunciadores, e cabe ao linguista/analista realizar essa assimilação – é o terceiro elemento da descrição polifônica proposta por Ducrot (1990).

A polifonia associada à Teoria dos Blocos Semânticos

Após o intenso trabalho com a polifonia nos anos 1980, Ducrot volta a abordar centralmente o tema em um trabalho de 2001, intitulado “*Quelques raisons de distinguer locuteurs et énonciateurs*”. Trata-se de uma resposta a pesquisadores que desenvolvem a Teoria Escandinava da Polifonia (ScaPoLine), que, numa crítica ao conceito de enunciadores, propõem ligar diretamente o locutor aos pontos de vista por meio de atitudes. Ducrot (2001) argumenta que a existência dos enunciadores como intermediários que recebem a atitude do locutor é importante para explicar alguns fenômenos. Por exemplo, ele afirma que é aí que reside a diferença entre a negação polêmica (oposição a um enunciador) e a negação metalinguística (oposição a outro locutor).

Nos anos 2000, a Semântica Argumentativa dá novas abordagens ao fenômeno da polifonia, especialmente com o desenvolvimento da Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP)⁴⁴. Porém, antes de Ducrot e principalmente Carel assumirem o desenvolvimento dessa nova teoria, os dois trabalham em colaboração (Ducrot; Carel, 2008) numa associação da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) com a polifonia ducrotiana. Trata-se de uma nova forma de representar os pontos de vista dos enunciadores, agora descritos como aspectos argumentativos e os cadeamentos ligados a eles, em relação aos quais o locutor se posiciona. No quadro da TBS, como vimos anteriormente, o sentido é descrito por meio de cadeamentos e aspectos argumentativos normativos (por meio de conectores de tipo DC) e transgressivos (por meio de conectores de tipo PT). Ducrot e Carel (2008) empregam esse quadro para uma descrição argumentativa e polifônica da negação.

Vimos que a descrição de Ducrot (1987; 1990) para a *negação polêmica* era marcada pela relação assimétrica entre enunciado positivo (com

44 Pelo caráter introdutório desta obra, em que buscamos apresentar um recorte do campo da Semântica Argumentativa com foco em formulações ducrotianas, optamos por não apresentar aqui a Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP), que tem Marion Carel como principal desenvolvedora (com contribuições de Ducrot, bem como de Alfredo Lescano). Sobre essa teoria, conferir: Carel (2010; 2011), Carel e Ducrot (2010) e Lescano (2011).

apenas um enunciador, E1) e enunciado negativo (com dois enunciadore, E1 e E2). Buscando descrever esse mesmo fenômeno no quadro da TBS, Ducrot e Carel (2008) mantêm essa assimetria: o número de enunciadores atribuídos a um enunciado negativo *não [p]* será o *dobro* dos enunciadores atribuídos ao enunciado positivo *[p]*. Porém, como a TBS amplia as possibilidades de descrição do sentido em argumentação externa (AE) e interna (AI), o número de pontos de vista atribuídos aos enunciados aumenta. Cada aspecto corresponderá a um ponto de vista, de modo que, se descrevermos um enunciado positivo *[p]* com três enunciadores, descreveremos o enunciado negativo *não [p]* com seis. Seguindo esse princípio, Ducrot e Carel (2008) associam ao enunciado positivo “João foi prudente” os seguintes enunciadores:

- E1 evoca a AE à direita PRUDÊNCIA DC SEGURANÇA;
- E2 evoca a AE à esquerda SER PREVENIDO DC SER PRUDENTE⁴⁵;
- E3 evoca a AI PERIGO DC PRECAUÇÃO.

Para o enunciado negativo “João não foi prudente”, os autores preveem os mesmos E1, E2 e E3 e ainda um outro enunciador correspondendo a cada um deles:

- E'1 evoca o aspecto *recíproco* de E1: NEG-PRUDÊNCIA DC NEG-SEGURANÇA;
- E'2 evoca o aspecto *recíproco* de E2: NEG-SER PREVENIDO DC NEG-SER PRUDENTE;
- E'3 evoca o aspecto *converso* de E3: PERIGO PT NEG-PRECAUÇÃO.

Vemos pelas relações entre E'1 e E1 e entre E'2 e E2 que o efeito da negação polêmica sobre a AE é de *reciprocidade*. Por sua vez, ao observarmos o que varia entre E'3 e E3, percebemos que o efeito da negação polêmica sobre a AI é de *conversão*. Uma característica classicamente atribuída a esse tipo de negação é o fato de que ela *não atinge os pressupostos*. Analisando especificamente E'3, vemos de que

45 Simplificamos a apresentação da análise escolhendo as formas sem negação para as AE do enunciado positivo, mas seria possível, para E1, PRUDÊNCIA PT NEG-SEGURANÇA e, para E2, NEG-SER PREVENIDO PT SER PRUDENTE.

modo a TBS representa isso: entre o ponto de vista de E3 (que evoca PERIGO DC PRECAUÇÃO) e o ponto de vista de E'3 (que evoca PERIGO PT NEG-PRECAUÇÃO), o que se mantém inalterado é o primeiro segmento, PERIGO.

Dando sequência à descrição da negação, os autores afirmam que a atitude do locutor do enunciado negativo será de recusa dos enunciadorees positivos (E1, E2 e E3). Quanto a E'1, E'2 e E'3, o locutor os assume ou, no mínimo, concorda com eles. A pluralidade de enunciadores com pontos de vista negativos e a possibilidade de atitudes distintas perante cada um é uma novidade da descrição da negação no quadro da TBS – aliás, nesse texto os autores sugerem a possibilidade de *abstenção do locutor*, que se recusaria a tomar posição perante certos enunciadores.

Ducrot e Carel (2008) comentam que o efeito sobre a AI na *negação metalinguística* seria não mais a conversão, mas a transposição. Os autores não desenvolvem essa análise, mas podemos verificar qual seria o resultado desse efeito no exemplo acima:

- E'3 evoca o aspecto transposto de E3: NEG-PERIGO PT PRECAUÇÃO.

Comparando o ponto de vista de E3 (que evoca PERIGO DC PRECAUÇÃO) ao ponto de vista de E'3 (que evoca NEG-PERIGO PT PRECAUÇÃO), vemos que a negação metalinguística afeta o primeiro elemento, ou seja, nega-se ter havido perigo. E'3 poderia facilmente ser associado à fala de B no seguinte diálogo:

A – João foi prudente.

B – João não foi prudente; na verdade, não tinha perigo nenhum ali! [Negação metalinguística]

Outro trabalho que oferece uma associação entre a polifonia ducrotiana e a Teoria dos Blocos Semânticos é o de Silva, Toldo, Barbisan, Marquardt e Machado (2006), em que analisam um discurso retirado de uma seção de cartas dos leitores de um tradicional jornal gaúcho. Na análise, buscam revelar os posicionamentos de um locutor diante dos diferentes pontos de vista que ele mobiliza em seu discurso, os quais são descritos como aspectos argumentativos. Por exemplo, em

relação ao enunciado “Sempre é tempo de aprimorar as condições técnicas dos hospitais para processar as doações”, as autoras consideram que uma polifonia é instaurada pelo verbo “aprimorar”, com a expressão de dois pontos de vista conversos, que elas descrevem por meio dos aspectos a seguir (com o aspecto transgressivo sendo aquele que o locutor assume):

- EXISTÊNCIA DE BOAS CONDIÇÕES TÉCNICAS DC
NEG-NECESSIDADE DE MELHORAR
- EXISTÊNCIA DE BOAS CONDIÇÕES TÉCNICAS PT
NECESSIDADE DE MELHORAR

No geral, essa análise mostra a centralidade dos blocos semânticos em descrições que combinem aspectos argumentativos e polifônicos, uma vez que, em várias passagens do discurso, o locutor se posiciona de modo distinto diante de aspectos do mesmo bloco, sendo este um dos principais efeitos polifônicos que se pode observar pelo viés da TBS. Nesse sentido, as relações de reciprocidade, conversão e transposição, de que tratamos no capítulo “Os blocos semânticos”, merecem um olhar atencioso nas análises de discursos.

Emprego do quadro teórico na análise de discursos

Com foco na obra de Oswald Ducrot e assumindo como conceitos-chave a *argumentação linguística* e a *polifonia*, apresentamos, nesta *Parte 1* do livro, um recorte do campo da Semântica Argumentativa. Antes de avançarmos, é válido trazer um último comentário sobre o quadro teórico apresentado, considerando nosso objetivo na *Parte 2*: empregá-lo em análises discursivas.

Em síntese, na semântica ducrotiana a argumentação consiste, de um lado, nas possibilidades de continuidade discursiva que uma entidade linguística traz em si (trata-se da perspectiva da *língua*) e, de outro lado, nos encadeamentos argumentativos por meio dos quais um locutor efetivamente constitui seu *discurso*. Ao escolhermos esse quadro teórico para empreender análises, entendemos que nosso olhar

sobre o objeto analisado deve ser construído sempre a partir dessa relação entre *língua* (potencial argumentativo) e *discurso* (realização argumentativa).

Tomemos como exemplo a classificação de Ducrot (2002) do conjunto de termos descritos como *internalizadores*. A caracterização dessas palavras é eminentemente linguística, na medida em que se empreende uma abstração para descrever um funcionamento que se aplica a toda a categoria. Mas esse funcionamento, pelo modo como é descrito, só pode ser compreendido por sua ocorrência no discurso. A operação de internalização tem, como efeito que lhe dá nome, a transformação das possibilidades de encadeamento do sintagma formado por “palavra plena + internalizador”: uma argumentação é internalizada, enquanto outra é interditada. O efeito é sobre as possibilidades de encadeamento, e o encadeamento é a essência da constituição do sentido no discurso. Também vale ressaltar que, para a descrição do sentido, não importa apenas a internalização de uma argumentação (processo que dá nome à classe de palavras), mas também a interdição de uma outra. O fato de uma argumentação deixar de ser possível também é significativo.

Aliás, algo que a Semântica Argumentativa ensina e que merece ser trabalhado nas análises discursivas por essa perspectiva é o olhar cuidadoso para o que acontece no discurso *em segundo plano*. Esse é um termo usado mais recentemente por Carel (2021), mas que remonta a uma das formulações mais importantes da polifonia de Ducrot: as atitudes do locutor. Ao trazer essas atitudes para o centro de sua análise polifônica, Ducrot não nos deixa esquecer que a linguagem sempre nos convoca a tomar posições, o que se dá desde a unidade elementar do discurso, o enunciado. Apoiado em Freud, o linguista lança luz à possibilidade de que, em certos casos, o mais significativo em um discurso seja justamente um conteúdo que aparentemente tenha sido apenas negado. Sua análise de um discurso do político francês Giscard d’Estaing, que citamos no fim do capítulo “Dos enunciados ao discurso”, ilustra bem essa possibilidade.

Chegando ao fim desta apresentação da Semântica Argumentativa, devemos reconhecer que seu quadro teórico é marcado por uma relativa variedade de formulações que nos impõe desafios para empregá-lo

em análises. Mesmo que tenhamos operado um recorte na extensa produção do campo, a variedade persiste, e tem relação não só com os diferentes momentos em que Ducrot desenvolveu as teorizações que buscamos apresentar, mas também com as diferentes perspectivas pelas quais os fenômenos da língua e do discurso são abordados. Diante dessa variedade, cabe ao analista o trabalho de estabelecer relações entre essas diferentes abordagens, em seus diferentes momentos teóricos, e seu objeto de análise.

Ressaltamos a *relativa* variedade de formulações com a qual é preciso lidar, mas gostaríamos de encerrar esta primeira parte do livro enfatizando a existência de uma matriz de pensamento comum, expressa na ideia de que a argumentação está inscrita na língua, que perpassa as teorizações de Ducrot e de seus colaboradores da Semântica Argumentativa. Nessa perspectiva, compreendemos que um locutor constrói seu discurso encadeando entidades linguísticas. Assim, há sempre uma cadeia principal do discurso, constituída pelos pontos de vista que esse locutor assume. Mas, de modo complementar, sempre há também a possibilidade de apresentar outros pontos de vista, com os quais ele só concorda ou aos quais se opõe, assim como existe a possibilidade de evocar explicitamente outros discursos, atribuídos a outros locutores, com os quais o locutor do discurso principal também estabelece relações de adesão ou de distanciamento. Esse caráter polifônico do dizer, estabelecido no confronto entre pontos de vista e, muitas vezes, na evocação de outros dizeres, sempre se constrói pela argumentação linguística, isto é, pelos encadeamentos que constituem o sentido no discurso. É essa a matriz teórica que buscamos apresentar nesta primeira parte da obra e que, na sequência, buscamos empregar na análise de quatro discursos.



Análises

2

AB

O Enem e as redações “nota mil”

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com a finalidade de avaliar os conhecimentos de estudantes que concluíam essa etapa de ensino. A partir de 2009, com uma ampla reformulação, ganhou nova importância no cenário educacional brasileiro, quando passou a ser o principal mecanismo de acesso ao Ensino Superior no país.

Desde sua primeira edição, o exame seguiu tendência já estabelecida nos currículos do Ensino Médio e nos vestibulares brasileiros, solicitando a escrita de uma redação do tipo dissertativo-argumentativo⁴⁶ como forma de verificar as habilidades de escrita dos participantes na modalidade formal da língua portuguesa. Com o passar dos anos, é possível falar em uma certa cristalização do formato da prova, que há mais de uma década apresenta uma estrutura comum, organizada em três seções distribuídas em uma mesma página: uma com “Instruções para a redação”; outra com os textos motivadores; e uma terceira com a “Proposta de redação”, onde consta o tema a ser desenvolvido.

Uma das novidades que veio na esteira da reformulação de 2009 foi a publicação de um material oficial do exame, a “cartilha do participante”, com orientações detalhadas a respeito da prova de redação. Desde 2012, apenas três edições (2014, 2015 e 2021) não contaram com o material, que, nas nove versões publicadas até 2023, segue uma mesma

⁴⁶ Apenas na primeira edição solicitou-se a redação de um “texto dissertativo”, sem o termo “argumentativo”.

estrutura. Primeiro, são descritas, uma a uma, as cinco competências que compõem a matriz de referência da prova de redação. Na sequência, é apresentada uma seleção de redações “nota mil”, com textos que obtiveram nota máxima na edição anterior do exame. Após cada redação divulgada, há um comentário de uma página do próprio Inep, justificando a atribuição da nota máxima⁴⁷.

A apresentação das competências avaliadas chama atenção pela linguagem e pelo detalhamento. Mais do que simplesmente listados, os critérios de avaliação são explicados, em um texto cujo público principal não são os professores ou gestores educacionais, mas os participantes – bem diferente da matriz de referência geral do Enem (Brasil, [2009]), que é mais direta e técnica, destinada a informar os conteúdos avaliados em cada área do exame. Nas cartilhas da prova de redação, na seção dedicada a cada uma das cinco competências avaliadas, o participante compreende o que definirá seu nível de desempenho naquela competência. Cada uma conta com seis níveis, correspondentes às notas 0, 40, 80, 120, 160 e 200. Somando-se as notas do participante nas cinco competências, chega-se à nota da redação – por isso, os textos com nota máxima (200 pontos) em todas passaram a ser denominados redações “nota mil”.

A Competência 1 consiste em “demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa” (Brasil, 2023, p. 9). No detalhamento da cartilha, encontramos, como aspectos avaliados nessa competência: convenções da escrita, convenções gramaticais, escolha de registro (modalidade escrita formal) e escolha vocabular.

A Competência 2 diz respeito à capacidade do participante de “compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (Brasil, 2023, p. 11). Nessa competência, o participante pode ser penalizado tanto por *tangenciar o tema* (quando a redação não aborda centralmente o tema proposto pela prova, voltando-se apenas a um assunto relacionado) quanto por *fugir ao tema* (quando a redação não aborda sequer um

47 Os comentários do Inep sobre as redações são discursos pré-formatados, inclusive com repetição de trechos.

assunto mais amplo ao qual o tema da prova esteja relacionado).No segundo caso, a redação é zerada.

Ainda sobre a Competência 2, é importante destacar o fato de que nela avalia-se também a presença de *repertório sociocultural*, “que se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta” (Brasil, 2023, p. 11, grifo nosso). Destacamos esse trecho por entendermos que ele expressa uma valorização da polifonia de locutores entre os critérios de correção. Nas cartilhas de 2019 e 2020 (das quais retiramos redações do Enem 2018 e 2019 para nossas análises), a convocação de outras vozes explícitas sempre é valorizada nos comentários do Inep, sendo considerada *repertório sociocultural pertinente à discussão*.

Quanto à Competência 3, por meio dela o participante é avaliado por sua habilidade de “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” (Brasil, 2023, p. 15). Embora essa descrição nos pareça fortemente ancorada no que Ducrot (2009) define como argumentação retórica (por exemplo, ao mencionar o uso de *informações e fatos* como meio para defesa de um ponto de vista), essa competência também representa um ponto de interesse de nosso trabalho, já que pode ser relacionada à construção de posições no discurso pelo locutor. Além disso, seu detalhamento traz a ideia de que o *projeto de texto* (que, nos termos da cartilha, envolve a organização, a ordem, o encadeamento, o desenvolvimento das ideias no texto) está relacionado à defesa do ponto de vista. Mesmo que a Competência 3 não avalie explicitamente a *argumentação linguística*, consideramos que esta se faz presente em alguma medida no que é avaliado sob o nome de *projeto de texto*.

A Competência 4 consiste em “demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação” (Brasil, 2023, p. 15). A noção central na apresentação dessa competência é a de *coesão textual*, que a cartilha relaciona à estruturação dos parágrafos, à estruturação dos períodos e à referenciação. Em certa medida, essa competência é a que mais se aproxima do que Ducrot (2009) define como a argumentação linguística, em oposição à retórica. Isso porque a Competência 4 se interessa pelos mecanismos

linguísticos utilizados para articular as unidades do discurso, produzindo encadeamentos. No entanto, também é preciso ter cautela com essa relação. Um trecho em que essa competência é comparada à anterior é bastante elucidativo nesse sentido: segundo a cartilha, a Competência 3 avalia a “estrutura mais profunda do texto”, enquanto a coesão, observada na Competência 4, “atua na superfície textual, isto é, avaliam-se as marcas linguísticas que ajudam o leitor a chegar à compreensão profunda do texto” (Brasil, 2023, p. 18). A nosso ver, há aí uma separação entre o papel dos mecanismos linguísticos e a construção do sentido que remete à concepção tradicional de argumentação da qual a Semântica Argumentativa busca se distanciar.

Por fim, a Competência 5 avalia a habilidade do participante de “elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos” (Brasil, 2023, p. 28). Essa competência é um dos aspectos que singularizam a prova de redação do Enem, quando comparada a outras provas que solicitam a produção de um texto dissertativo-argumentativo. Nas redações “nota mil”, normalmente as propostas de intervenção são apresentadas no último parágrafo, ainda que isso não seja exigido na matriz de referência.

Conhecer essas competências é importante para nossas análises na medida em que os discursos que analisamos são divulgados pelo Inep como exemplares, por terem atendido com excelência todos esses critérios de avaliação. Com isso, ganham ares de oficialidade, de “modelo a ser seguido”. E assim vai se constituindo um banco de redações de interesse nacional que cresce anualmente – ou melhor, quase anualmente, sempre que é publicada uma nova edição da cartilha.

Como dissemos antes, as cartilhas começaram a ser publicadas em 2012, sempre divulgando redações “nota mil” da edição anterior do exame. Até o momento, apenas três edições do Enem não contaram com a publicação. E, apesar da interrupção na produção do material em 2014 e 2015, redações “nota mil” dos anos anteriores a essas edições também foram publicadas em 2016, de modo que a cartilha daquele ano foi a que trouxe a maior seleção de redações, 14 no total: cinco de 2013, quatro de 2014 e cinco de 2015. A publicação veio a ser interrompida novamente na edição de 2021, mas foi retomada em 2022. Ao todo, 74 redações “nota mil” foram divulgadas e comentadas

pelo Inep nas cartilhas publicadas até 2023. E, de todo esse período, o Inep só deixou de divulgar redações “nota mil” de uma edição, 2020, cujo tema foi: “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira”. Recuperamos a seguir, no Quadro 3, dados sobre as redações “nota mil” divulgadas pelo instituto até 2023:

Quadro 3 – Edições, temas e quantidades das redações “nota mil” divulgadas pelo Inep

Ano da cartilha	Ano das redações	Tema da prova	Qtde. redações
2012	2011	Viver em rede no século XXI: os limites entre o público e o privado	6
2013	2012	O movimento migratório para o Brasil no século XXI	6
2016	2013	Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil	5
	2014	Publicidade infantil em questão no Brasil	4
	2015	A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira	5
2017	2016	Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil	8
2018	2017	Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil	9
2019	2018	Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet	7
2020	2019	Democratização do acesso ao cinema no Brasil	7
2022	2021	Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil	7
2023	2022	Desafios para a valorização de povos e comunidades tradicionais no Brasil	10

Fonte: Brasil (2012; 2013; 2016; 2017; 2018; 2019; 2020; 2022; 2023).

Além da divulgação pelo Inep, as redações “nota mil” também têm amplo espaço na cobertura midiática do Enem. O portal de notícias

G1, por exemplo, costuma publicar uma seleção própria de redações (Tenente, 2020; Enem, 2021), estabelecida a partir de cópias dos textos disponibilizadas no portal do Enem e compartilhadas pelos próprios participantes. Outro conteúdo recorrente no mesmo portal de notícias são as matérias que apresentam as trajetórias estudantis e dicas de participantes que obtiveram a sonhada “nota mil” na prova de redação. Merece destaque, também, a iniciativa de Lucas Felpi, que fez de sua “nota mil” na redação do Enem 2018 um amplo negócio, com site, cursos, livros e mais de 500 mil seguidores no YouTube, sendo um dos carros-chefes as coletâneas com redações “nota mil” enviadas pelos próprios participantes, em quantidade bem maior que a seleção do Inep.

Apesar de reconhecermos a importância dessas divulgações não oficiais para constituir o fenômeno aqui estudado, em nossas análises nos voltamos apenas às redações divulgadas pelo próprio Inep. Em primeiro lugar, por considerarmos que as cartilhas oficiais do Enem já nos oferecem um *corpus* significativo para as análises aqui propostas. Em segundo lugar, e principalmente, pelo novo *status* que essas redações alcançam ao serem publicadas nas cartilhas do Enem. Como já dissemos, quando passam a integrar um documento oficial da política educacional, essas redações são apresentadas como exemplares, como uma espécie de modelo para os participantes das novas edições do exame.

Esse *status* de documento oficial das redações “nota mil” tem ainda mais importância ao considerarmos a centralidade que o Enem ocupa no cenário educacional do país desde 2009, quando passou a ser largamente utilizado como critério de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Isso fez com que o exame se tornasse objeto de maior interesse não só no campo do ensino, mas também da pesquisa acadêmica. As análises que apresentamos a seguir se inserem nesse contexto. Mobilizando o quadro teórico da Semântica Argumentativa apresentado na *Parte 1* desta obra, realizamos uma leitura de quatro desses textos, uma leitura que passa a integrar esse conjunto de estudos interessados nas redações “nota mil” e que – assim esperamos – poderá contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o que o Enem avalia positivamente em sua prova de redação.

A prova de redação do Enem 2018

O Enem 2018 teve como tema de sua prova de redação a “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet”. Quatro textos motivadores integraram a proposta de redação, todos eles consistindo em edições/adaptações de textos maiores publicados em outros locais, indicados no rodapé de cada texto, junto ao título e à autoria.

O Texto I traz como título “O gosto na era do algoritmo” e consiste em um trecho de uma coluna publicada no *El País Brasil*. Em resumo, explica de que maneiras as redes sociais e plataformas de música e vídeo, por meio de algoritmos, utilizam as preferências e escolhas prévias dos usuários tanto para a sugestão quanto para a criação de novos conteúdos, gerando uma ilusão de liberdade de escolha.

O Texto II, “A silenciosa ditadura do algoritmo”, de Pepe Escobar, denuncia o fato de que, após indicações dos usuários sobre conteúdos (especialmente notícias) a serem eliminados das redes sociais, as decisões quanto a isso são tomadas por algoritmos.

O Texto III consiste em um infográfico de título “Utilização da Internet”, com dados publicados originalmente no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consistindo em: percentuais de quem usa internet no país, a partir de recortes da população por gênero e idade, e percentuais indicando o motivo do acesso à internet.

Por fim, o Texto IV, “Como a internet influencia secretamente nossas escolhas”, de Tom Chatfield, problematiza a relação entre, de um lado, a quantidade de informações que os sistemas digitais têm sobre os usuários e, de outro, o que os usuários sabem sobre esses sistemas, enquadrando o problema contemporâneo das redes numa disputa entre “decisão informada” e “obediência influenciada”.

Sete redações que obtiveram nota máxima na prova de 2018 foram publicadas na cartilha do Enem de 2019. Selecionamos duas delas para as análises apresentadas na sequência.

Primeira análise

Redação 1

Tema: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

Em sua canção “Pela Internet”, o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa abundância vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados – uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários. Desse modo, tal manipulação do comportamento de usuários pela seleção prévia de dados é inconcebível e merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Em primeiro lugar, é válido reconhecer como esse panorama supracitado é capaz de limitar a própria cidadania do indivíduo. Acerca disso, é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia. Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum – já que suas fontes de informação estão direcionadas –, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do comportamento não pode ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal.

Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do

indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros. Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livre-arbítrio e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir.

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar essa problemática. Para tanto, as instituições escolares são responsáveis pela educação digital e emancipação de seus alunos, com o intuito de deixá-los cientes dos mecanismos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e torná-los mais críticos. Isso pode ser feito pela abordagem da temática, desde o ensino fundamental – uma vez que as gerações estão, cada vez mais cedo, imersas na realidade das novas tecnologias –, de maneira lúdica e adaptada à faixa etária, contando com a capacitação prévia dos professores acerca dos novos meios comunicativos. Por meio, também, de palestras com profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada.

Fonte: Brasil (2019, p. 31).

Parágrafo 1 (Primeira análise)

Em sua canção “Pela Internet”, o cantor brasileiro Gilberto Gil louva a quantidade de informações disponibilizadas pelas plataformas digitais para seus usuários. No entanto, com o avanço de algoritmos e mecanismos

de controle de dados desenvolvidos por empresas de aplicativos e redes sociais, essa abundância vem sendo restringida e as notícias, e produtos culturais vêm sendo cada vez mais direcionados – uma conjuntura atual apta a moldar os hábitos e a informatividade dos usuários. Desse modo, tal manipulação do comportamento de usuários pela seleção prévia de dados é inconcebível e merece um olhar mais crítico de enfrentamento.

Já de início, o locutor do discurso convoca uma outra voz, atribuída ao cantor Gilberto Gil e apresentada como responsável por um discurso (a canção “Pela Internet”) e por uma ação discursiva expressa pelo verbo “louva”. O primeiro ponto de vista apresentado no discurso – que pode ser descrito pelo aspecto INFORMAÇÃO DC CENÁRIO POSITIVO – tem sua origem assimilada a essa voz explícita citada, atribuída a Gilberto Gil⁴⁸. Trata-se de um ponto de vista que o locutor do discurso principal aprova, ao menos inicialmente, mas sem assumi-lo. Na sequência, compreendemos que o locutor se distancia (parcialmente) dele, por meio da argumentação transgressiva INFORMAÇÃO PT CONTROLE DE DADOS. Trata-se de dois aspectos argumentativos/pontos de vista que apresentam, como primeiro segmento, INFORMAÇÃO. Consideramos que, por meio da polifonia de locutores, o locutor do discurso principal apresenta duas possíveis continuações discursivas para esse mesmo segmento, assumindo a segunda (INFORMAÇÃO PT CONTROLE DE DADOS).

O locutor dá sequência ao discurso com duas argumentações normativas: CONTROLE DE DADOS DC NEG-INFORMAÇÃO e CONTROLE DE DADOS DC DIRECIONAMENTO CULTURAL. Se analisarmos os pontos de vista apresentados da perspectiva da língua, há uma evidente

48 Nesse início da redação, como em boa parte de nosso *corpus*, a polifonia de enunciadores se combina à polifonia de locutores. Esta última é trabalhada por Ducrot na formulação original de sua teoria da polifonia (Ducrot, 1987), mas nossa leitura está ligada também ao que o linguista, em trabalho posterior (Ducrot, 1990), apresenta como o terceiro elemento da descrição polifônica: a assimilação de um enunciador a uma fonte, a um ser que estaria na origem de determinado ponto de vista. O que buscamos destacar nesta nota são os casos em que esse ser identificado como a origem de um ponto de vista tem uma presença no discurso que o configura, também, como um locutor. Trata-se de uma relação que não é estabelecida diretamente por Ducrot em sua teoria da polifonia e, para a desenvolvermos em nossas análises, assumimos a definição geral de locutor como o responsável pela enunciação (Ducrot, 1987). Assim, quando se trata de um outro locutor, diferente do locutor do discurso principal e por este citado, consideramos que ele é apresentado como o responsável por um fragmento do discurso.

oposição entre INFORMAÇÃO, primeiro segmento de dois aspectos na abertura do discurso, e o segmento NEG-INFORMAÇÃO, de um dos pontos de vista assumidos pelo locutor na continuidade do discurso. A nosso ver, essa oposição é relativizada no discurso, o que pode ser explicado por meio da descrição polifônica da pressuposição por Ducrot, já que o locutor, ao afirmar que “a abundância de informações vem sendo restringida”, pressupõe que a abundância de informações existe. Afirmer esse pressuposto não é o objetivo principal do locutor do discurso – não à toa, ele apresentou Gilberto Gil como origem de um ponto de vista que expressa essa ideia.

Por fim, o locutor apresenta pontos de vista por meio dos quais remete ao tema da prova de redação – CONTROLE DE DADOS DC MANIPULAÇÃO DO COMPORTAMENTO – e recorre a uma negação morfológica, pelo termo “inconcebível”. Lembramos que a negação, descrita pela polifonia, apresenta dois caminhos discursivos, um assumido e outro recusado pelo locutor. Entendemos que a argumentação à qual o locutor se opõe é CONCEBÍVEL DC NEG-NECESSIDADE DE CRÍTICA; ao passo que a argumentação assumida por ele é o aspecto recíproco: NEG-CONCEBÍVEL DC NECESSIDADE DE CRÍTICA, que o locutor atribui à AI de “manipulação do comportamento”. Entendemos que é por essa argumentação que o locutor apresenta sua tese.

Parágrafo 2 (Primeira análise)

Em primeiro lugar, é válido reconhecer como esse panorama supracitado é capaz de limitar a própria cidadania do indivíduo. Acerca disso, é pertinente trazer o discurso do filósofo Jürgen Habermas, no qual ele conceitua a ação comunicativa: esta consiste na capacidade de uma pessoa em defender seus interesses e demonstrar o que acha melhor para a comunidade, demandando ampla informatividade prévia⁴⁹. Assim, sabendo que a cidadania

49 Recuperação de sentidos do Texto IV da proposta de redação. Como essa recuperação não é mencionada pelo locutor da redação (não há citação), não a interpretamos como polifonia de locutores. Tampouco entendemos tratar-se de polifonia de enunciadores, pois esta, para Ducrot, não é definida pela importação de um ponto de vista de outro discurso (o que define a polifonia de enunciadores é a presença de marcas linguísticas que instauem uma confrontação de pontos de vista). De todo modo, consideramos importante indicar essa situação de aproveitamento de sentidos de um texto motivador, o que fazemos nas demais ocorrências do tipo na sequência das análises.

consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade na qual estão inseridos e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum – já que suas fontes de informação estão direcionadas –, eles serão incapazes de assumir plena defesa pelo coletivo. Logo, a manipulação do comportamento não pode ser aceita em nome do combate, também, ao individualismo e do zelo pelo bem grupal.

O locutor inicia o segundo parágrafo retomando os sentidos desenvolvidos anteriormente, numa argumentação que pode ser sintetizada no aspecto MANIPULAÇÃO DO COMPORTAMENTO DC NEG-CIDADANIA (o termo NEG- sendo realizado pelo verbo “limitar”). Para desenvolver essa ideia, há a convocação de outro locutor, uma voz explícita atribuída ao filósofo Jürgen Habermas. Primeiramente, o locutor do discurso principal atribui explicitamente a esse outro locutor um ponto de vista que integraria a AI de “ação comunicativa” e que descreveríamos pelo aspecto INFORMAÇÃO DC PARTICIPAÇÃO. Sem distanciar-se do ponto de vista atribuído a Habermas, o locutor do discurso principal apresenta um ponto de vista que constituiria a AI de “cidadania”, o qual descreveríamos por meio do aspecto INFORMAÇÃO DC DEFESA DO BEM COMUM⁵⁰. Na sequência, essa ideia é reforçada pela presença do aspecto recíproco: NEG-INFORMAÇÃO DC NEG-DEFESA DO BEM COMUM, que poderíamos entender como uma paráfrase de NEG-CIDADANIA, termo que integra o primeiro aspecto apresentado anteriormente, que utilizamos para descrever a abertura do parágrafo.

O encerramento do parágrafo pode ser descrito pela presença de uma negação polêmica, que implica a apresentação de dois pontos de vista, construídos em torno da seguinte oposição:

50 A continuidade do discurso não busca distinguir o ponto de vista cuja origem seria o locutor citado e o ponto de vista do locutor principal. Quando comparamos os dois aspectos argumentativos pelos quais descrevemos esses pontos de vista, isso se dá pelo seguinte recurso: manutenção do primeiro segmento – INFORMAÇÃO – e um novo encadeamento em DC. Trata-se de uma continuação diferente da que observamos em relação à voz atribuída a Gilberto Gil no primeiro parágrafo, em que ocorre, igualmente, a manutenção do primeiro segmento –INFORMAÇÃO –, mas o novo encadeamento se dá em PT.

E1: A manipulação do comportamento pode ser aceita...

E2: A manipulação do comportamento não pode ser aceita...

O locutor opõe-se ao ponto de vista afirmativo de E1, enquanto assume o ponto de vista de E2. Para desenvolver esses pontos de vista em termos de continuação discursiva, descreveríamos esse encerramento do parágrafo por meio de duas AE à esquerda de NEG-ACEITAÇÃO DA MANIPULAÇÃO, que representamos pelos aspectos normativos COMBATE AO INDIVIDUALISMO DC NEG-ACEITAÇÃO DA MANIPULAÇÃO e DEFESA DO BEM COMUM DC NEG-ACEITAÇÃO DA MANIPULAÇÃO. Destacamos o fato de que NEG-ACEITAÇÃO DA MANIPULAÇÃO é um segmento que se coloca na continuidade discursiva do aspecto pelo qual descrevemos a apresentação da tese pelo locutor: NEG-CONCEBÍVEL DC NECESSIDADE DE CRÍTICA.

Parágrafo 3 (Primeira análise)

Em segundo lugar, vale salientar como o controle de dados pela internet vai de encontro à concepção do indivíduo pós-moderno. Isso porque, de acordo com o filósofo pós-estruturalista Stuart-Hall, o sujeito inserido na pós-modernidade é dotado de múltiplas identidades. Sendo assim, as preferências e ideias das pessoas estão em constante interação, o que pode ser limitado pela prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros. Por fim, seria negligente não notar como a tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário criam uma falsa sensação de livre-arbítrio⁵¹ e tolhe os múltiplos interesses e identidades que um sujeito poderia assumir.

No terceiro parágrafo, o locutor constrói argumentações por meio das quais apresenta uma incompatibilidade entre, de um lado, as práticas de controle de dados e manipulação de comportamento (tema da redação) e, de outro, a concepção do indivíduo na pós-modernidade de

51 Recuperação de sentidos do Texto I da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

uma perspectiva atribuída a Stuart-Hall⁵². Inicialmente, essas ideias são relacionadas por meio da argumentação normativa CONTROLE DE DADOS DC NEG-INDIVIDUALIDADE PÓS-MODERNA. A sequência do discurso se dá pela atribuição de uma AI ao termo negado anteriormente, “individualidade pós-moderna”, por meio de um ponto de vista explicitamente ligado à voz atribuída a Hall, que descreveríamos pelo aspecto INTERAÇÃO DC MÚLTIPLAS IDENTIDADES. Na sequência, os segmentos que compõem esses pontos de vista são utilizados em novas relações argumentativas.

Lembramos que, no primeiro parágrafo, dois dos pontos de vista assumidos pelo locutor foram descritos por nós como CONTROLE DE DADOS DC NEG-INFORMAÇÃO e CONTROLE DE DADOS DC DIRECIONAMENTO CULTURAL. Agora, no terceiro parágrafo, os segundos segmentos desses aspectos são retomados – nos trechos “prévia seleção de informações, comerciais, produtos, entre outros” (NEG-INFORMAÇÃO)⁵³ e “tentativa de tais algoritmos de criar universos culturais adequados a um gosto de seu usuário” (DIRECIONAMENTO CULTURAL) –, sendo empregados em argumentações que buscam mostrar a incompatibilidade do controle de dados com a concepção da individualidade pós-moderna atribuída a Hall: INTERAÇÃO PT NEG-INFORMAÇÃO; DIRECIONAMENTO CULTURAL DC NEG-LIVRE-ARBÍTRIO; NEG-LIVRE-ARBÍTRIO PT PARECE LIVRE-ARBÍTRIO; DIRECIONAMENTO CULTURAL DC NEG-MÚLTIPLAS IDENTIDADES.

Desses aspectos, gostaríamos primeiro de destacar a argumentação transgressiva em INTERAÇÃO PT NEG-INFORMAÇÃO, que, a nosso ver, pode ser associada a uma polifonia de locutores. Ao assumir o ponto de vista INTERAÇÃO PT NEG-INFORMAÇÃO, o locutor do discurso principal também comunica indiretamente que há uma norma sendo transgredida – norma que pode ser descrita pelo aspecto converso INTERAÇÃO DC INFORMAÇÃO. Reconhecemos que essa é uma descrição que se aplicaria a qualquer argumentação transgressiva, mas enfatizamos que, no trecho sob análise, há um outro locutor (a

52 Mantemos a grafia empregada pelo locutor da redação.

53 Entendemos a “prévia seleção” como algo que limita a informação, atuando como uma negação argumentativa.

voz atribuída a Stuart-Hall), citado logo antes, a quem pode ser atribuída a argumentação normativa desconsiderada pelo locutor principal. Além disso, já havia sido atribuída a Hall outra argumentação normativa que também constituía uma AE à direita de “interação” (INTERAÇÃO DC MÚLTIPLAS IDENTIDADES).

Por fim, destacamos o aspecto NEG-LIVRE-ARBÍTRIO PT PARECE LIVRE-ARBÍTRIO, que pode ser atribuído à AI de “falsa sensação de livre-arbítrio”. É importante observarmos que esse é um ponto de vista que o locutor toma emprestado do texto motivador I (sem citá-lo, portanto, sem constituir polifonia nos termos ducrotianos). No texto motivador, a expressão é “ilusão de liberdade de escolha”. Acreditamos que a palavra “ilusão” e a expressão “falsa sensação” têm dois efeitos argumentativos nesses empregos. Primeiro, produzem um efeito de negação dos termos aos quais se ligam, o que implica a produção dos segmentos NEG-LIVRE-ARBÍTRIO (no parágrafo analisado) e NEG-LIBERDADE DE ESCOLHA (no texto motivador I). Esses segmentos, por meio de suas AE, integram a cadeia do discurso – é o caso, no parágrafo sob análise, do aspecto DIRECIONAMENTO CULTURAL DC NEG-LIVRE-ARBÍTRIO. Mas há ainda um segundo efeito de sentido ligado à palavra “ilusão” e à expressão “falsa sensação”. Para nós, ambas entidades têm em sua AI o aspecto genérico NEG-X PT PARECE X. No discurso analisado, isso resulta no aspecto NEG-LIVRE-ARBÍTRIO PT PARECE LIVRE-ARBÍTRIO, que expressa a ideia de que essa autonomia ilusória é um dos mecanismos de perpetuação da manipulação do comportamento.

Parágrafo 4 (Primeira análise)

Portanto, são necessárias medidas capazes de mitigar essa problemática. Para tanto, as instituições escolares são responsáveis pela educação digital e emancipação de seus alunos, com o intuito de deixá-los cientes dos mecanismos utilizados pelas novas tecnologias de comunicação e informação e torná-los mais críticos⁵⁴. Isso pode ser feito pela abordagem da temática, desde o ensino

54 Recuperação de sentidos do Texto IV da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

fundamental – uma vez que as gerações estão, cada vez mais cedo, imersas na realidade das novas tecnologias –, de maneira lúdica e adaptada à faixa etária, contando com a capacitação prévia dos professores acerca dos novos meios comunicativos. Por meio, também, de palestras com profissionais das áreas da informática que expliquem como os alunos poderão ampliar seu meio de informações e demonstrem como lidar com tais seletividades, haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada.

No último parágrafo observamos um padrão presente em todas as redações “nota mil” que compõem nosso *corpus*: a maior parte dos encadeamentos se voltam a atender a Competência 5 da prova de redação do Enem, apresentando propostas de intervenção. De modo geral, tanto nesta como nas demais redações analisadas, consideramos que essas apresentações de propostas de intervenção constituem um padrão de funcionamento que pode ser explicado pela descrição polifônica de Ducrot (1987; 1990) da *pressuposição*.

No caso do discurso sob análise, no início do parágrafo 4, em “são necessárias medidas capazes de mitigar essa problemática”, entendemos que há um ponto de vista pressuposto, EXISTÊNCIA DO PROBLEMA PT NEG-ADOÇÃO DE MEDIDAS, apoiando um ponto de vista posto: EXISTÊNCIA DO PROBLEMA DC ADOÇÃO DE MEDIDAS. Em casos como esse, acreditamos que descrever os pontos de vista como encadeamentos, e não apenas como aspectos, contribui para especificar a dinâmica em que se estabelece a pressuposição, já que tempo e modo verbal são importantes na constituição dos pontos de vista. Associamos então o ponto de vista pressuposto, com o qual o locutor concorda, a um enunciador E3, e o ponto de vista posto, assumido pelo locutor, a E4:

E3: [a problemática existe, *no entanto* medidas não têm sido adotadas]

E4: [a problemática existe, *portanto* medidas devem ser adotadas]

Outros exemplos nos permitem ilustrar essa regularidade. Um dos trechos que associamos ao mesmo tipo de polifonia é “palestras [...] que expliquem como os alunos poderão ampliar [...]”. Aqui, nossa análise aponta para a presença de um enunciador E5 – cujo ponto de vista é um pressuposto, com o qual o locutor concorda e que descreveríamos pelo aspecto NEG-PALESTRAS DC NEG-INFORMAÇÃO – e de um enunciador E6 – cujo ponto de vista é posto/assumido pelo locutor, e que descreveríamos pelo aspecto PALESTRAS DC INFORMAÇÃO. Desdobrando esses aspectos em encadeamentos argumentativos, temos:

E5: [não têm sido realizadas palestras com profissionais, *portanto* os alunos não têm ampliado seu meio de informações]

E6: [devem ser realizadas palestras com profissionais, *dessa forma* os alunos poderão ampliar seu meio de informações]

Novamente, a descrição por meio de encadeamentos apresenta a vantagem de expressar tempo e modo verbais, que não são descritos nos aspectos argumentativos, mas são importantes para distinguir os pontos de vista que constroem os sentidos de uma pressuposição ligada à proposta de intervenção⁵⁵.

Por fim, destacamos o trecho final da redação: “haverá um caminho traçado para uma sociedade emancipada”. Se atribuímos à AI de “sociedade” o aspecto COLETIVIDADE DC INTERESSE COMUM, podemos compreender que o termo “emancipada” mantém e reforça esse aspecto, o que o configura como modificador realizante de “sociedade”⁵⁶.

Comentários sobre a primeira análise

Ao fim desta primeira análise, nosso primeiro destaque é a recorrência da polifonia de locutores, com menção a outros locutores nos

55 Não descrevemos todos os casos em que se dá essa relação entre pressuposição e proposta de intervenção, por entendermos que os dois exemplos apresentados já são suficientes para uma primeira descrição do fenômeno. Por se tratar de uma regularidade observada nas quatro redações analisadas, as análises se complementarão nesse sentido, não sendo necessária uma análise exaustiva de todas as ocorrências desse padrão de funcionamento.

56 Para efeito de contraste, pensemos na expressão “sociedade corrompida”. Atribuindo à AI de “sociedade” o aspecto COLETIVIDADE DC INTERESSE COMUM, veremos que o termo “corrompida” atua como um modificador desrealizante inversor, convertendo a AI do sintagma no aspecto COLETIVIDADE PT NEG-INTERESSE COMUM.

três primeiros parágrafos: no primeiro, uma voz explícita é atribuída a Gilberto Gil; no segundo, outra voz explícita é atribuída a Jürgen Habermas; no terceiro, outra voz explícita é atribuída a Stuart-Hall. É interessante compararmos os efeitos de sentido que podem ser associados a essas citações.

No primeiro caso, o da voz atribuída a Gil, o locutor do discurso principal parece aprovar o ponto de vista expresso no fragmento de discurso atribuído a essa voz (que descrevemos pelo aspecto INFORMAÇÃO DC CENÁRIO POSITIVO), mas logo afasta-se dele por meio de um encadeamento que também se inicia com INFORMAÇÃO, mas em PT. Consideramos que esse distanciamento está ligado a um sentido de passagem do tempo trabalhado pelo locutor em três expressões: “com o avanço de”, “vem sendo restringida” e “vêm sendo cada vez mais direcionados”. Com isso, consideramos que o locutor do discurso distancia-se do ponto de vista atribuído a Gil conferindo-lhe *um sentido de desatualização, de defasagem*.

No caso da voz atribuída a Habermas, entendemos que o locutor do discurso principal procura *mostrar-se em sintonia* com esse locutor citado. Isso porque, do fragmento de discurso atribuído a Habermas – que contém um ponto de vista descrito pelo aspecto INFORMAÇÃO DC PARTICIPAÇÃO –, *a continuidade do discurso se dá sem rupturas, sem oposições*, como se a passagem do discurso atribuído a Habermas ao discurso do locutor principal se desse de forma orgânica. Entendemos que um recurso importante para isso foi a apresentação de um novo ponto de vista que manteve dois elementos iguais aos do ponto de vista atribuído a Habermas: i) o primeiro segmento (INFORMAÇÃO) e ii) a conexão em DC. A manutenção da normatividade é importante para a produção desse efeito – situação oposta à do parágrafo anterior, em que a transgressividade é o recurso para distanciar-se da voz atribuída a Gil.

Por sua vez, a citação à voz atribuída a Stuart-Hall parece-nos produzir um efeito também de *defasagem, desatualização*, como no primeiro caso. O locutor do discurso principal apresenta um ponto de vista atribuído a Hall (INTERAÇÃO DC MÚLTIPLAS IDENTIDADES), mas não é a esse ponto de vista que o discurso dá sequência, e sim a pontos de vista que mostram que o cenário atual da sociedade apresentado

na redação – em que impera a “manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet” – já não pode mais ser enquadrado naquela concepção social atribuída a Hall. Compreendemos que o efeito polifônico principal nesse terceiro parágrafo é justamente o de apresentar um ponto de vista atribuído a um outro locutor, mas deixando sua possível continuação em suspenso, como potencial discursivo não realizado, por se revelar incompatível com o discurso do locutor principal.

Ainda é interessante observar que sentidos presentes nos textos motivadores são recuperados na redação, mas sem que esses discursos sejam citados. Na verdade, o que observamos é que ideias presentes nos textos motivadores são incorporadas à redação para estabelecer relação com os fragmentos de discurso atribuídos a outros locutores (Habermas e Hall), e não com os textos motivadores. No parágrafo 2, há uma relação entre informação e cidadania que podemos considerar presente no Texto IV da proposta de redação, mas que, na redação, é desenvolvida em associação ao discurso atribuído a Jürgen Habermas. Já no parágrafo 3, a ideia de uma “falsa sensação de livre-arbítrio”, que consideramos presente no Texto I da proposta de redação, está ligada a um percurso argumentativo que se contrapõe a um discurso atribuído a Stuart-Hall – mas sem menção ao texto motivador.

Em relação à composição global do discurso, é interessante observar as relações de continuidade discursiva entre diferentes parágrafos. No parágrafo 1, descrevemos um dos pontos de vista assumidos pelo locutor por meio do aspecto **CONTROLE DE DADOS DC NEG-INFORMAÇÃO**. No parágrafo 4, o locutor retoma sentidos desse ponto de vista por meio do aspecto **PALESTRAS DC INFORMAÇÃO**, que descreve uma das propostas de intervenção (pelo segundo segmento dos dois aspectos citados, vemos que a proposta de intervenção aparece, no último parágrafo, como uma forma de combate à restrição da informação, apresentada no primeiro parágrafo como problema a ser enfrentado). Também consideramos que, no parágrafo 4, há relação de continuidade discursiva entre o aspecto que atribuímos à AI de “sociedade emancipada” (**COLETIVIDADE DC INTERESSE COMUM**) e o aspecto que, no parágrafo 2, havíamos atribuído à AI de “cidadania” (**INFORMAÇÃO DC DEFESA DO BEM COMUM**).

Por fim, gostaríamos de comentar um aspecto que atravessa a redação de modo global e que, a nosso ver, tem relação com as teorizações de Ducrot segundo as quais o sentido do enunciado/discurso descreve sua enunciação. Nesse sentido, há uma série de expressões cuja função no texto é validar o próprio discurso, mostrá-lo como um percurso argumentativo adequado: “merece um olhar mais crítico” (parágrafo 1); “é válido reconhecer”, “é pertinente trazer o discurso de” (parágrafo 2); “vale salientar”, “seria negligente não notar” (parágrafo 3). Em relação a essas expressões, lembramos a afirmação de Ducrot (1984, p. 381, grifo nosso) de que: “Para compreender a coerência interna do discurso, é preciso ver que ele é, em certos pontos bem precisos, *um discurso voltado sobre si próprio*, que tira as conclusões da sua própria existência”. Consideramos que os trechos destacados acima são uma forma de o locutor descrever o próprio discurso de modo explícito, marcando a presença da enunciação no enunciado por meio de marcadores metadiscursivos que, em nosso entendimento, constituem uma regularidade de funcionamento das redações “nota mil”.

Segunda análise

103

Redação 2

Tema: Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de

consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo. Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência crítica dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização.

Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte, cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet, a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso, é necessário que o

Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos – com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destas na sociedade. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

Fonte: Brasil (2019, p. 39)

Parágrafo 1 (Segunda análise)

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação⁵⁷, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

A redação se inicia com uma negação de tipo polêmica, à qual, conforme a descrição de Ducrot, podemos associar dois enunciadores. Há o enunciador positivo E1, para quem a manipulação via meios de comunicação *é recente* no Brasil, ponto de vista rejeitado pelo locutor; e há o enunciador negativo E2, para quem a manipulação via meios de comunicação *não é recente* no Brasil, ponto de vista assumido pelo locutor. Em termos de continuidade discursiva, associaríamos a E1 o aspecto PROBLEMA

57 Recuperação de sentidos do Texto I da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

RECENTE DC NEG-EXPERIÊNCIA PRÉVIA – ponto de vista que o locutor rejeita – e associaríamos a E2 o aspecto recíproco NEG-PROBLEMA RECENTE DC EXPERIÊNCIA PRÉVIA, ponto de vista ao qual o locutor dará continuidade em seu discurso. A ideia de que o país já experimentou previamente a manipulação via meios de comunicação, contida no segundo segmento do ponto de vista de E2, é desenvolvida no discurso por meio do exemplo histórico envolvendo o governo de Getúlio Vargas. O fragmento de discurso correspondente a esse exemplo pode ser descrito pelo aspecto MANIPULAÇÃO DC DITADURA. A sequência do discurso é articulada por meio de um “entretanto”, o que implica a construção de uma argumentação transgressiva. Essa continuidade discursiva pode ser descrita pelo aspecto EXPERIÊNCIA PRÉVIA PT AGRAVAMENTO, expressando a transgressão de uma norma segundo a qual a experiência prévia deveria se desdobrar não em agravamento, mas, ao contrário, em atenuação do problema.

Na sequência, retomamos uma interpretação semelhante à que trouxemos no parágrafo 3 da primeira análise. Trata-se da presença do sintagma “sensação ilusória de acesso à informação”. Nossa leitura é a de que a expressão “sensação ilusória” tem um efeito de negação sobre o termo ao qual se liga, gerando o segmento NEG-INFORMAÇÃO, que terá em sua AE à direita, integrando a cadeia do discurso, o aspecto NEG-INFORMAÇÃO DC NEG-AUTONOMIA INTELECTUAL (entendemos que aqui o locutor apresenta sua tese). Além disso, nossa compreensão é a de que podemos atribuir à AI da expressão completa “sensação ilusória de acesso à informação” o aspecto NEG-INFORMAÇÃO PT PARECE INFORMAÇÃO. Na base dessa argumentação está um aspecto genérico que atribuímos à AI de “ilusão” (e de termos como “sensação ilusória” e “falsa sensação”): NEG-X PT PARECE X. No fim do parágrafo, o locutor antecipa dois tópicos em torno dos quais se desenvolverão os parágrafos seguintes, ligados ao modo como a manipulação impacta os hábitos de consumo (tópico do parágrafo 2) e as convicções pessoais dos usuários (tópico do parágrafo 3).

Parágrafo 2 (Segunda análise)

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um

terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Como antecipado pelo locutor no parágrafo anterior, o tópico em torno do qual o segundo parágrafo se desenvolverá é: “influência nos hábitos de consumo”. Descreveríamos o primeiro ponto de vista por meio do qual esse tópico se desenvolve como **CONTROLE DE DADOS DC USO COMERCIAL DOS DADOS**. O locutor dá continuidade ao discurso detalhando o uso comercial dos dados por meio de um ponto de vista que corresponde, em nossa análise, ao aspecto **IDENTIFICAÇÃO DE PREFERÊNCIAS DC DIRECIONAMENTO DE ANÚNCIOS**.

Na sequência, vemos o locutor retomar um ponto de vista já trabalhado no parágrafo 1 dessa redação (e que também já havíamos observado no parágrafo 3 da primeira redação analisada). Na expressão “pretensa sensação de liberdade de escolha”, acreditamos que a expressão “pretensa sensação” produz o mesmo efeito de sentido que atribuímos a “ilusão”. De um lado, ela opera como uma negação argumentativa do termo ao qual se liga (“liberdade de escolha”), produzindo o segmento **NEG-LIBERDADE DE ESCOLHA**, que integrará a cadeia do discurso por meio de um aspecto que integra sua AE à esquerda: **COERÇÃO ECONÔMICA DC NEG-LIBERDADE DE ESCOLHA**. De outro, a expressão “pretensa sensação” também confere à AI do sintagma completo “pretensa sensação de liberdade de escolha” o aspecto transgressivo: **NEG-LIBERDADE DE ESCOLHA PT PARECE LIBERDADE DE ESCOLHA**.

Já havíamos feito interpretação semelhante no parágrafo anterior, em relação à expressão “sensação ilusória de acesso à informação”. A diferença, agora, é o fato de que esse ponto de vista é atribuído a um

outro locutor, identificado como “a Escola de Frankfurt”. Nesse caso, entendemos que a polifonia de locutores tem como efeito o reforço de um ponto de vista que já havia sido apresentado e assumido anteriormente pelo locutor principal.

Por fim, acreditamos que é por meio de um modificador realizante que o locutor do discurso se posiciona em relação a um último ponto de vista. No discurso, o termo “propagandas” é modificado pelo termo “bombardeio de”, aumentando a força argumentativa do ponto de vista que o sintagma integra e que descreveríamos pelo aspecto PROPAGANDA DC COMPRA. A gradualidade parece-nos fundamental nesse fragmento de discurso, já que uma maior força aplicada ao primeiro segmento implica uma maior força também no segundo segmento na sequência do discurso: o segmento PROPAGANDA, intensificado pelo modificador “bombardeio”, alcança tal influência sobre os consumidores que, “na maioria das vezes [expressão de gradualidade], resultam na aquisição do produto anunciado”.

Parágrafo 3 (Segunda análise)

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos políticos e/ou econômicos. Nesse cenário, a divulgação de notícias falsas é utilizada como artifício para dispersar ideologias, contaminando o espaço de autonomia previsto pelo sociólogo Manuel Castells, o qual caracteriza a internet como ambiente importante para a amplitude da democracia, devido ao seu caráter informativo e deliberativo. Desse modo, o controle de dados torna-se nocivo ao desenvolvimento da consciência crítica dos usuários, bem como à possibilidade de uso da internet como instrumento de politização⁵⁸.

Como antecipado no parágrafo 1, o tópico do terceiro parágrafo é a influência “nas convicções pessoais dos usuários”. Aqui, em vez do

58 Recuperação de sentidos do Texto IV da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

consumo, está em jogo o efeito do controle de dados na formação político-ideológica dos usuários, começando por uma argumentação que descreveríamos pelos aspectos OBJETIVOS POLÍTICO-ECONÔMICOS DC NEG-INFORMAÇÃO⁵⁹ e NEG-INFORMAÇÃO DC MANIPULAÇÃO DE INDIVÍDUOS. Trata-se de pontos de vista que serão contrapostos aos de outro locutor, uma voz explícita atribuída ao sociólogo Manuel Castells e apresentada como responsável por pontos de vista que descreveríamos como: INTERNET DC INFORMAÇÃO; INTERNET DC AUTONOMIA; INTERNET DC DEMOCRACIA. Em contrapartida, pontos de vista assumidos pelo locutor principal poderiam ser descritos como conversos aos atribuídos a Castells: INTERNET PT NEG-INFORMAÇÃO (que pode ser atribuído à AI de “notícias falsas”), INTERNET PT NEG-AUTONOMIA; INTERNET PT NEG-DEMOCRACIA.

Entendemos que a palavra central por meio da qual o locutor do discurso principal distancia-se do discurso atribuído a Castells é o verbo “contaminando”, que ajuda a construir uma ideia de que seu ponto de vista já foi válido, mas perdeu força no atual cenário. A nosso ver, isso tem relação com o fato de as argumentações atribuídas a Castells serem normativas, ao passo que as argumentações assumidas pelo locutor principal são transgressivas. Em outras palavras, o locutor do discurso principal reconhece a pertinência de uma norma implicada nos pontos de vista atribuídos a Castells, mas avalia que essa norma não mais se efetiva no cenário atual, no qual impera o controle de dados, o que explica a presença das argumentações transgressivas que são assumidas na cadeia do discurso principal. Como consequência desse cenário, o ponto de vista que encerra o parágrafo pode ser descrito como: CONTROLE DE DADOS DC NEG-CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA.

Parágrafo 4 (Segunda análise)

Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora. Por conseguinte,

⁵⁹ Entendemos que “selecionar o que vai ou não ser lido” constrói um sentido de restrição da informação, constituindo uma negação argumentativa, similar à nossa interpretação de “prévia seleção” na primeira análise (parágrafo 3).

cabe ao Ministério da Educação investir em educação digital nas escolas, por meio da inclusão de disciplinas facultativas, as quais orientarão aos alunos sobre as informações pessoais publicadas na internet, a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais. Além disso, é necessário que o Ministério da Justiça, em parceria com empresas de tecnologia, crie canais de denúncia de “fake news”, mediante a implementação de indicadores de confiabilidade nas notícias veiculadas – como o projeto “The Trust Project” nos Estados Unidos – com o intuito de minimizar o compartilhamento de informações falsas e o impacto destas na sociedade⁶⁰. Feito isso, a sociedade brasileira poderá se proteger contra a manipulação e a desinformação.

O último parágrafo se inicia com argumentações que recuperam termos-chave do tema da redação e permitem a introdução das propostas de intervenção exigidas pela Competência 5. Descreveríamos os pontos de vista iniciais do parágrafo pelos aspectos **CONTROLE DE DADOS DC MANIPULAÇÃO** e **MANIPULAÇÃO DC NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA**. Diante do cenário apresentado, o locutor começa a propor intervenções, numa continuidade discursiva que poderíamos descrever como: **NECESSIDADE DE EDUCAÇÃO LIBERTADORA DC EDUCAÇÃO DIGITAL; EDUCAÇÃO DIGITAL DC ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS; NEG-INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DC USO CONSCIENTE; NEG-FAKE NEWS DC NEG-COMPARTILHAMENTO**.

Em relação a esses aspectos, acreditamos que a compreensão polifônica da pressuposição por Ducrot é útil em nossa análise. Uma primeira manifestação do fenômeno se dá a partir da expressão “Cabe ao Ministério da Educação”, que nos permite descrever a presença do ponto de vista de um enunciador E3 (**NEG-EDUCAÇÃO DIGITAL DC NEG-ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS**), que entendemos como um

⁶⁰ Recuperação de sentidos do Texto II da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

pressuposto, com o qual o locutor concorda) e do ponto de vista de E4 (EDUCAÇÃO DIGITAL DC ORIENTAÇÃO AOS ALUNOS, posto/assumido pelo locutor). Em termos de encadeamentos, assim descreveríamos esses pontos de vista:

E3: [o Ministério da Educação não investe em educação digital, *portanto* os estudantes não são orientados sobre informações pessoais publicadas na internet]

E4: [o Ministério da Educação deve investir em educação digital, *dessa forma* os estudantes serão orientados sobre informações pessoais publicadas na internet]

Na sequência, observamos a mesma relação entre o ponto de vista de E5, INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DC NEG-USO CONSCIENTE (pressuposto, com o qual o locutor concorda), e o de E6, NEG-INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DC USO CONSCIENTE (posto/assumido pelo locutor). Nesse caso, no trecho “a fim de *mitigar* a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso *mais* consciente das plataformas digitais”, o verbo “mitigar” e o advérbio “mais” contribuem para conferir um sentido de gradualidade, que buscamos expressar nos encadeamentos:

E5: [os algoritmos exercem muita influência, *portanto* o uso das plataformas é pouco consciente]⁶¹

E6: [é preciso mitigar a influência dos algoritmos, *dessa forma* o uso das plataformas será mais consciente]

Outro tema do parágrafo é o problema das notícias falsas (*fake news*), que segundo o locutor devem ser combatidas, ponto de vista posto/assumido que descreveríamos pelo aspecto NEG-FAKE NEWS DC NEG-COMPARTILHAMENTO, o qual, por sua vez, está apoiado em um pressuposto que pode ser descrito pelo aspecto FAKE NEWS DC COMPARTILHAMENTO. A nosso ver, novamente a descrição por

61 Destacamos o fato de que, no ponto de vista de E5, quando o descrevemos como aspecto argumentativo, o segundo segmento foi NEG-USO CONSCIENTE. No encadeamento, isso se converteu no segundo segmento [o uso das plataformas é pouco consciente]. Expressamos a negação (NEG-) do aspecto por meio do modificador “pouco” no encadeamento, em consonância com Ducrot (2002), que afirma que esse termo é uma forma de negação.

encadeamentos, e não apenas por aspectos, favorece a explicitação dos fenômenos da pressuposição e da gradualidade:

E7: [o Brasil não conta com canais de denúncia de fake news nem indicadores de confiabilidade de notícias, *portanto* o compartilhamento de informações falsas é alto]

E8: [o Ministério da Justiça e empresas devem criar canais de denúncia e indicadores de confiabilidade de notícias, *dessa forma* o compartilhamento de informações falsas será minimizado]

O locutor concorda com o ponto de vista de E7, que constitui o pressuposto, e assume o ponto de vista de E8, que constitui o posto.

Comentários sobre a segunda análise

A polifonia de enunciadores se mostrou especialmente relevante nesta análise em relação a dois fenômenos: a negação de tipo polêmica, por meio da qual o locutor inicia seu discurso, e a pressuposição, fenômeno que consideramos importante para a descrição de diferentes pontos de vista do parágrafo final. Em relação a esse segundo fenômeno, é interessante observar que, no parágrafo 4, os pontos de vista que apresentamos como pressupostos (ligados aos enunciadores E3, E5 e E7) e aqueles que apresentamos como postos (ligados a E4, E6 e E8) podem ser associados a diferentes funções no discurso. Os enunciadores E3, E5 e E7 são fundamentalmente *avaliativos*, cujos pontos de vista aparecem como continuação e/ou reiteração de pontos de vista apresentados nos parágrafos 2 e 3, nos quais se deu a defesa da tese pelo locutor. Já E4, E6 e E8 têm pontos de vista *prescritivos*, o que está ligado à adequação do discurso à Competência 5 da prova de redação do Enem. Com isso, parece-nos possível estabelecer uma relação entre o parágrafo final e os que o antecedem: de modo geral, conteúdos que são postos nos parágrafos 2 e 3 podem aparecer como pressupostos no parágrafo 4, servindo como apoio para o desenvolvimento das propostas de intervenção.

Em relação à polifonia de locutores, chamamos atenção para o fato de que o primeiro locutor citado (a voz explícita atribuída à Escola de Frankfurt) é apresentado como responsável por um fragmento de

discurso que tem relação com um ponto de vista já apresentado no parágrafo anterior. Trata-se da similaridade de sentidos apontada por nós entre as expressões “sensação ilusória de acesso à informação” (parágrafo 1) e “pretensa sensação de liberdade de escolha” (parágrafo 2). Além disso, uma segunda polifonia de locutores se realiza pela citação a uma voz atribuída a Manuel Castells. Neste caso, compreendemos que o efeito polifônico centra-se especialmente num paralelo que é possível traçar entre, de um lado, as argumentações normativas que podem ser atribuídas a Castells e, de outro, as argumentações transgressivas dos mesmos blocos semânticos, que são assumidas pelo locutor da redação.

Também identificamos, nessa redação, a presença de marcadores metadiscursivos, por meio das expressões “é imperioso ressaltar” (parágrafo 1) e “Evidencia-se, portanto, que” (parágrafo 4). Como observado na primeira análise, consideramos que se trata de uma maneira de o locutor da redação descrever o próprio discurso de modo explícito, colocando em jogo a relação entre enunciação e enunciado, entre o dizer e o dito.

A prova de redação do Enem 2019

A prova de redação do Enem 2019 teve como tema a “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”, contando, também, com quatro textos motivadores.

O Texto I traz um parágrafo do livro *O que é cinema*, de Jean-Claude Bernardet, que relata uma interação ocorrida na primeira exibição cinematográfica da história, em que se contrapõem duas visões sobre o cinematógrafo, descrito como estritamente científico por um dos irmãos Lumière (seus inventores), enquanto a contraparte no debate, George Méliès, vislumbrou de imediato o potencial artístico do aparelho.

O Texto II é um brevíssimo trecho adaptado de um texto acadêmico, “O filme e a representação do real”, de Cristiane Freitas Gutfreind, em

que a autora recupera uma definição do cinema por Edgar Morin, que o compreende como uma máquina de reprodução da existência que, para funcionar, exige a participação do espectador.

O Texto III é um infográfico que reproduz informações do site *meio&mensagem*, com dados sobre o interesse dos brasileiros por filmes e o consumo desse produto cultural tanto pelo cinema quanto pela TV.

O Texto IV, extraído do site da Agência Nacional de Cinema (Ancine), traça um histórico da distribuição de salas de cinema pelo Brasil, ressaltando sua descentralização no passado, característica que se perdeu nas últimas décadas a partir de uma reconfiguração ligada à urbanização e que teve como consequência a elitização do acesso ao cinema no país.

Sete redações que obtiveram nota máxima na prova de 2019 foram publicadas na cartilha do Enem de 2020. Seleccionamos duas delas para as análises apresentadas na sequência.

Terceira análise

114

Redação 3

Tema: Democratização do acesso ao cinema no Brasil

Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas, de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito

tanto à sociedade quanto às leis.

Em primeiro lugar, é válido frisar que o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, conseqüentemente, não pode ser deixada em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro “Homo Ludens”, ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de forma a compartilhar experiências e vivências – o que representa o fator lúdico mencionado pelo pensador. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade.

Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas – dentre elas, o cinema –, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que propunha Dante Alighiere, em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.

Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas.

Sendo assim, cabe ao Governo Federal – órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população – elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais nacionais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais – já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos –, os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exibir filmes gratuitos para a comunidade civil. Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística.

Fonte: Brasil (2020, p. 33).

116

Parágrafo 1 (Terceira análise)

Para o filósofo escocês David Hume, a principal característica que difere o ser humano dos outros animais é o poder de seu pensamento, habilidade que o permite ver aquilo que nunca foi visto e ouvir aquilo que nunca foi ouvido. Sob essa ótica, vê-se que o cinema representa a capacidade de transpor para a tela as ideias e os pensamentos presentes no intelecto das pessoas⁶², de modo a possibilitar a criação de novos universos e, justamente por esse potencial cognitivo, ele é muito relevante. É prudente apontar, diante disso, que a arte cinematográfica deve ser democratizada, em especial no Brasil – país rico em expressões culturais que podem dialogar com

62 Recuperação de sentidos do Texto II da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

esse modelo artístico –, por razões que dizem respeito tanto à sociedade quanto às leis.

Logo no início da redação, o locutor convoca uma voz explícita, atribuída a David Hume e apresentada como responsável por um fragmento de discurso que expressa dois pontos de vista, um associado à AI de “ser humano” [PENSA DC É ESPECIAL] e outro à AI de “pensamento” [NEG-VISÍVEL E NEG-AUDÍVEL PT O HOMEM VÊ E OUVE]. É a partir desses sentidos que o locutor se aproxima do tema da redação, atribuindo à AI de “cinema” um ponto de vista que pode ser descrito pelo aspecto NEG-VISÍVEL E NEG-AUDÍVEL PT TORNAR VISÍVEL E AUDÍVEL.

A nosso ver, a aproximação entre o sentido presente na AI de “pensamento” – na voz atribuída a Hume – e o sentido presente na AI de “cinema” – numa voz à qual o locutor se assimila – é possível graças aos termos “habilidade” e “capacidade” presentes nos dois fragmentos do discurso nos quais esses pontos de vista são expressos. Consideramos que esses termos são empregados com um valor aproximado, sendo possível atribuir a eles um aspecto genérico do tipo: NEG-X POSSÍVEL PT REALIZAR X. Esse mesmo sentido é reiterado na sequência, em “possibilitar a criação de novos universos”, parafraseável pelo enca德amento [*embora* esses universos não existam, o cinema faz com que existam].

Assim, os termos “pensamento” e “cinema” são apresentados de uma perspectiva muito próxima, de modo que o sentido inicial que se atribui ao primeiro estende-se ao segundo: se, para a voz atribuída a Hume, o pensamento é a principal característica que distingue o homem, para o locutor da redação, o cinema é uma das formas pelas quais o pensamento humano se realiza. Sendo assim, consideramos ser possível atribuir ao locutor da redação os seguintes pontos de vista associados à AI de “ser humano”: PENSA DC CRIA NOVOS MUNDOS e CRIA NOVOS MUNDOS DC FAZ CINEMA, que se desdobram a partir dos pontos de vista iniciais atribuídos a Hume, mas não são diretamente atribuídos a esse locutor citado – são continuações do discurso inicial atribuído ao filósofo, assumidas pelo locutor da redação como

suas. Essa aproximação semântica entre “cinema” e “pensamento” é o que fundamenta o sentido que antecede a apresentação da tese, parafraseável pelo encadeamento: [o cinema é muito relevante *porque* é dotado de um potencial cognitivo].

Ao associar essa forma de arte à própria condição humana, o locutor da redação coloca uma base importante para sustentar a tese, apresentada em seguida, no trecho “a arte cinematográfica deve ser democratizada”, que se liga aos encadeamentos anteriores pela expressão “diante disso”. A nosso ver, os sentidos de “humano” e de “democratizar” se relacionam a partir de aspectos presentes na própria língua, como é o caso de HUMANO DC UNIVERSAL e de DEMOCRATIZAR DC UNIVERSALIZAR. Consideramos que a presença do verbo modal “deve” nesse trecho aciona um pressuposto produtor de polifonia, implicando a presença de dois enunciadores cujos pontos de vista derivam de encadeamentos ligados ao mesmo bloco semântico, que descreveríamos do seguinte modo:

E1: [o cinema é uma manifestação do pensamento humano, *no entanto* não é democratizado no Brasil]

E2: [o cinema é uma manifestação do pensamento humano, *portanto* deve ser democratizado]

Defendemos que esses pontos de vista, além de poderem ser representados por aspectos conversos do mesmo bloco semântico (E1: HUMANO PT NEG-DEMOCRATIZAÇÃO e E2: HUMANO DC DEMOCRATIZAÇÃO), devem ser diferenciados pelo modo como se apresentam no discurso, como buscamos expressar anteriormente, parafraseando-os em encadeamentos. Essa nossa leitura se dá pelo fato de que o uso que o locutor faz de cada um desses pontos de vista é diferente – diferença expressa nos segundos segmentos dos encadeamentos. Assim, diríamos que o ponto de vista de E1 é usado para realizar uma *avaliação do cenário atual*, a partir da qual se desdobra a *defesa de um cenário futuro*, expressa pelo ponto de vista de E2. Trata-se de leitura semelhante à que temos feito das propostas de intervenção, observada, neste caso, na apresentação da tese.

Parágrafo 2 (Terceira análise)

Em primeiro lugar, é válido frisar que o cinema dialoga com uma elementar necessidade social e, consequentemente, não pode ser deixada em segundo plano. Para entender essa lógica, pode-se mencionar o renomado historiador holandês Johan Huizinga, o qual, no livro “Homo Ludens”, ratifica a constante busca humana pelo prazer lúdico, pois ele promove um proveitoso bem-estar. É exatamente nessa conjuntura que se insere o fenômeno cinematográfico, uma vez que ele, ao possibilitar a interação de vários indivíduos na contemplação do espetáculo, faz com que a plateia participe das histórias, de forma a compartilhar experiências e vivências⁶³ – o que representa o fator lúdico mencionado pelo pensador. É perceptível, portanto, o louvável elemento benfeitor dessa criação artística, capaz de garantir a coesão da comunidade.

119

No segundo parágrafo, o primeiro trecho evoca o aspecto NECESSIDADE DC PRIORIDADE, que o locutor busca associar a “cinema”, relação que será estabelecida continuando a reflexão sobre o “humano”. Para isso, o locutor da redação recorre a outra voz explícita, atribuída a Johan Huizinga e apresentada como responsável por um fragmento de discurso contendo um ponto de vista que descreveríamos como CAUSA BEM-ESTAR DC BUSCADO PELO HOMEM.

A sequência do discurso se estabelece a partir de pontos de vista que partem do “cinema” para conectar “lúdico” e “comunidade”, por meio do seguinte percurso argumentativo: CINEMA DC INTERAGIR; INTERAGIR DC PARTICIPAR DAS HISTÓRIAS; PARTICIPAR DAS HISTÓRIAS DC COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS; COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS DC LUDICIDADE (este último ponto de vista é associado explicitamente à voz de Huizinga). Observamos que esse percurso argumentativo se constitui unicamente de argumentações

⁶³ Recuperação de sentidos do Texto II da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

normativas. Para nós, uma possível explicação para isso é o fato de que o locutor principal busca colocar-se em sintonia com a voz atribuída a Huizinga, conectando seus pontos de vista por encadeamentos normativos, sem que em nenhum momento se estabeleça uma transgressão dessas normas. O efeito buscado pelo locutor principal é, a nosso ver, o de um discurso sem fissuras, em que seus pontos de vista se conectam harmonicamente àquele atribuído a Huizinga (CAUSA BEM-ESTAR DC BUSCADO PELO HOMEM). E, em nosso entendimento, a presença do marcador metadiscursivo “É perceptível” seguido de um “portanto”, realização de um conector abstrato DC, corrobora essa leitura. Por fim, entendemos que a argumentação final do parágrafo (essa que o locutor comenta ser “perceptível”) é uma AI atribuída a “cinema” (que no trecho está retomado pela expressão “essa criação artística”), cujo aspecto seria COESÃO DC BOM.

Parágrafo 3 (Terceira análise)

Em segundo lugar, é oportuno comentar que o cenário do cinema supracitado remete ao que defende o arcabouço jurídico do país. Isso porque o artigo 215 da Constituição Federal é claro em caracterizar os bens culturais como um direito de todos, concebidos com absoluta prioridade por parte do Estado. Contudo, é desanimador notar que tal diretriz não dá sinais de plena execução e, para provar isso, basta analisar as várias pesquisas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que demonstram a lamentável distribuição irregular das práticas artísticas – dentre elas, o cinema –, uma vez que estão restritas a poucos municípios brasileiros⁶⁴. Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso, sob pena de confirmar o que propunha Dante Alighiere, em “A Divina Comédia”: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Esse cenário, certamente, configura-se como desagregador e não pode ser negligenciado.

120

64 Recuperação de sentidos do Texto IV da proposta de redação, sem menção explícita e, portanto, sem configurar polifonia de locutores.

O terceiro parágrafo é o mais marcado pela convocação de outros locutores. Consideramos que uma primeira voz explícita é atribuída à Constituição Federal, pelo fato de que o locutor da redação busca fazer dela a responsável por um fragmento do discurso por meio do qual se atribui uma AI a “bens culturais”, o que descreveríamos pelo aspecto DIREITO UNIVERSAL DC PRIORIDADE DO ESTADO. Na sequência, o locutor recorre a uma negação do tipo polêmica, que pode ser analisada polifonicamente do seguinte modo:

E3: tal diretriz *dá sinais* de plena execução

E4: tal diretriz *não dá sinais* de plena execução

O locutor rejeita o ponto de vista de E3 e assume o de E4. Em relação à origem de E3, não diríamos que esse enunciador se assimila diretamente à Constituição, pois a ação discursiva atribuída a ela se restringe ao fragmento de discurso anterior, que já descrevemos pelo aspecto DIREITO UNIVERSAL DC PRIORIDADE DO ESTADO. O ponto de vista de E3 seria uma possibilidade de continuar esse discurso, apresentando uma visão a respeito da Constituição, de que esta é cumprida, porém o locutor mobiliza esse enunciador justamente para se opor a ele. Descreveríamos esse ponto de vista de E3 (rejeitado pelo locutor) pelo aspecto PRIORIDADE DO ESTADO DC EXECUÇÃO, enquanto a argumentação de fato assumida pelo locutor é o ponto de vista de E4, que pode ser descrito pelo aspecto PRIORIDADE DO ESTADO PT NEG-EXECUÇÃO.

Também contribui para o locutor marcar sua posição no discurso a presença do termo “irregular” atuando como um internalizador transgressivo em relação ao termo “distribuição” em “distribuição irregular das práticas artísticas”. Entendemos que é possível atribuir à AE à direita de “distribuição” os aspectos DISTRIBUIÇÃO DC ACESSO e DISTRIBUIÇÃO PT NEG-ACESSO. No caso do trecho sob análise, o termo NEG- do segundo segmento deve ser compreendido como uma negação branda, que poderia se desdobrar no encadeamento: [*mesmo* havendo distribuição, poucos têm acesso]. Ligado a “distribuição”, o termo “irregular” realizaria então uma internalização da argumentação transgressiva DISTRIBUIÇÃO PT NEG-ACESSO, eliminando

a possibilidade de a argumentação normativa DISTRIBUIÇÃO DO ACESSO fazer parte do sentido de “distribuição irregular”.

A terceira voz explícita trazida neste parágrafo é atribuída a Dante Alighiere⁶⁵, referido como locutor responsável pelo discurso *A Divina Comédia*. Nesse caso, o locutor da redação apresenta, em sua própria voz, um fragmento de discurso que pode ser descrito pelo aspecto EXISTÊNCIA DA LEI PT NEG-EXECUÇÃO – trata-se do trecho: “Vê-se, então, o perigo da norma apresentada findar em desuso”. Em seguida, esse ponto de vista se desdobra numa fala atribuída a Alighiere, citando-a entre aspas: “As leis existem, mas quem as aplica?”. Por meio do articulador “mas”⁶⁶, entendemos que a voz atribuída a Alighiere compara duas argumentações normativas opondo seus segundos segmentos, as quais descreveríamos como EXISTÊNCIA DA LEI DC GARANTIA DE DIREITOS e NEG-APLICAÇÃO DA LEI⁶⁷ DC NEG-GARANTIA DE DIREITOS, com prevalência da segunda argumentação. Consideramos que o ponto de vista assumido anteriormente pelo locutor (EXISTÊNCIA DA LEI PT NEG-EXECUÇÃO) e continuado pelo discurso em “mas” atribuído a Alighiere mobiliza os sentidos construídos anteriormente no parágrafo a partir das vozes explícitas atribuídas a outros locutores, o que pode ser descrito por meio do seguinte encadeamento: [o artigo 215 da Constituição caracteriza os bens culturais como um direito de todos, *no entanto* o Iphan mostra que esse direito não tem sido garantido].

122

Parágrafo 4 (Terceira análise)

Por fim, caminhos devem ser elucidados para democratizar o acesso ao cinema no Brasil, levando-se em consideração as questões sociais e legislativas abordadas.

65 Mantemos a grafia empregada pelo locutor da redação.

66 Recorrendo à descrição polifônica de Ducrot (1990), teríamos a presença de quatro enunciadores na construção dos discursos com “mas”. Porém, como nossa escolha tem sido a de descrever os pontos de vista como aspectos/encadeamentos, teríamos dois pontos de vista: uma argumentação ligada ao fragmento de discurso que antecede “mas” e outra argumentação ligada ao fragmento de discurso que sucede “mas”.

67 Como o termo NEG- não se refere a uma negação sintática ou morfológica, mas a uma negação argumentativa, entendemos que esse efeito de sentido é produzido pela interrogação no fragmento atribuído a Dante Alighiere.

Sendo assim, cabe ao Governo Federal – órgão responsável pelo bem-estar e lazer da população – elaborar um plano nacional de incentivo à prática cinematográfica, de modo a instituir ações como a criação de semanas culturais nacionais, bem como o desenvolvimento de atividades artísticas públicas. Isso pode ser feito por meio de uma associação entre prefeituras, governadores e setores federais – já que o fenômeno envolve todos esses âmbitos administrativos –, os quais devem executar periódicos eventos, ancorados por atores e diretores, que visem exibir filmes gratuitos para a comunidade civil. Esse projeto deve se adaptar à realidade de cada cidade para ser efetivo. Dessa forma, o cinema poderá ser, enfim, democratizado, o que confirmará o que determina o artigo 215 da Constituição. Assim, felizmente, os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística.

No último parágrafo, em conformidade com a Competência 5 da matriz de referência da prova de redação do Enem, o locutor apresenta suas propostas de intervenção por meio de um percurso argumentativo que descreveríamos como NECESSIDADE DE DEMOCRATIZAR DC PLANO NACIONAL; PLANO NACIONAL DC ATIVIDADES PÚBLICAS; PLANO NACIONAL PT ADEQUAÇÃO A REALIDADES LOCAIS; ADEQUAÇÃO A REALIDADES LOCAIS DC DEMOCRATIZAÇÃO. Diríamos que essa é a cadeia principal do discurso nesse último parágrafo, aquela constituída pelos pontos de vista assumidos pelo locutor. Mas também aqui, como nas análises anteriores, podemos destacar a presença de pontos de vista pressupostos, com os quais o locutor apenas concorda, e que servem de apoio aos pontos de vista postos/assumidos. Para exemplificar, destacaríamos a presença de um enunciador E5, cujo ponto de vista é um pressuposto (NEG-PLANO NACIONAL DC NEGATIVIDADES PÚBLICAS) que serve de apoio ao ponto de vista de um enunciador E6, posto/assumido pelo locutor (PLANO NACIONAL DC ATIVIDADES PÚBLICAS). Essa polifonia de pressuposição é acionada pela expressão “cabe ao Governo Federal”. Em termos de encadeamentos argumentativos, assim seriam expressos os pontos de vista:

E5: [não há um plano nacional de incentivo ao cinema, *portanto* não há ações e atividades públicas suficientes na área]

E6: [cabe ao Governo Federal elaborar um plano nacional de incentivo ao cinema, *dessa forma* haverá ações e atividades públicas suficientes na área]

Como já observamos no comentário sobre a segunda análise, nessas propostas de intervenção, há um padrão observado nos pontos de vista pressupostos (que têm um viés avaliativo) e nos pontos de vista postos (de viés prescritivo). Outra possibilidade, que se destaca nesse parágrafo, é que um ponto de vista *inicialmente* posto para apresentar uma proposta de intervenção torne-se um pressuposto de pontos de vista que serão postos a seguir. No caso específico desse quarto parágrafo, isso pode ser observado em relação à proposta de “elaborar um plano nacional”, que é retomada por processos anafóricos em “*Isso* pode ser feito por meio de...” e “*Esse projeto* deve se adaptar...”. Ou seja, inicialmente o locutor prescreve que um plano nacional deve ser elaborado (trata-se de um ponto de vista assumido pelo locutor, posto) e, na sequência, partindo da condição de que esse plano será elaborado (tomando essa condição como um pressuposto), o locutor apresenta novas prescrições, que detalham como deve se dar essa elaboração.

124

Em relação a outras marcas linguísticas que constituem polifonia, destacamos duas ao final do parágrafo: “enfim” e “felizmente”. No primeiro caso, diríamos que “enfim” marca a presença de uma voz implícita que comenta o ponto de vista colocado por outra voz, o que descreveríamos a partir de dois enunciadores⁶⁸:

E7: [o cinema será democratizado, *portanto* o artigo 215 da Constituição será efetivado]

E8: [há muito tempo se espera que o cinema seja democratizado, *portanto* será ótimo quando isso se realizar]

Consideramos que os dois pontos de vista são assumidos pelo locutor da redação. A diferença entre eles estaria no fato de o ponto de vista de E7 continuar o discurso precedente, enquanto o ponto de vista de

68 Nesse caso, como o termo “enfim” constrói seus sentidos em relação com os tempos verbais, a descrição dos pontos de vista por encadeamentos argumentativos é mais adequada que por aspectos.

E8 – acionado pelo termo “enfim” – oferece uma espécie de avaliação relativa a E7 (uma avaliação que também tem uma dimensão temporal, que é própria ao termo “enfim”). Em outras palavras, E8 marca a presença de uma voz implícita que comenta o ponto de vista de E7, atribuindo-lhe um valor positivo. Descrevemos de modo semelhante o processo polifônico que se estabelece pelo emprego de “felizmente”: há um primeiro enunciador, E9, que apresenta um ponto de vista que dá sequência à cadeia principal do discurso, e há um segundo enunciador, E10, que comenta o ponto de vista de E9, o que resulta na presença do advérbio “felizmente” no enunciado.

E9: [o cinema será democratizado, *portanto* os cidadãos poderão desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística]

E10: [a democratização do cinema possibilitará aos cidadãos desfrutar das benesses advindas dessa engrandecedora ação artística, *portanto* isso é bom⁶⁹]

Comentários sobre a terceira análise

125

Em relação ao primeiro parágrafo da redação, destacamos que a presença de um verbo modal (“deve”) foi compreendida como instaurando uma polifonia de enunciadores, que descrevemos a partir de encadeamentos argumentativos relacionados a aspectos que participam do mesmo bloco semântico. A nosso ver, o recurso aos encadeamentos se mostra necessário quando a dimensão modal e/ou temporal do verbo está em jogo na produção de polifonia. Trata-se da mesma situação que temos observado na descrição da pressuposição implicada nas propostas de intervenção, nos parágrafos finais de todas as redações analisadas.

Em relação às propostas de intervenção, no parágrafo final, um fenômeno observado nesta terceira análise foi o fato de que uma primeira

69 Apoiamo-nos no trabalho de Silva, Toldo, Barbisan, Marquardt e Machado (2006), que consideram que o termo “felizmente” pode ser traduzido no aspecto argumentativo pela ideia de “isso é bom” – “isso”, em nosso caso, retoma toda a ideia presente no primeiro segmento do encadeamento, que retoma o ponto de vista de E9.

intervenção proposta (a elaboração de um plano nacional de incentivo ao cinema), apresentada como ponto de vista posto/assumido pelo locutor, na sequência do discurso se converte em um pressuposto necessário para o detalhamento dessa mesma proposta de intervenção, por meio de outros pontos de vista postos/assumidos pelo locutor, de viés prescritivo. Em relação a isso, ressaltamos que essa não é uma característica observada exclusivamente nesse discurso. Trata-se de uma possibilidade observada em outros parágrafos finais, mas que destacamos aqui, por ter se mostrado mais saliente nesta terceira análise⁷⁰.

Também no parágrafo final, recorreremos à polifonia de enunciadores para descrever marcas linguísticas que, a nosso ver, instauram a presença de vozes implícitas que aparecem como uma avaliação de conteúdos que compõem a cadeia principal do discurso – foi o caso de nossa descrição dos fragmentos de discurso envolvendo os termos “enfim” e “felizmente”.

Em relação à polifonia de locutores, entendemos que, no parágrafo 3, ela se mostra central no desenvolvimento do discurso, com a presença de três vozes explícitas (a Constituição, o Iphan e Dante Alighiere), além da voz do locutor principal. Observamos, em relação a esse parágrafo, que o principal ponto de vista nele mobilizado (o qual poderíamos descrever como EXISTÊNCIA DA LEI PT NEG-GARANTIA DE DIREITOS) é bastante recorrente nas redações “nota mil” dessa mesma edição do Enem. Ao todo, identificamos pontos de vista similares em cinco das sete redações “nota mil” de 2019 divulgadas pelo Inep na cartilha de 2020. Em todos os cinco casos, observa-se a menção à Constituição como uma voz explícita associada ao primeiro segmento (EXISTÊNCIA DA LEI).

Por fim, gostaríamos de comentar o fato de que essa é a redação na qual registramos a maior ocorrência de marcadores metadiscursivos,

70 Aliás, nem mesmo a possibilidade de que conteúdos postos em um enunciado convertam-se em pressupostos nos enunciados seguintes é uma excepcionalidade; ao contrário, podemos entendê-la como um funcionamento discursivo básico – para Ducrot (1977), uma das funções dos pressupostos é dar certa redundância necessária ao discurso para garantir sua coesão. Aqui, o que queremos ressaltar é que esse funcionamento tem uma manifestação particular em nosso corpus, relacionada à formulação das propostas de intervenção.

cuja presença já observamos nas redações anteriores. No caso dessa terceira redação analisada, identificamos as expressões: “Sob essa ótica, vê-se que”, “É prudente apontar” (parágrafo 1); “é válido frisar”, “pode-se mencionar”, “É perceptível” (parágrafo 2), “é oportuno comentar”, “é desanimador notar”, “para provar isso, basta analisar”, “Vê-se, então” (parágrafo 3). Em todas essas expressões, vemos que o locutor mobiliza verbos que descrevem seus próprios atos discursivos, ao mesmo tempo que se apresenta como os executando. Em boa parte dos casos, também associa uma qualificação a esse ato: “*é prudente apontar*”; “*é válido frisar*”; “*é oportuno comentar*”; “*é desanimador notar*”. Trata-se de uma estratégia que o locutor utiliza para se marcar no discurso explorando a relação com a própria enunciação, buscando descrevê-la explicitamente como forma de reiterar a pertinência de seu produto, o discurso.

Quarta análise

Redação 4

127

Tema: Democratização do acesso ao cinema no Brasil

Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as

salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.

Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.

Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.

Fonte: Brasil (2020, p. 39)

Parágrafo 1 (Quarta análise)

Na obra “A Invenção de Hugo Cabret”, é narrada a relação entre um dos pais do cinema, Georges Méliès, e um menino órfão, Hugo Cabret. A ficção, inspirada na realidade do começo do século XX, tem como um de seus pontos centrais o lazer proporcionado pelo cinema, que encanta o garoto. No contexto brasileiro atual, o acesso a essa forma de arte não é democratizado, o que prejudica a disponibilidade de formas de lazer à população. Esse problema advém da centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas e do alto custo das sessões para as classes de menor renda.

A redação se inicia com a menção a um outro discurso (o filme *A Invenção de Hugo Cabret*), citação que, a nosso ver, pode ser relacionada a uma polifonia de locutores. Mesmo que o locutor a quem seria atribuída essa voz não seja nomeado, consideramos que a referência a uma ação discursiva (“é narrada”) configura a presença de uma voz explícita, que é apresentada como responsável por um fragmento de discurso que serve de apoio ao desenvolvimento do discurso do locutor principal. Descreveríamos os pontos de vista ligados a esse discurso citado pelos aspectos ACESSO AO CINEMA DC LAZER e LAZER DC ENCANTAMENTO.

Na sequência, o locutor principal introduz seu discurso próprio por meio de uma negação polêmica que retoma um dos pontos de vista anteriores. Entendemos que é possível atribuir a um enunciador E1 o aspecto ACESSO AO CINEMA DC LAZER (ponto de vista rejeitado pelo locutor principal), em oposição a um enunciador E2, cujo ponto de vista (assumido pelo locutor principal) descreveríamos pelo aspecto NEG-ACESSO AO CINEMA DC NEG-LAZER. É esse ponto de vista de E2, construído por meio da negação, que o locutor assume como a tese a ser desenvolvida em sua redação. Na sequência, o locutor antecipa dois tópicos que desenvolverá nos parágrafos seguintes: “centralização das salas exibidoras em zonas metropolitanas” (CENTRALIZAÇÃO DC NEG-ACESSO AO CINEMA) e “alto custo das sessões para as classes de menor renda” (ALTO CUSTO DC NEG-ACESSO AO CINEMA).

Parágrafo 2 (Quarta análise)

Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988, mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro. O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes. Como indicativo desse processo, há menos salas hoje do que em 1975, de acordo com a Agência Nacional de Cinema (Ancine). Tal fato se deve à falta de incentivo governamental – seja no âmbito fiscal ou de investimento – à disseminação do cinema, o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano. Sendo assim, a democratização do acesso ao cinema é prejudicada em zonas periféricas ou rurais.

O segundo parágrafo se inicia por meio de um ponto de vista que, como comentado na terceira análise, realiza-se de alguma maneira na maioria das redações “nota mil” dessa edição do Enem. Trata-se de um ponto de vista que sintetizaríamos pelo aspecto EXISTÊNCIA DA LEI PT NEG-GARANTIA DO DIREITO. Aqui, a particularidade da realização desse ponto de vista é que ela se dá pelo uso do articulador “mas”, que, como descrito por Ducrot, compara duas argumentações, dando prevalência à segunda. Essa comparação pode ser de tipo concessiva, quando a primeira argumentação, mesmo sendo mais fraca, ainda mantém alguma validade. Porém, a comparação por “mas” também pode invalidar totalmente o sentido da primeira argumentação, em vez de preservá-lo parcialmente. Acreditamos que este segundo caso se aplica aqui, como detalhamos a seguir.

A argumentação que associaríamos ao trecho que antecede “mas” – “o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988” (EXISTÊNCIA DA LEI DC GARANTIA DO DIREITO) – tem seu segundo segmento (GARANTIA DO DIREITO) diretamente negado pelas palavras do segmento que sucede “mas”: “o cinema, como *meio de garantir isso, não tem penetração* em todo território brasileiro” (NEG-ACESSO AO CINEMA DC NEG-GARANTIA DO DIREITO). A nosso ver,

o locutor do discurso principal só admitiria que o direito ao lazer por meio do cinema é garantido se essa garantia se estendesse a todo o território nacional, o que não é o caso. Logo, não entendemos o uso de “mas” como concessivo, pois isso daria uma validade parcial à argumentação EXISTÊNCIA DA LEI DC GARANTIA DO DIREITO que antecede o “mas”. Admitindo-se nossa leitura de que o “mas” nesse emprego não é concessivo, apenas a segunda argumentação (NEG-ACESSO AO CINEMA DC NEG-GARANTIA DO DIREITO) é apresentada como válida. Como o direito de que trata esse parágrafo 2 é o acesso ao lazer pelo cinema *no interior* do país, é possível estabelecer relação com o tópico antecipado no parágrafo anterior, CENTRALIZAÇÃO DC NEG-ACESSO AO CINEMA.

Na sequência do parágrafo, um novo ponto de vista empregado nesse percurso argumentativo pode ser descrito como CRESCIMENTO URBANO DC CENTRALIZAÇÃO, cuja continuação no discurso descreveríamos como CENTRALIZAÇÃO DC NEG-SALAS NO INTERIOR. O segundo segmento deste último aspecto (NEG-SALAS NO INTERIOR) é associado a uma voz explícita, atribuída à Agência Nacional de Cinema (Ancine)⁷¹. Esse mesmo segmento comporá novos pontos de vista assumidos pelo locutor na sequência: NEG-INCENTIVO GOVERNAMENTAL DC NEG-SALAS NO INTERIOR e NEG-SALAS NO INTERIOR DC NEG-ACESSO AO CINEMA, continuidade discursiva que constrói o sentido de que a falta de incentivo governamental é uma razão direta da não democratização do cinema.

Parágrafo 3 (Quarta análise)

Ademais, o problema existe também em locais onde há salas de cinema, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. Isso se deve ao

71 Aqui, pela primeira vez nas quatro redações analisadas, faz-se referência direta a uma fonte de informação presente em um dos textos motivadores (Texto IV), a Ancine. Entendemos que, por meio da expressão “de acordo com”, o locutor da redação aciona uma polifonia de locutores, atribuindo à Ancine a responsabilidade por um fragmento de discurso. Entretanto, frisamos que essa referência é restrita a um fragmento curto, sem ser explicitado que há todo um fragmento de discurso anterior – “O crescimento urbano no século XX atraiu as salas de cinema para as grandes cidades, centralizando progressivamente a exibição de filmes” – que também recupera sentidos do Texto IV da proposta, nesse caso sem menção explícita.

fato de o mercado ser dominado por poucas empresas exibidoras. Conforme teorizou inicialmente o pensador inglês Adam Smith, o preço decorre da concorrência: a competitividade força a redução dos preços, enquanto os oligopólios favorecem seu aumento. Nesse sentido, a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil.

A continuidade do discurso no terceiro parágrafo retomará sentidos do parágrafo anterior, reorganizando-os em uma argumentação transgressiva, que descreveríamos pelo aspecto EXISTÊNCIA DE SALAS PT NEG-ACESSO AO CINEMA – neste caso, em referência não mais ao interior do país, mas aos grandes centros urbanos, onde *nem mesmo* a existência de salas garante o acesso ao cinema. Na sequência, o locutor assume, ainda em sua voz, um ponto de vista que descreveríamos como OLIGOPÓLIO DC NEG-ACESSO AO CINEMA, cuja continuidade discursiva será agora desenvolvida com a menção a um outro locutor, uma voz explícita atribuída a Adam Smith. Essa outra voz é apresentada pelo locutor do discurso principal como responsável por dois pontos de vista recíprocos: COMPETITIVIDADE DC NEG-ALTO CUSTO e NEG-COMPETITIVIDADE DC ALTO CUSTO. É o segundo desses pontos de vista que o locutor principal assume em seu discurso para a sustentação de sua tese, retomando o sentido que já havia antecipado no primeiro parágrafo (ALTO CUSTO DC NEG-ACESSO AO CINEMA) como tópico a ser desenvolvido nesse terceiro parágrafo.

No final do parágrafo, em “a baixa concorrência dificulta o amplo acesso ao cinema no Brasil”, entendemos que “baixa” funciona como um modificador desrealizante inversor de “concorrência”, enquanto “amplo” funciona como um modificador realizante de “acesso”. No primeiro caso, atribuiríamos à AI de “concorrência” o aspecto DEMANDA DC OFERTA, que seria invertido pelo termo “baixa”, convertendo-se em DEMANDA PT NEG-OFERTA. O símbolo NEG- deve ser lido como uma *negação mais branda*, seguindo a análise de Ducrot (2002) em relação a “pouco”, o que poderia se desdobrar, por exemplo, no encadeamento: [*apesar da demanda, não há oferta suficiente*]. Portanto, “baixa concorrência” tem sentido equivalente ao de “pouca concorrência”, em conformidade com outro termo usado pelo locutor da redação, “oligopólio”.

Parágrafo 4 (Quarta análise)

Portanto, a democratização do cinema depende da disseminação e do jogo de mercado. A fim de levar os filmes a zonas periféricas, as prefeituras dessas regiões devem promover a interiorização dos cinemas, por meio de investimentos no lazer e incentivos fiscais. Além disso, visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras, o que pode ser feito pela regulamentação e fiscalização das relações entre elas, atraindo novas empresas para o Brasil. Isso impediria a formação de oligopólios, consequentemente aumentando a concorrência. Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto que tinha Hugo Cabret com os filmes.

No quarto parágrafo, o locutor retoma os sentidos de blocos semânticos trabalhados nos parágrafos anteriores, mas agora tratando não do cenário de falta de acesso ao cinema (NEG-ACESSO AO CINEMA), mas das condições para sua democratização, o que implica selecionar aspectos nos quais o segmento ACESSO AO CINEMA não seja negado: NEG-CENTRALIZAÇÃO DC ACESSO AO CINEMA e NEG-OLIGOPÓLIO DC ACESSO AO CINEMA. Assim, entendemos que, nessa redação, para apresentar suas propostas de intervenção, a principal estratégia do locutor é recorrer a pontos de vista em *relação de reciprocidade* com pontos de vista apresentados nos parágrafos anteriores. Por exemplo, enquanto uma avaliação do cenário brasileiro foi feita por uma argumentação que descrevemos pelo aspecto CENTRALIZAÇÃO DC NEG-ACESSO AO CINEMA, uma das propostas de intervenção para solucionar o problema pode ser descrita pelo aspecto recíproco, NEG-CENTRALIZAÇÃO DC ACESSO AO CINEMA.

Essa dinâmica de apresentação das propostas de intervenção se estabelece em relação com a polifonia de pressuposição, em conformidade com o que foi observado nas análises anteriores. Podemos ilustrá-la a partir dos pontos de vista de um enunciador E3 (cujo ponto de vista, pressuposto, seria CENTRALIZAÇÃO DC NEG-ACESSO

AO CINEMA) e de um enunciador E4 (cujo ponto de vista, posto, seria NEG-CENTRALIZAÇÃO DC ACESSO AO CINEMA):

E3: [as prefeituras não promovem a interiorização dos cinemas, *portanto* os filmes não chegam às zonas periféricas]

E4: [as prefeituras devem promover a interiorização dos cinemas, *dessa forma* os filmes chegarão às zonas periféricas]

Outra intervenção proposta pode ser descrita pelos pontos de vista de um enunciador E5 (cujo ponto de vista, pressuposto, seria OLIGOPÓLIO DC ALTO CUSTO) e de E6 (cujo ponto de vista, posto, seria NEG-OLIGOPÓLIO DC NEG-ALTO CUSTO). Nesse caso, a presença do verbo “ampliar” no trecho “cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência” nos leva a expressar a gradualidade combinada à pressuposição nos seguintes encadeamentos argumentativos:

E5: [há pouca concorrência entre as empresas exibidoras, *portanto* o custo das sessões é alto]

E6: [o Ministério da Fazenda deve ampliar a concorrência, *dessa forma* o custo das sessões será reduzido]

Por fim, há a retomada de uma parte do discurso citado na abertura da redação, para apresentar um ponto de vista final (ACESSO AO CINEMA DC ENCANTAMENTO), por meio do qual o locutor principal apresenta um novo cenário, futuro, que resultará das propostas de intervenção.

Comentários sobre a quarta análise

Como primeiro comentário sobre esta última análise, gostaríamos de destacar o fato de termos recorrido à polifonia de locutores para interpretar a presença de um outro discurso (um filme), ainda que um nome não tenha sido dado à voz *explícita* considerada responsável por esse discurso citado (há o nome do discurso, mas não do locutor). A nosso ver, o fato de ter sido feita referência a uma ação discursiva – “é narrada” – que não é executada pelo locutor principal implica, necessariamente, que um outro locutor a execute. Defendemos que, nesse caso, ainda é possível falar em uma voz *explícita*, mesmo que essa voz não seja nomeada. Em nosso entendimento, o que caracteriza fundamentalmente a explicitação de uma outra voz é a referência a uma

ação discursiva, por meio da qual o locutor principal pode apresentar um fragmento de discurso em relação ao qual ele *não se apresenta como responsável* (ou, pelo menos, não se apresenta como o principal ou o único responsável). Em resumo, explicitar uma voz, convocar um outro locutor, não implica, necessariamente, nomeá-lo.

Ainda em relação à polifonia, é importante enfatizar que, das quatro redações analisadas, essa é a única na qual verificamos uma citação explícita a um dos textos motivadores. Diferentemente do que comentamos em relação à primeira, à segunda e à terceira análises, verifica-se nessa quarta redação uma efetiva menção à Ancine, que, se estivessemos analisando os próprios textos motivadores da proposta de redação, poderia ser identificada como o locutor do Texto IV. Na redação, a expressão “de acordo com” faz da Ancine um locutor, ou seja, atribui à instituição uma voz explícita responsável por um fragmento de discurso.

Outro ponto a ser destacado nesta análise é a relação de reciprocidade observada entre os aspectos que utilizamos para descrever as propostas de intervenção, no parágrafo 4, e aspectos que utilizamos para descrever o desenvolvimento da tese nos parágrafos anteriores.

O que revelam as argumentações nas redações “nota mil” do Enem

As análises possibilitam descrever regularidades de funcionamento das redações, que comentamos a partir dos seguintes temas: a polifonia de locutores; as continuidades discursivas relacionadas a discursos externos; a pressuposição descrita pela polifonia de enunciadores; os usos de “mas” descritos pela polifonia de enunciadores; a negação polêmica descrita pela polifonia de enunciadores; a negação argumentativa expressa pelo termo NEG-; a gradualidade; o uso de operadores argumentativos; e a presença de marcadores metadiscursivos.

Em primeiro lugar, avaliamos positivamente nossa opção por trabalhar com a polifonia de locutores, pois ela se mostrou produtiva para descrever fenômenos bastante próprios às redações analisadas,

marcadas pela presença recorrente de citações. Destacamos de início o fato de termos descrito a presença de um locutor citado na quarta análise (parágrafo 1), mesmo que esse locutor não tenha sido nomeado. Para nós, o que caracteriza no texto a presença de um locutor é que se atribua a ele uma ação discursiva e que, a partir disso, ele seja reconhecido como responsável (ou corresponsável) por algum fragmento do discurso.

Quanto aos padrões observados em relação à polifonia de locutores, um primeiro destaque seria o recurso às argumentações transgressivas como forma de se distanciar de um outro locutor citado, ainda que não se invalide totalmente o ponto de vista atribuído a ele. São três as ocorrências dessa mesma dinâmica: a citação a uma voz atribuída a Gilberto Gil (primeira análise, parágrafo 1); a citação a uma voz atribuída a Stuart-Hall (primeira análise, parágrafo 3); e a citação a uma voz atribuída a Manuel Castells (segunda análise, parágrafo 3). Recuperamos a seguir, no Quadro 4, as argumentações normativas atribuídas aos locutores citados e as argumentações transgressivas assumidas pelo locutor principal em cada caso:

Quadro 4 – Argumentações atribuídas a locutores citados x Argumentações do locutor principal

Análise	Locutor citado	Argumentações normativas atribuídas ao locutor citado	Argumentações transgressivas assumidas pelo locutor principal
1	Gilberto Gil	INFORMAÇÃO DC CENÁRIO POSITIVO	INFORMAÇÃO PT CONTROLE DE DADOS
	Stuart-Hall	INTERAÇÃO DC MÚLTIPLAS IDENTIDADES	INTERAÇÃO PT NEG-INFORMAÇÃO
2	Manuel Castells	INTERNET DC INFORMAÇÃO	INTERNET PT NEG-INFORMAÇÃO
		INTERNET DC AUTONOMIA	INTERNET PT NEG-AUTONOMIA
		INTERNET DC DEMOCRACIA	INTERNET PT NEG-DEMOCRACIA

Fonte: elaborado a partir das análises.

Nos dois primeiros casos, observamos que o locutor principal mantém o primeiro segmento do ponto de vista atribuído ao locutor citado, mas em sua argumentação transgressiva recorre a outro bloco semântico. O efeito disso, a nosso ver, é de uma validação parcial, seguida de um distanciamento: o locutor principal mostra que está partindo de um tema comum (daí a manutenção do primeiro segmento), mas seu desenvolvimento do tema será outro. Esses dois primeiros casos (das vozes atribuídas a Gil e a Hall) estão, ambos, na primeira redação analisada. Nos dois casos, comentamos na análise que o efeito de sentido ligado a essa citação é o de uma *defasagem*, uma *desatualização* do discurso citado. O locutor reconhece que os pontos de vista atribuídos a Gil e a Hall já foram válidos para compreender a sociedade da internet, mas não são mais adequados para uma análise do cenário atual. Por isso, o locutor recorre a outros blocos semânticos, pelos quais dará continuidade a seu discurso, sem desenvolver as argumentações atribuídas a Gil e a Hall. No terceiro caso, o de uma voz atribuída a Castells, descrevemos o discurso do locutor principal por meio de argumentações transgressivas *derivadas dos mesmos blocos semânticos* a que pertencem as argumentações normativas atribuídas a Castells. A nosso ver, o fato de isso se dar em três pares de aspectos não implica uma invalidação do discurso atribuído a Castells. Ao contrário, nossa leitura é a de que o locutor principal reconhece a validade dos pontos de vista atribuídos a Castells (tanto que opera nos mesmos blocos semânticos, ou seja, admite os mesmos princípios argumentativos). Mas há também um sentido de defasagem: os pontos de vista atribuídos a Castells já foram válidos, *no entanto* não são compatíveis com o cenário atual que a redação busca analisar. Nos três casos, parece-nos que cada locutor citado (Gil, Hall e Castells) serve de apoio para que o locutor principal possa, primeiro, apresentar pontos de vista que teriam sido válidos em um cenário anterior, para então apresentar seus pontos de vista sobre o cenário atual.

Um segundo tipo de ocorrência da polifonia de locutores observado foram os casos em que as citações aparecem em um *contexto apenas de argumentações normativas*. É o caso da citação à voz atribuída a Jürgen Habermas (primeira análise, parágrafo 2) e à voz atribuída a Johan Huizinga (terceira análise, parágrafo 2). Nesses casos, entendemos que o locutor principal de cada redação teve como estratégia produzir

um sentido de harmonia ou sintonia entre o fragmento de discurso atribuído ao locutor citado e o seu próprio discurso.

Por fim, outro padrão que observamos na citação a outros locutores é o recurso a *um mesmo aspecto genérico* por meio do qual o locutor principal apresenta seu ponto de vista e o ponto de vista atribuído ao locutor citado. Por exemplo, na citação à voz atribuída a David Hume (terceira análise, parágrafo 1), o locutor principal recorre ao aspecto genérico NEG-X POSSÍVEL PT REALIZAR X, comum à significação de palavras como “capacidade”, “habilidade” e “possibilitar”, todas empregadas no mesmo parágrafo pelo locutor principal como forma de realizar uma aproximação entre seu ponto de vista e aquele que atribui a Hume. É uma estratégia semelhante à que observamos na citação à voz atribuída à Escola de Frankfurt (segunda análise, parágrafo 2), em que o aspecto genérico NEG-X PT PARECE X está presente em um fragmento de discurso atribuído a esse locutor citado – “há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt” –, recuperando um sentido presente em um ponto de vista que o locutor principal já havia apresentado como seu, no primeiro parágrafo, ao falar de “sensação ilusória de acesso à informação”. Em relação a esse ponto de vista, é importante observar que ele está presente no Texto I da proposta de redação do Enem 2018 – por meio da expressão “ilusão de liberdade de escolha”. Porém, ainda que esse ponto de vista tenha sido recuperado nas duas redações “nota mil” de 2018 que analisamos, nenhum dos dois locutores dessas redações fez menção ao texto motivador.

Aliás, esse é um bom gancho para falarmos sobre outro tema observado nas análises: as várias continuações discursivas relacionadas aos textos motivadores que não se convertem em polifonia. Sempre que observamos alguma recuperação de sentidos de um texto motivador *sem menção ao discurso de origem*, fizemos questão de pontuá-la, em cada uma das redações, por meio de notas de rodapé. Registramos, ao todo, dez ocorrências dessa situação nas quatro redações. Entendemos que, nesses casos, é estabelecida uma continuidade discursiva com discursos externos, natural da situação de interlocução que se estabelece entre o participante/autor da redação e a proposta de redação apresentada pelo Inep. Porém, não consideramos tais continuidades

discursivas estabelecidas com discursos externos como produtoras de polifonia, nos termos de Ducrot. Descartamos tratar-se de polifonia de locutores, pois os locutores das redações não trazem essas continuidades discursivas para seus discursos na forma de citações⁷². E também descartamos tratar-se de polifonia de enunciadores porque esta, para Ducrot, está ligada à presença de marcas linguísticas no enunciado que instaurem um jogo de confrontação entre dois ou mais pontos de vista. Portanto, a polifonia de enunciadores pode até coincidir com a importação (sem citação) de um ponto de vista de outro discurso, mas esta última não é uma condição para a primeira, nos termos de Ducrot. Em resumo, a polifonia de enunciadores não é definida pelo aproveitamento de um ponto de vista recuperado de outro discurso.

De todo modo, ainda que não seja um objeto propriamente polifônico no quadro que temos adotado aqui, nos permitiremos realizar um breve comentário sobre esses casos. Algo que chama atenção nas análises é o fato de que, em apenas um momento, um locutor de um texto motivador foi incorporado explicitamente à redação (o já mencionado caso da Ancine, observado na quarta análise). Em muitos casos, a opção dos participantes/autores das redações foi a de recuperar pontos de vista presentes nos textos motivadores, mas *incorporando-os a debates para os quais trazem à cena outros locutores*, que não têm relação direta com o texto motivador. A nosso ver, trata-se de uma forma de atender à Competência 2 da matriz de referência da prova de redação do Enem, que valoriza que os participantes apresentem *repertório sociocultural produtivo*. Para corresponder a isso, a estratégia observada nas redações “nota mil” é a de convocar outros locutores célebres – filósofos, sociólogos, escritores etc., sempre renomados –, o que tem sido valorizado pelo Inep (é o que podemos ver pela leitura dos comentários que o órgão faz na sequência de cada redação nas cartilhas). Com isso, o diálogo explícito com os textos motivadores

72 A única exceção é o caso observado na quarta análise (parágrafo 2), em que o locutor da redação cita a Ancine como locutor responsável por um fragmento de discurso, embora seja possível identificar todo um trecho no mesmo parágrafo, anterior à menção, que também recupera sentidos do texto IV da proposta. Portanto, a polifonia de locutores ocorre, mas fica restrita a um breve fragmento de discurso (aquele em que aparece a expressão “de acordo com”), sem incluir todo um outro trecho com sentidos recuperados do texto motivador.

é deixado de lado, o que é evidenciado também pela leitura dos comentários do Inep: nenhuma das recuperações de sentido dos textos motivadores que identificamos nas redações é comentada. Isso nos levou a ampliar a leitura para todos os comentários do Inep em relação às 14 redações das cartilhas de 2019 e de 2020. Em nenhum caso faz-se menção à recuperação de um ponto de vista presente em algum dos textos motivadores. Ou seja, pela leitura dos comentários do Inep, entendemos que as referências a locutores célebres são valorizadas, enquanto o diálogo direto com os textos motivadores é invisibilizado.

Acreditamos que essa nossa percepção está em consonância com uma das razões que motivaram Gomes (2014) a propor uma reformulação da grade avaliativa do Enem, na qual a compreensão leitora dos textos motivadores fosse também objeto da avaliação. Segundo o autor, essa proposta seria mais adequada ao propósito de avaliar competências e habilidades de leitura e produção de texto, e não conhecimentos que o participante tenha adquirido ao longo de sua formação. A nosso ver, o fato de o Inep valorizar a presença de citações de locutores célebres em seus comentários vem contribuindo para que a avaliação caminhe no sentido oposto ao sugerido por Gomes (2014). Além disso, Oliveira e Knack (2020, p. 202) também apontam as citações interdisciplinares como um dos procedimentos que indicam “um movimento de incorporação de lugares-comuns recorrentes em textos dissertativo-argumentativos do exame”, o que também apoia nossa percepção.

Outro elemento que nos chama atenção – e que também enquadraríamos no tema das continuidades discursivas com discursos externos – é a presença recorrente do ponto de vista EXISTÊNCIA DA LEI PT NEG-GARANTIA DO DIREITO. Ainda que com singularidades em cada caso, observamos sua presença nas duas redações do Enem 2019 analisadas. Isso nos levou a voltarmos ao conjunto das redações daquele ano publicadas na cartilha de 2020, o que permitiu verificar a presença desse ponto de vista em cinco das sete redações. Trazemos essa regularidade como uma relação de continuidade discursiva com discursos externos por entendermos que os participantes/autores trazem esse ponto de vista de outras interlocuções vividas previamente, tendo em vista que a ideia de que as leis não são cumpridas no Brasil está presente em vários discursos que circulam em nosso país e

é bastante arraigada no senso comum. Mas o simples fato de o ponto de vista se repetir entre as redações não é constituidor de polifonia, nos termos de Ducrot. É preciso analisar individualmente cada discurso e verificar se há polifonia internamente a seu sentido. A nosso ver, o que nos permite caracterizar esse ponto de vista (EXISTÊNCIA DA LEI PT NEG-GARANTIA DO DIREITO) como polifônico é o fato de a Constituição ser citada como locutor responsável pelo primeiro segmento (EXISTÊNCIA DA LEI) – algo que também se repete nas cinco redações. Essa constatação também nos leva a um questionamento: quando dizemos que a polifonia de locutores se estabelece nas situações em que um outro locutor é apresentado como responsável (ou corresponsável) por um *fragmento de discurso*, esse fragmento pode corresponder a um *único segmento de um encadeamento/aspecto argumentativo*? A análise específica desse ponto de vista em nosso *corpus* – descrito pelo aspecto EXISTÊNCIA DA LEI PT NEG-GARANTIA DO DIREITO – sinaliza para uma resposta positiva, mas certamente o caso é merecedor de estudos específicos.

Outra situação que entendemos como uma continuação de discursos externos às redações analisadas diz respeito à apresentação das propostas de intervenção nos parágrafos finais. A nosso ver, trata-se de uma continuidade discursiva que se estabelece pela interlocução com a Competência 5 da matriz de referência do Enem. De modo geral, alguns possíveis pontos de vista aos quais os locutores da redação dão continuidade em seus discursos são: VERIFICAR PROBLEMAS DC INTERVIR e INTERVIR DC MELHORAR. Nesse caso, entendemos a continuidade discursiva como produtora de polifonia? Não nos termos em que tratamos das situações anteriores, em que nos referíamos a uma *polifonia de locutores*, que se realiza pela menção à ação discursiva de um outro locutor, fazendo dele responsável ou corresponsável por um fragmento do discurso. Aqui, entendemos que a necessidade de apresentar uma proposta de intervenção se desdobra em uma *polifonia de enunciadores*, notadamente por meio do fenômeno da *pressuposição*.

Em todas as análises, descrevemos a ocorrência desse fenômeno nos parágrafos finais. Como um primeiro comentário geral, o que destacamos aqui é a regularidade que se observa na relação entre

pressupostos – avaliações de um cenário atual, problemático – e *postos* – prescrições para solucionar os problemas, projeções de um cenário futuro. Durante as análises, defendemos a necessidade de expressar esses pontos de vista postos e pressupostos por meio de encadeamentos argumentativos (e não apenas por aspectos), justamente pela necessidade de recorrer aos tempos e modos verbais para expressar essa dinâmica que se estabelece entre avaliar o presente e prescrever/projetar um futuro.

Outra regularidade importante é a prevalência da *relação de reciprocidade* observada entre pressupostos e postos. Para ilustração, recuperamos no Quadro 5, apresentado a seguir, um exemplo de cada análise (optamos por apresentar os aspectos, por serem mais sintéticos e permitirem visualizar de modo mais direto a relação de reciprocidade):

Quadro 5 – Reciprocidade entre pressupostos e postos nos parágrafos finais das redações analisadas

Análise	Pressuposto	Posto
1	NEG-PALESTRAS DC NEG-INFORMAÇÃO	PALESTRAS DC INFORMAÇÃO
2	INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DC NEG-USO CONSCIENTE	NEG-INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DC USO CONSCIENTE
3	NEG-PLANO NACIONAL DC NEG-ATIVIDADES PÚBLICAS	PLANO NACIONAL DC ATIVIDADES PÚBLICAS
4	CENTRALIZAÇÃO DC NEG- ACESSO AO CINEMA	NEG-CENTRALIZAÇÃO DC ACESSO AO CINEMA

Fonte: elaborado a partir das análises.

É interessante observar que não se trata unicamente de uma regularidade da relação de reciprocidade, mas que ela se dá entre argumentações normativas. Uma possível interpretação para esse dado pode ser a relação generalista, pouco aprofundada, que os locutores dessas redações estabelecem entre problema e intervenção. Essa nossa

interpretação se apoia no estudo de Barbisan (2005), que relaciona os encadeamentos normativos presentes em redações de vestibulandos à apresentação de generalizações e lugares-comuns. Também nos apoiamos novamente em Oliveira e Knack (2020), que observam nas propostas de intervenção das redações “nota mil” que analisam a recorrência de lugares-comuns relacionados ao politicamente correto, que também podem ser indicativos do que compreendemos como uma relação generalista e pouca aprofundada entre problema e intervenção, estabelecida por meio de argumentações normativas como as listadas no Quadro 5.

Ainda sobre a relação entre pressuposição e as propostas de intervenção, é interessante retomar nossa observação feita no comentário sobre a terceira análise: a possibilidade de um primeiro ponto de vista *posto*, apresentado como proposta de intervenção, *tornar-se um pressuposto* na sequência do parágrafo, servindo de apoio para que novos pontos de vista postos possam detalhar a proposta de intervenção. Outra possibilidade, relacionada ao discurso em sua globalidade, é a de que pontos de vista apresentados nos parágrafos de introdução e desenvolvimento das redações sejam retomados como pressupostos nas propostas de intervenção do parágrafo final. Isso se mostrou mais saliente em nossa quarta análise, na qual foi possível observar a relação de reciprocidade entre aspectos, mencionada anteriormente, não só dentro do quarto parágrafo, mas também entre diferentes parágrafos.

Quanto aos usos do articulador “mas”, um primeiro comentário é relativo à nossa opção por apresentarmos os pontos de vista dos enunciadores como aspectos argumentativos, o que nos levou a descrever os usos de “mas” por meio de dois enunciadores, e não quatro, como trabalhado originalmente por Ducrot (1990). Relembramos ainda que registramos o emprego desse articulador apenas nas redações de 2019. Chama a atenção o fato de que esses empregos de “mas”, nas duas redações, comparam pontos de vista bastante próximos. Porém, a maneira como a primeira argumentação é rejeitada em cada caso nos fez classificá-los de modo distinto. No Quadro 6, recuperamos os fragmentos articulados por “mas” em cada caso e os aspectos que usamos para descrevê-los:

Quadro 6 – Usos de “mas” estudados na terceira análise (parágrafo 3) e na quarta análise (parágrafo 2)

Análise	Trecho anterior ao “mas”	Trecho posterior ao “mas”
3	“As leis existem”	“mas quem as aplica?”
	EXISTÊNCIA DA LEI DC GARANTIA DE DIREITOS (ponto de vista <i>concedido</i>)	NEG-APLICAÇÃO DA LEI DC NEG- GARANTIA DE DIREITOS (ponto de vista <i>assumido</i>)
4	“Primeiramente, o direito ao lazer está assegurado na Constituição de 1988 [...]”	“[...] mas o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro.”
	EXISTÊNCIA DA LEI DC GARANTIA DO DIREITO (ponto de vista <i>rejeitado</i>)	NEG-ACESSO AO CINEMA DC NEG-GARANTIA DO DIREITO (ponto de vista <i>assumido</i>)

Fonte: elaborado a partir das análises.

No uso de “mas” observado na terceira análise, consideramos que o locutor admite o ponto de vista ligado ao fragmento que antecede “mas” (a existência das leis garante o direito), afinal o ponto de vista ligado ao fragmento que sucede “mas” (a dúvida se as leis são mesmo aplicadas) não o nega diretamente, fazendo uma concessão. Já no uso do articulador observado na quarta análise, consideramos que o ponto de vista expresso antes de “mas” (de que o fato de a Constituição assegurar o direito faz com que ele seja efetivo) é diretamente negado pelas palavras que sucedem “mas” (“o cinema, como meio de garantir isso, não tem penetração em todo território brasileiro”). A classificação que fazemos desses usos de “mas”, concessivo em um caso e não concessivo em outro, também é pensada a partir da relação com os sentidos construídos no entorno. No caso da quarta análise (parágrafo 2), entendemos que não há concessão porque o parágrafo fala sobre o acesso ao cinema no interior, logo, só haveria garantia do direito ao lazer se essa forma de garanti-lo (o cinema) chegasse a todos.

A negação polêmica foi outro fenômeno descrito polifonicamente por Ducrot que identificamos e buscamos descrever nas quatro redações.

De início, gostaríamos de pontuar que não descrevemos todas suas ocorrências, selecionando aquelas que nos pareceram mais relevantes para constituir o discurso de cada redação. Outro ponto a ser comentado é o fato de termos descrito não só ocorrências sintáticas da negação polêmica pelo uso do termo “não” (primeira análise, parágrafo 2; segunda análise, parágrafo 1; terceira análise, parágrafo 3; quarta análise, parágrafo 1), mas também uma negação inscrita morfológicamente no termo “inconcebível” (primeira análise, parágrafo 1).

O caso da primeira análise parece-nos o mais interessante, pois a negação polêmica está presente tanto na apresentação da tese (que descrevemos pelo aspecto NEG-CONCEBÍVEL DC NECESSIDADE DE CRÍTICA) quanto em uma retomada da tese no parágrafo 2, o que descrevemos por meio do segmento NEG-ACEITAÇÃO DA MANIPULAÇÃO, presente nos aspectos COMBATE AO INDIVIDUALISMO DC NEG-ACEITAÇÃO DA MANIPULAÇÃO e DEFESA DO BEM COMUM DC NEG-ACEITAÇÃO DA MANIPULAÇÃO. Na segunda análise, observamos o fenômeno logo no início da redação, e o ponto de vista negativo, assumido pelo locutor, encadeia-se a uma argumentação transgressiva para construir uma contextualização do problema, descrita pelos aspectos: NEG-PROBLEMA RECENTE DC EXPERIÊNCIA PRÉVIA e EXPERIÊNCIA PRÉVIA PT AGRAVAMENTO. Já na terceira análise, identificamos um uso da negação polêmica voltado a recusar uma orientação argumentativa normativa que era colocada pelo trecho “absoluta prioridade por parte do Estado”, resultando no aspecto argumentativo transgressivo PRIORIDADE DO ESTADO PT NEG-EXECUÇÃO. Por fim, na quarta análise, também identificamos a negação polêmica como um recurso do locutor para apresentar sua tese (NEG-ACESSO AO CINEMA DC NEG-LAZER).

Comentamos o fenômeno da negação polêmica, a partir de sua descrição polifônica e argumentativa, mas precisamos observar que se trata de um tipo de negação – Ducrot (1987) já a distinguia em três tipos. Na Teoria dos Blocos Semânticos, uma outra negação está presente na descrição dos aspectos argumentativos, representada pelo símbolo NEG-, mas é válido lembrar que seu sentido é mais amplo, devendo ser compreendida como uma *negação argumentativa*. Ducrot (2002, p. 8, grifos do autor) nos ajuda a ampliar essa concepção, ao afirmar

que o termo NEG- “é um símbolo para todas as formas de negação, tanto para *pouco* quanto para *não*”. Em relação a esse ponto, uma manifestação interessante da negação em nosso *corpus* se deu na terceira análise (parágrafo 3), na descrição dos pontos de vista presentes na fala atribuída a Dante Alighiere – “As leis existem, mas quem as aplica?” –, em que interpretamos a interrogação como uma forma de negação, descrita no segmento NEG-APLICAÇÃO DA LEI (que compõe o ponto de vista NEG-APLICAÇÃO DA LEI DC NEG-GARANTIA DE DIREITOS).

Por meio dessa reflexão sobre a negação argumentativa, podemos explicar de que modo o fenômeno da gradualidade se manifestou em nosso *corpus*. Em nossas análises, ao descrevermos os pontos de vista como aspectos argumentativos, vimos que o termo NEG-, em alguns casos, foi descrito nos encadeamentos por meio de termos que expressam gradualidade, em consonância com os fragmentos de discurso que buscávamos descrever. A seguir, apresentamos dois exemplos, com o recorte do discurso seguido do encadeamento e do aspecto que utilizamos para sua descrição e análise:

Quadro 7 – Exemplo de gradualidade no ponto de vista
– segunda análise (parágrafo 4)

Recorte do discurso	“[...] a fim de mitigar a influência exercida pelos algoritmos e, conseqüentemente, fomentar o uso mais consciente das plataformas digitais.”
Encadeamento argumentativo	[é preciso mitigar a influência dos algoritmos, <i>dessa forma</i> o uso das plataformas será mais consciente]
Aspecto argumentativo	NEG-INFLUÊNCIA DOS ALGORITMOS DC USO CONSCIENTE

Fonte: elaborado a partir das análises.

Quadro 8 – Exemplo de gradualidade no ponto de vista
– quarta análise (parágrafo 4)

Recorte do discurso	“[...] visando reduzir o custo das sessões, cabe ao Ministério da Fazenda ampliar a concorrência entre as empresas exibidoras [...]”
Encadeamento argumentativo	[o Ministério da Fazenda deve ampliar a concorrência, <i>dessa forma</i> o custo das sessões será reduzido]
Aspecto argumentativo	NEG-OLIGOPÓLIO DC NEG-ALTO CUSTO

Fonte: elaborado a partir das análises.

Especialmente nos parágrafos finais, na formulação das propostas de intervenção, verbos como “mitigar” (duas ocorrências), “ampliar” (duas ocorrências), “minimizar” e “reduzir” (uma ocorrência cada) chamaram nossa atenção para essa dimensão da gradualidade, constitutiva do sentido desses verbos.

Outro elemento que buscamos observar nas análises foram os operadores argumentativos (modificadores e internalizadores). Para a análise dos termos selecionados, nos valem de definições tanto da teoria dos *topoi* (Ducrot, 1995) quanto da TBS (Ducrot, 2002). Alguns desses termos podem ser considerados da perspectiva da gradualidade, por permitirem ao locutor atribuir uma força maior (no caso dos modificadores realizantes) ou menor (no caso dos desrealizantes atenuadores) a determinada argumentação (Ducrot, 1995). Recorremos a essa descrição para caracterizar modificadores realizantes na primeira análise (“emancipada” em “sociedade emancipada”) e na segunda (“bombardeio de” em “bombardeio de propagandas”). Modificadores como “pouco”, descritos por Ducrot (1995) como desrealizantes inversores, recebem uma nova caracterização por Ducrot (2002) – foi este o caso que identificamos no sintagma “baixa concorrência”, em que o modificador “baixa” realiza uma operação de conversão no aspecto normativo da AI de “concorrência” (DEMANDA DC OFERTA), que se converte no aspecto transgressivo

DEMANDA PT NEG-OFFERTA. Outro operador descrito foi o termo “irregular” em “distribuição irregular” (terceira análise, parágrafo 3), que consideramos ser um internalizador transgressivo. Neste caso, entendemos que o termo “irregular” exclui a possível argumentação normativa DISTRIBUIÇÃO DC ACESSO, internalizando a argumentação transgressiva DISTRIBUIÇÃO PT NEG-ACESSO. O Quadro 9 traz uma síntese dessas análises:

Quadro 9 – Operadores argumentativos analisados nas redações “nota mil”

Análise	<u>Termo afetado operador</u>	Tipo de operador	Efeito sobre a argumentação do termo pleno
Primeira	<i>sociedade emancipada</i>	Modificador realizante	Aumento da força argumentativa de COLETIVIDADE DC INTERESSE COMUM
Segunda	<i>bombardeio de propagandas</i>	Modificador realizante	Aumento da força argumentativa de PROPAGANDA DC COMPRA
Terceira	<i>distribuição irregular</i>	Internalizador transgressivo	Internalização do aspecto DISTRIBUIÇÃO PT NEG-ACESSO e exclusão do possível sentido DISTRIBUIÇÃO DC ACESSO
Quarta	<i>baixa concorrência</i>	Modificador desrealizante inversor	Conversão de DEMANDA DC OFERTA no aspecto transgressivo DEMANDA PT NEG-OFFERTA

Fonte: elaborado a partir das análises.

Essa recuperação dos operadores argumentativos analisados também nos leva a reiterar o que já dissemos anteriormente: a necessidade de compreender o termo NEG- como uma *negação argumentativa*, que abarca também o fenômeno da gradualidade, isto é, da maior ou menor força que se pode atribuir a uma argumentação – característica que não fica tão evidente ao descrevermos as argumentações como aspectos argumentativos, mas que é explicitada quando as descrevemos como encadeamentos argumentativos.

Por fim, um último tópico que gostaríamos de comentar é a presença de marcadores metadiscursivos nas redações analisadas. Recorremos a esse termo em referência à formulação de Ducrot de que o sentido do enunciado/discurso é uma descrição de sua própria enunciação. Reconhecemos que a formulação de Ducrot é mais abrangente do que o fenômeno que recortamos e descrevemos aqui como marcadores metadiscursivos. O linguista apresenta essa definição como um princípio geral para compreender a constituição do sentido, enquanto nós recorremos a ela para fazer referência especificamente às expressões por meio das quais o discurso volta-se a si mesmo *de modo explícito*.

Consideramos válido destacar esse fenômeno por sua recorrência nas redações analisadas de modo geral, mas também por sua ausência em uma delas. Recuperamos aqui as expressões que, a nosso ver, podem ser descritas sob essa perspectiva:

- Primeira análise: “é válido reconhecer”, “é pertinente trazer o discurso de”, “vale salientar”, “seria negligente não notar”;
- Segunda análise: “é imperioso ressaltar”, “Evidencia-se, portanto, que”;
- Terceira análise: “Sob essa ótica, vê-se que”, “É prudente apontar”, “é válido frisar”, “pode-se mencionar”, “É perceptível”, “é oportuno comentar”, “é desanimador notar”, “para provar isso, basta analisar”, “Vê-se, então”.

Nesse levantamento, chama atenção a maior presença desse recurso na redação objeto da terceira análise, bem como sua ausência na redação objeto da quarta análise. Acreditamos que esse contraste é interessante para pensarmos não só nas regularidades das redações “nota mil”, mas também na maneira como esses discursos se singularizam. Vemos, a partir da forma como esses marcadores metadiscursivos estão presentes (ou ausentes) em cada redação, diferentes estratégias de cada locutor para marcar a presença da própria enunciação no discurso. Entendemos que, ao empregar alguma das expressões reunidas acima, o locutor comenta sua própria ação discursiva, ao mesmo tempo que enuncia um ponto de vista associado a essa ação: ao dizer que “é válido reconhecer que X”, o locutor afirma X, ao mesmo tempo que se representa como alguém que reconhece X; ao dizer

que “evidencia-se, portanto, que Y”, o locutor afirma Y, ao mesmo tempo que descreve seu discurso como tendo evidenciado Y; ao dizer que “é desanimador notar Z”, o locutor afirma Z, ao mesmo tempo em que se descreve como alguém que nota Z com desânimo. Em nosso entendimento, o locutor de um discurso recorre a expressões desse tipo para realizar um comentário *explicitamente* voltado a construir sua própria imagem como locutor.

Destacamos o termo “explicitamente” porque é a partir dele – ou, melhor, nos distanciando dele – que encerramos este comentário sobre as análises. Ao mesmo tempo que voltamos nosso olhar a essas expressões que consideramos como marcadores metadiscursivos, reconhecendo nelas a função de permitirem ao locutor construir *explicitamente* uma imagem de si, entendemos que todo e qualquer discurso tem, tanto no nível elementar quanto no nível complexo, essa mesma função – ainda que ela não seja sempre explicitada. Com Silva (2018), lembramos que o discurso é, para Ducrot, o *lugar de debate de posições*. Com Barbisan (2006), também lembramos que, nesse debate de posições, os aspectos subjetivo e intersubjetivo da enunciação são condensados na *argumentação*. Ou seja, na perspectiva ducrotiana que adotamos em nossas análises, enunciar-se é marcar posições no discurso por meio das argumentações linguísticas e da polifonia – o que sempre se dá em uma relação de interlocução, que é construída e atualizada junto ao próprio dizer.

Ao pensarmos as redações “nota mil” do Enem da perspectiva de sua situação de interlocução, consideramos o interlocutor de cada um desses discursos como um avaliador. Mas não os avaliadores pessoas físicas, aqueles que posteriormente atribuíram a nota máxima às redações. Assim como o locutor, trata-se também de uma figura discursiva: a imagem de um interlocutor/avaliador que cada locutor constrói em seu discurso, em relação com os discursos com os quais dialoga – sejam esses discursos as Competências da matriz de referência, as propostas de redação e seus textos motivadores ou, de uma perspectiva mais ampla, os discursos que circulam socialmente, especialmente nos ambientes educacionais. E, naturalmente, também integram esses discursos, fazem parte dessa situação de interlocução, as próprias redações “nota mil” de anos anteriores, na medida

em que são divulgadas não só pelo Inep, como pela imprensa e por iniciativa própria de alguns de seus autores.

Trata-se, portanto, de uma dinâmica discursiva complexa. O Inep, ao selecionar, comentar e divulgar um conjunto de redações “nota mil”, também constrói/atualiza sua imagem como locutor. Um locutor que tem colocado em evidência discursos com determinadas características e, com isso, de certo modo diz: “está aí, também nesses discursos, minha imagem como avaliador”. Com o perdão do tom quase anedótico dessas aspas inventadas, o que queremos enfatizar é que o discurso por meio do qual o Inep constrói sua imagem enquanto avaliador é, também, polifônico. Há o discurso que ele assume em sua própria voz, notadamente na descrição das cinco Competências, e há também os discursos que ele cita, as redações “nota mil”, que contribuem para constituir a globalidade desse complexo discurso que, em síntese, diz: “o que nós, como órgão avaliador, avaliamos”. Esperamos que nossas análises tenham contribuído para desvelar algumas camadas desse discurso do exame, especialmente no que diz respeito às vozes dos locutores das redações “nota mil”, que também o constituem.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início, uma das principais motivações deste trabalho foi pensar possíveis contribuições da Semântica Argumentativa para o ensino. Agora, chegando ao final, somos revisitados por indagações dessa ordem, tanto numa relação mais direta com nosso objeto de análise – “a Semântica Argumentativa pode auxiliar na preparação de futuros participantes do Enem, especificamente para a prova de redação?” – quanto numa perspectiva mais abrangente – “como as práticas escolares de produção textual e leitura podem se valer das teorizações desse campo?”. Os conteúdos trabalhados aqui não oferecem respostas imediatas, mas algumas indicações de caminhos, cuja pertinência poderá ser avaliada por cada leitor.

Nesta introdução à Semântica Argumentativa, nosso esforço principal foi o de apresentar a teoria com clareza e consistência na *Parte 1*, de modo a oferecer, a um possível leitor recém-chegado ao campo, uma base suficiente para acompanhar as análises da *Parte 2*. Nessa segunda parte, dedicamo-nos principalmente a identificar e explicitar particularidades e regularidades dos discursos sob análise, sugerindo, sempre que possível, explicações para os funcionamentos observados. Falamos, por exemplo, das citações na redação do Enem – cuja relevância é expressa pelo próprio Inep, nas cartilhas, o que faz esse tema receber grande atenção de participantes, educadores e produtores de conteúdos preparatórios. Em nossas análises, vimos que é possível lançar um novo olhar para esse fenômeno por meio da polifonia de locutores, associada à Teoria dos Blocos Semânticos.

Os posicionamentos do locutor da redação perante locutores citados podem ser descritos a partir das argumentações que ele atribui a si

mesmo e ao outro trazido para o discurso. A partir de nossas análises, podemos falar em: uma adesão ao discurso citado, pelo uso de argumentações normativas; um distanciamento do discurso citado, pelo uso de uma argumentação transgressiva; e ainda uma busca por correspondência, por meio do emprego de um mesmo aspecto genérico na apresentação do próprio discurso e do discurso citado – como os aspectos genéricos NEG-X PT PARECE-X (segunda análise) e NEG-X POSSÍVEL PT REALIZAR X (terceira análise). Essas são três formas de posicionamento relativas a discursos citados que postulamos neste trabalho. Naturalmente, é possível a identificação de outras formas de posicionamento diante de locutores citados – tanto nas redações “nota mil” quanto em outros discursos – a serem descritas pelos recursos da Semântica Argumentativa.

Quando falamos de um desejo de aplicação dessa teoria ao ensino, a ideia não é levar para a educação básica todo o aparato de descrição semântica que buscamos apresentar e empregar aqui. De todo modo, acreditamos que nossas análises mostraram ser possível utilizá-lo para perceber regularidades do discurso e, então, encontrar maneiras de evidenciar essas regularidades e trazê-las para diálogos em sala de aula subsidiados pela reflexão linguística.

Mais um bom exemplo dessa possibilidade está na análise das propostas de intervenção, outro tema de grande interesse dos participantes do Enem. Descrevemos a presença sistemática do fenômeno da pressuposição nos parágrafos finais das redações analisadas, especificamente na construção das propostas de intervenção, em uma dinâmica que coloca o pressuposto como uma avaliação do cenário atual (o problema a ser enfrentado) e o conteúdo posto como uma prescrição (aquilo que deve ser feito para solucionar o problema). Identificar essa regularidade nas redações “nota mil” e refletir sobre ela pode fazer parte da preparação para o Enem, ao mesmo tempo que um funcionamento elementar, constitutivo de todo discurso, é explicitado e abordado. O atendimento a um interesse imediato – “como escrever a proposta de intervenção” – combina-se a uma reflexão mais abrangente, capaz de ampliar o conhecimento linguístico geral dos estudantes.

O uso de modificadores e internalizadores é outro ponto interessante para o ensino voltado à prova de redação do Enem. Uma abordagem ao emprego desses termos pode se valer de um método elementar da linguística: a oposição entre diferentes entidades. Se o autor de uma redação empregou o sintagma “sociedade emancipada”, é possível refletir sobre o efeito de sentido trazido pelo modificador “emancipada” a partir do contraste, por exemplo, com o sintagma “sociedade corrompida”. Quais discursos é possível encadear a cada um deles? E quais continuações discursivas são impossíveis em cada caso? O conceito de orientação argumentativa pode motivar reflexões sobre as escolhas lexicais de textos lidos e escritos em sala de aula, novamente por uma abordagem em que o interesse mais direto na redação do Enem é contemplado, ao mesmo tempo que se promove uma reflexão linguística mais ampla.

Um caminho que alie o objetivo imediato (a redação do Enem) e um objetivo mais abrangente (o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos linguísticos) parece promissor para que o quadro teórico aqui apresentado seja aplicado em propostas de ensino. Embora essa seja uma abordagem desejável na educação de modo geral, ela nos parece especialmente compatível com a proposta de Ducrot de compreender o discurso (domínio do concreto) em estreita relação com o estudo da língua (domínio da abstração).

Referências

ABBAGNANO, Nicola. Inferência. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDANÇA. Intérprete: Beth Carvalho. Compositores: D. Caymmi, E. Souto e P. Tapajós. In: *NO Pagode*. Intérprete: Beth Carvalho. [s.l.]: RCA, 1979, faixa 12.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. L'argumentation dans la langue. *Langages*, Paris, n. 42, p. 5-27, 1976. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1976_num_10_42_2306. Acesso em: 2 jun. 2023.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. Deux *mais* en français? *Lingua*, Amsterdam, v. 43, n. 1, p. 23-40, 1977. Disponível em: <https://semantincar.hypotheses.org/files/2019/02/ducrot-deuxmais-1977.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

AZEVEDO, Tânia Maris de. Outras vozes na argumentação: atualização da polifonia e reformulação da descrição semântico-argumentativa do discurso. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 64-72, jan.-mar. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9251/6373>. Acesso em: 2 jun. 2023.

AZEVEDO, Tânia Maris de. Gradualidade, uma constante na Semântica Argumentativa. In: BEHE, Louise; CAREL, Marion; DENUC, Corentin; MACHADO, Julio Cesar. *Curso de Semântica Argumentativa*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021. p. 251-262. Disponível em: <https://semantincar.hypotheses.org/files/2022/08/>

Curso-de-Semantica-Argumentativa-1- 252-263.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BARBISAN, Leci. O conceito de enunciação em Benveniste e Ducrot. *Letras*, Santa Maria, RS, n. 33, p. 23-35, dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11921>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BARBISAN, Leci B. A produção de discursos argumentativos na escola. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/487/298>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BARBISAN, Leci B.; TEIXEIRA, Marlene. Polifonia: origem e evolução do conceito em Oswald Ducrot. *Organon*, Porto Alegre, v. 16, n. 32-33, p. 161-180, 2002. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29792>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, [1929] 2002.

BALLY, Charles. La phrase. In: BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. 2. ed. revisada. Berne: Éditions Francke Berne, 1944. p. 35-52. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bp-t6k858607j.texteImage>. Acesso em: 2 jun. 2023.”

BATTISTI, Elisa; OTHERO, Gabriel; FLORES, Valdir do Nascimento. *Conceitos básicos de linguística: sistemas conceituais*. São Paulo: Contexto, 2021.

BENVENISTE, Émile. As relações de tempo no verbo francês. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes Editores, 2005 [1959]. p. 260-276.

BRASIL. Decreto nº 79.298, de 24 de Fevereiro de 1977. Altera o Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971, e dá outra providências. Brasília: 1977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79298-24-fevereiro-1977-428202-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep). *Matriz de referência Enem*. Inep: Brasília, 2009. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2012: guia do participante*. Inep: Brasília, 2012. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/guia_participante_redac_ao_enem2012.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2013: guia do participante*. Inep: Brasília, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_enem_2013.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Redação no Enem 2016: cartilha do participante*. Inep: Brasília, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2016/manual_de_redac_ao_do_enem_2016.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Redação no Enem 2017: cartilha do participante*. Inep: Brasília, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redac_ao_do_enem_2017.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Redação no Enem 2018: cartilha do participante*. Inep: Brasília, 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redac_ao_do_enem_2018.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação no Enem 2019: cartilha do participante*. Inep: Brasília, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2019/redacao_enem2019_cartilha_participante.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep). *A redação do Enem 2020*: cartilha do participante. Inep: Brasília, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.”

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do Enem 2022*: cartilha do participante. Inep: Brasília, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do Enem 2023*: cartilha do participante. Inep: Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2023_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

CAREL, Marion. Argumentação interna aos enunciados. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 27-43, set. 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14222>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAREL, Marion. Aula XXIII. A enunciação linguística: funções textuais, modos enunciativos e argumentações enunciativas. In: BEHE, Louise; CAREL, Marion; DENUÇ, Corentin; MACHADO, Julio Cesar. *Curso de Semântica Argumentativa*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021. p. 353-375. Disponível em: <https://semantica.hypotheses.org/files/2022/08/Curso-de-Semantica-Argumentativa-1-354-376.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2023.

CAREL, Marion. Polifonia e argumentação. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 6, n. 1, dez. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1384>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAREL, Marion. A polifonia linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jul. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9218>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAREL, Marion. Pourtant: argumentation by exception. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 24, p. 167-188, 1995. Disponível em: <https://semantics.hypotheses.org/files/2018/11/carel-pourtant-1995.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAREL, Marion. Significação e argumentação. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 42, n. 73, p. 2- 20, jan.-abr. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/8579>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. Atualização da polifonia. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 6, n. 1, jan.-jun. 2010. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/1385>. Acesso em: 2 jun. 2023.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.

DELANOY, Cláudio Primo; GOMES, Lauro. Proposta de ensino de produção de texto dissertativo-argumentativo pela Teoria dos Blocos Semânticos. *Signum*, Londrina, v. 18, n. 2, p. 167-188, dez. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/18389/17780>. Acesso em: 2 jun. 2023.

Ducrot, Oswald. Analyse de textes et linguistique de l'énonciation. In: DUCROT, Oswald et al. *Les mots du discours*. Paris: Les éditions de minuit, 1980a. p. 7-56.

DUCROT, Oswald. Analyses pragmatiques. *Communications*, Paris, n. 32, p. 11-60, 1980b. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1980_num_32_1_1481. Acesso em: 2 jun. 2023.

DUCROT, Oswald. Argumentação e “Topoi” Argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 13-38.

DUCROT, Oswald. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, jan.-mar. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/5648>. Acesso em: 2 jun.2023.

DUCROT, Oswald. Argumentación interna y argumentación externa. Conferencia 3. In: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005a. p. 51-89.

DUCROT, Oswald. Los bloques semánticos y el cuadrado argumentativo. Conferencia 2. In: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005b. p. 27-50.

DUCROT, Oswald. Capítulo VIII. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-218.

DUCROT, Oswald. Charles Bally et la pragmatique. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, Berne, n. 40, p. 11-37, 1986.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia Einaudi*, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 368-393.

DUCROT, Oswald. Os internalizadores. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 7-26, set. 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/14221/9431>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DUCROT, Oswald. Introducción. Conferencia 1. In: CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La Semántica Argumentativa*. Una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005c. p. 9-25.

DUCROT, Oswald. Les modificateurs déréalisants. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, v. 24, n. 1-2, p. 145-165, jul. 1995.

DUCROT, Oswald. A noção de pressuposição: o ato de pressupor. In: DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 79-112.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación* – conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

DUCROT, O. A pragmática e o estudo semântico da língua. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 9-22, mar. 2005d. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/13721>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DUCROT, Oswald. Quelques raisons de distinguer “locuteurs” et “énonciateurs”. *Polyphonie – linguistique et littéraire*, [s.l.], n. 3, p. 19-41, 2001. Disponível em: <https://semantical.hypotheses.org/files/2018/09/Ducrot-22locuteurs22-et-22%C3%A9nonciateurs22.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DUCROT, Oswald. Topoi et formes topiques. *Bulletin d'études de linguistique française*, Tokyo, v. 22, n. 1, p. 1-14, 1988. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/belf/22/1/22_KJ00008208609/_pdf/-char/en. Acesso em: 2 jun. 2023.

DUCROT, Oswald. Os topoi na “Teoria da Argumentação na Língua”. *Revista Brasileira de Letras*, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, jan.-mar. 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/2865>. Acesso em: 2 jun. 2023.

DUCROT, Oswald; VOGT, Carlos. De magis a mais: une hypothèse sémantique. *Revue de linguistique romane*, Strasbourg, v. 43, n. 172, p. 317-341, 1979. Disponível em: <https://semantical.hypotheses.org/files/2019/11/ducrot-magis-1.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

ENEM: leia redações nota mil da edição 2020 da prova. G1, Rio de Janeiro, 28 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2021/noticia/2021/05/28/enem-leia-redacoes-nota-mil-em-2020.ghtml>. Acesso em: 2 jun. 2023.

FREUD, Sigmund. A negação. São Paulo: Cosac Naify, [1925] 2014. *E-book*.

GOMES, Lauro. A argumentação na língua como subsídio para avaliação de leitura e produção de textos dissertativo-argumentativos. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 295- 319, dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/>

view/119698/120190. Acesso em: 2 jun. 2023.

GOMES, Lauro. Avaliação de leitura e produção de textos dissertativo-argumentativos pela Teoria da Argumentação na Língua. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/979/1/2014LauroGomes.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

GOMES, Lauro. *Discurso artístico e argumentação*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Teoria da argumentação na língua e compreensão de tema de redação. *Revista Desenredo*, Passo Fundo, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/491/302>. Acesso em: 2 jun. 2023.

GRAEFF, Telisa Furlanetto; **GOMES**, Lauro. Leitura argumentativa de proposta de redação do Enem e critérios para definição de fuga e tangenciamento de tema. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 456-472, jul.-dez. 2015. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/5505/3639>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LAPLANCHE, Jean; **PONTALIS**, Jean-Bertrand. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEBLER, Cristiane Dall' Cortivo; **GOMES**, Lauro. Argumentação e polifonia: ferramentas para o resgate dos sentidos da proposta de redação do Enem. *Nonada: Letras em Revista*, Porto Alegre, v. 1, n. 28, p. 262-280, mai. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512454262017>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LESCANO, Alfredo. Para um estudo do tom. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 86- 95, jan.-mar. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9253>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MUNDO VESTIBULAR. 15 citações para usar na redação do Enem. *Mundo Vestibular*, [s.l.], 1º out. 2021. Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/enem/citacoes-para-redacao>. Acesso em: 2 jun. 2023.

RIBEIRO NETTO, Adolpho. Qualidade do ensino, avaliação do aprendizado e acesso à Universidade. *Educação e Seleção*, São Paulo, n. 3, p. 81-84, 1981. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/edusel/article/view/2509/2461>. Acesso em: 2 jun. 2023.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes.; KNACK, Carolina. A escrita como prática humana: do efeito retroativo ao efeito enunciativo da proposta de intervenção da redação Enem no ensino- aprendizagem da escrita. *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 189- 208, maio-ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/71353/45420>. Acesso em: 2 jun. 2023. ON. In: DICIONÁRIO escolar WMF – francês-português, português-francês. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. 273.

PESIC, Peter. Prelude. In: PESIC, Peter. *Polyphonic Minds*. Music of the Hemispheres. Cambridge, EUA; Londres: The MIT Press, 2017.

POLYPHONY. In: THE CONCISE Oxford Dictionary of Music. Oxford: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/oi/authority.20110803100335935>. Acesso em: 2 jun. 2023.

REGNER, Ana Paula; DELLA MÉA, Célia Helena de Pelegrini; MENEGHEL, Rosana de Oliveira. Polifonia e intertextualidade: recursos linguísticos a serviço da redação nota mil do Enem 2018. *Textura*, Canoas, v. 23, n. 53, p. 74-96, jan.-mar. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5797/3957>. Acesso em: 2 jun.2023.

SACHS, Curt. Polyphony. In: SACHS, Curt. *The Wellsprings of Music*. Haia: Martinus Nijhoff, 1962. p. 175-191.

SILVA, Carmem Luci da Costa. Autoria e polifonia na redação do vestibular. In: ABREU, Sabrina (Org.). *A redação no vestibular: do leitor ao produtor de texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 33-50.

SILVA, Carmem Luci da Costa. O diálogo de Oswald Ducrot com Émile Benveniste. In: TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. *O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. p. 167-190.

SILVA, Carmem Luci da Costa. Enunciação e argumentação no ensino de língua materna. In: STURM, Luciane; TOLDO, Claudia S. (Org.). *Desafios contemporâneos do ensino: língua materna e língua estrangeira*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 15-32.

SILVA, Carmem Luci da Costa; TOLDO, Claudia Stumpf; BARBISAN, Leci Borges; MARQUARDT, Lia Lourdes; MACHADO, Rejane Flor. Enunciação e argumentação no discurso. *Cadernos de Pesquisas em Linguística*, Porto Alegre, v. 2, n.1, p. 102-111, nov. 2006.

TENENTE, Luiza. Enem: leia 10 redações nota mil em 2019 e veja dicas de candidatos para fazer um bom texto. G1, Rio de Janeiro, 3 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2020/noticia/2020/06/03/enem-leia-10-redacoes-nota-mil-em-2019-e-veja-dicas-de-candidatos-para-fazer-um-bom-texto.ghtml>. Acesso em: 2 jun. 2023.”



EXPEDIENTE

Apoio de financiamento CAPES: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) Código 001

Revisão: Jeferson Mello Rocha

SOBRE O AUTOR

Vicente de Souza Cardoso Júnior

Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela UFMG, Especialista em Literatura, Artes e Filosofia pela PUCRS e Mestre em Letras (Estudos da Linguagem) pela UFRGS. Atualmente é estudante da especialização em Ensino e Gramática pela UFMG. Também sobre o objeto de estudo desta obra, publicou o trabalho “Redações nota mil do Enem 2019: proposta de análise polifônica dos trechos finais”, como capítulo do livro *A dinâmica do sentido pelos caminhos da enunciação* (Dias; Dalmaschio; Dias, 2023). É associado à Abralin desde 2021.

EDITORAS

Ana Paula Scher (USP/UFJF/CNPq)
Olga Ferreira Coelho Sansone (USP)

CONSELHO EDITORIAL

Adeilson P. Sadrins (UFRPE/UAG)
Adelia Maria Evangelista Azevedo (UEMS)
Ana Paula Scher (USP)
Aniela Improta França (UFRJ)
Atilio Butturri Junior (UFSC)
Carlos Alberto Faraco (UFPR)
Carlos Piovezani (UFSCar)
Carmem Luci Costa e Silva (UFRGS)
Cassiano R. Haag (MPSC)
Cátia de Azevedo Fronza (Unisinos)
Cláudia Regina Brescancini (PUCRS)
Claudia Toldo Oudeste (UPF)
Dermeval da Hora (UFPB)
Eduardo Kenedy (UFF)
Edwiges Maria Morato (Unicamp)
Eliane Silveira (UFU)
Elisa Battisti (UFRGS)
Esmeralda Negrão (USP)
Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS)
Heronides Moura (UFSC)
Indaiá de Santana Bassani (UNIFESP)
Ingrid Finger (UFRGS)
Jairo Nunes (USP)
Janaína Weissheimer (UFRN)
João Paulo Cyrino (UFBA)

Juciane Cavalheiro (UEA)
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC)
Luiz Carlos Schwandt (UFRGS)
Luiz Francisco Dias (UFMG)
Mailce Mota (UFSC)
Marcelo Ferreira (USP)
Marcos Lopes (USP)
Marcus Linguinho (UnB)
Maria Eugenia Duarte (UFRJ)
Mariangela Rios de Oliveira (UFF)
Pablo Ribeiro (UFSM)
Plínio Barbosa (Unicamp)
Rafael Minussi (Unifesp)
Renato Basso (UFSCAR)
Ronice Muller de Quadros (UFSC)
Ruth Lopes (Unicamp)
Simone Guesser (UFRR)
Simone Sarmiento (UFRGS)
Sirio Possenti (Unicamp)
Sonia Cyrino (Unicamp)
Tânia Maris de Azevedo (UCS)
Ubiratã K. Alves (UFRGS)
Vitor Nóbrega (UFSC)
Viviane de Melo Resende (UnB)

OBRAS JÁ PUBLICADAS

· COLEÇÃO ALTOS ESTUDOS EM LINGUÍSTICA

A aventura de Saussure

Eliane Silveira

Aquisição atípica da linguagem: modelos linguísticos e prática clínica

Cristiane Lazzarotto-Volcão, Marian Oliveira e Maria João Freitas

Formas de tratamento e “cordialidade”: mudança linguística e conceptualizações culturais

Geisa Mara Batista

Monotongação de ditongos orais no português brasileiro: uma revisão sistemática da literatura

Nancy Mendes Torres Vieira

Uma abordagem da cena genérica como embreante paratópico: em pauta as cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley

Manuel Veronez

Linguagem, cognição e ensino: reflexão sobre a linguagem em crianças com e sem diagnósticos

Thalita Cristina Souza Cruz e Fernanda Moraes D’Oliveira

Gramaticalização e gramática gerativa

Lorenzo Teixeira Vitral

“Ai, se seu te pego...”: aspectos prosódicos de estruturas desgarradas em língua portuguesa

Aline Ponciano dos Santos Silvestre

Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente

Rodriana Dias Coelho Costa Edinei Carvalho dos Santos e Kléber Aparecido da Silva

O caso mais grosseiro da semiologia: o que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios?

Stefania Montes Henriques

Investigações em linguística geral: textos escolhidos de Martin Haspelmath

Felipe Bilharva da Silva, Gabriel de Ávila Othero, Melissa Lazzari, Pablo Nunes Ribeiro, Sérgio de Moura Menuzzi

Fonologia e Ensino: descobertas e interfaces

Ubiratã Kickhöfel Alves e Gladis Massini-Cagliari.

Ensino de pronúncia e formação docente

Amanda Post da Silveira, Cristiane Conceição e Felipe Flores Kupske

O espanhol da Costa Rica segundo os ticos: um estudo de linguística popular

Carla Victória Jara Murillo; tradução Mariana Morales da Silva, Roberto Leiser Baronas, e Marcelo Rocha Barros Gonçalves

• COLEÇÃO LINGÜÍSTICA E SOCIEDADE

Linguagem simples pra quem? A comunicação cidadã em debate

Adelaide Silvam, Xoán Lagares e Marcus Maia

Da Subjacência à Superfície: A Contribuição de Leda Bisol para a Materialização da Fonologia no País.

Uma homenagem da Associação Brasileira de Linguística

Ubiratã Kickhöfel Alves e Gladis Massini-Cagliari.

• COLEÇÃO LINGÜÍSTICA EM AÇÃO

Introdução à estatística para linguistas

Livia Oushiro

Investigando os sons de línguas não nativas: uma introdução

Felipe Flores Kupske, Ubiratã Kickhöfel Alves e Ronaldo Mangueira Lima Jr.

Linguística no feminino. Vozes femininas que fizeram a linguística no Brasil

Daniel Carvalho e Raquel Freitag

Manual de Morfologia Distribuída

Ana Paula Scher, Indaiá de Santana Bassani e Paula Roberta Gabbai Armelin

Manual de Prosódia Experimental

Plínio A. Barbosa

Uma introdução à semântica argumentativa

Vicente de Souza Cardoso Jr

